



Estado do Paraná

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA**

**TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS NO OESTE DO  
PARANÁ**

**Fernanda Cristina Sanches**

TOLEDO – PARANÁ – BRASIL

2015



Estado do Paraná

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - Unioeste**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA**

**TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE  
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS NO OESTE DO  
PARANÁ**

**Fernanda Cristina Sanches**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/*Campus* Toledo, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Doutor Douglas André Roesler.  
Co-orientador: Doutora Carla Maria Schmidt.

JULHO/2015

Toledo – PR

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária  
UNIOESTE/Campus de Toledo.  
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

S211t

Sanches, Fernanda Cristina

Turismo rural sustentável: uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no Oeste do Paraná / Fernanda Cristina Sanches. -- Toledo, PR : [s. n.], 2015.  
130 f. ; il.(algumas color.), figs., grafs., tabs. e quadros

Orientador: Prof. Dr. Douglas André Roesler

Coorientadora: Profa. Dra. Carla Maria Schmidt

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Engenharias e Ciências Exatas.

1. Ciências ambientais – Dissertação 2. Turismo rural - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR) 3. Desenvolvimento sustentável - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR) 4. Indicadores ambientais – Oeste Paranaense (Mesorregião : PR) 5. Sustentabilidade I. Roesler, Douglas André, orient. II. Schmidt, Carla Maria, orient. III. T.

CDD 20. ed. 333.4791  
333.715098162

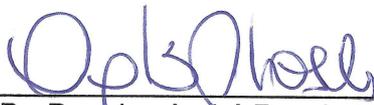
FOLHA DE APROVAÇÃO

**FERNANDA CRISTINA SANCHES**

“Turismo rural sustentável: uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no Oeste do Paraná.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais – Nível de Mestrado, do Centro de Engenharias e Ciências Exatas, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, pela Comissão Examinadora composta pelos membros:

COMISSÃO EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Douglas André Roesler  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Presidente)



---

Prof.ª Dr.ª. Carla Maria Schmidt  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



---

Prof.ª. Dr.ª. Marli Renate Von Borstel Roesler  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



---

Prof. Dr. Edison Luiz Leismann  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Aprovada em: 24 de julho de 2015.

Local de defesa: Auditório do GERPEL – UNIOESTE/campus de Toledo.

Para uma grande mulher, que  
com sua simplicidade, sabedoria  
e fé em Deus, abriu mão dos  
próprios sonhos para  
batalhar pelos objetivos de seus  
filhos.

Tudo aquilo que sou, ou  
pretendo ser, devo a um anjo,  
que é você, **mãe!**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por sempre me dar forças para seguir adiante, persistir nos momentos de fraqueza e superar as dificuldades encontradas.

Agradeço imensamente meu noivo Rafael Canevesi, ao qual não tenho palavras para expressar minha gratidão... por todo apoio, parceira, suporte, paciência e incentivo ao longo desta caminhada. À você meu amor, meu muito obrigada!

A UNIOESTE e ao Programa de Pós Graduação *Strictu Sensu* em Ciências Ambientais, seu corpo técnico, coordenação e administração, que oportunizaram a janela em que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os docentes por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça a dedicação destes professores, aos quais sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

Também ao meu orientador, professor Dr. Douglas Roesler, por seus ensinamentos, servindo sempre de exemplo profissional de dedicação e comprometimento.

Em especial, deixo os mais sinceros agradecimentos à minha co-orientadora, professora Dra. Carla Schmidt, que, com paciência, carinho e sabedoria me guiou nos momentos de dificuldade e foi fundamental no decorrer das atividades desenvolvidas.

A meus pais Altair e Regina, que são a base de tudo, sem suas orações, apoio e exemplo de vida, certamente eu não alcançaria esta conquista. Aos meus irmãos Guilherme, Anderson e Eduardo, e aos meus sobrinhos Larissa e Antônio, que acreditaram e me apoiaram nesta formação.

As minhas amigas e “fiéis escudeiras” Keila Wenningkamp e Ivanete Cielo, pelos trabalhos desenvolvidos, por todo o auxílio em diferentes momentos, e ainda, pela amizade e confiança de sempre.

Aos meus amigos e companheiros Cristiane Galante, Amanda Hissamura, Fabrício Stocker, Lidiane Fernandes, Rodrigo Müller, Adaiane Nascimento, Tatiane

Geise, Tatiane Rauber pela amizade, apoio e auxílio em diversos momentos da minha vida.

A todas as companheiras do mestrado que sempre me apoiaram e ajudaram de uma maneira ou outra, constantemente preocupadas com o andamento do estudo.

Aos colegas de trabalho e amigos do colegiado de Secretariado Executivo da UNIOESTE, e também do grupo de pesquisa GPSEB, pela colaboração, companheirismo, profissionalismo e exemplo durante a realização desta pesquisa.

De modo especial aos corajosos empreendedores de turismo rural, que encarando o desconhecido, a partir de uma ideia, fizeram nascer uma oportunidade de negócio. Obrigada pela atenção, acolhimento e disposição no momento das entrevistas.

Por fim, agradeço todos àqueles que não foram citados, mas que de uma forma ou de outra, contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e profissional, e que estiveram presentes nesta caminhada.

A todos, o meu muito obrigada!

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que  
ninguém viu, mas pensar o que ninguém  
ainda pensou sobre aquilo que todo  
mundo vê.”*

Schopenhauer (1812)

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>13</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>14</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 JUSTIFICATIVA.....	19
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	21
<b>2 ESTADO DA ARTE.....</b>	<b>24</b>
2.1 TURISMO.....	24
2.1.1 Conceito e importância do setor.....	24
2.1.2 Turismo no Brasil.....	25
2.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	29
2.2.1 Desenvolvimento sustentável.....	29
2.2.2 Turismo Rural Sustentável.....	34
2.3 INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO.....	40
2.3.1 Barômetro da sustentabilidade do turismo.....	44
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL.....	49
2.4.1 Turismo Sustentável de Base Comunitária.....	51
2.5 PRESSUPOSTOS DE PESQUISA.....	54
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>55</b>
3.1 OBJETO DE ESTUDO.....	55
3.2 DELINEAMENTO E ETAPAS GERAIS DA PESQUISA.....	57
3.3 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	60

3.3.1	Seleção dos indicadores para o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BTS).....	60
3.4	ANÁLISE DOS DADOS .....	63
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>66</b>
4.1	REGIÃO DE ESTUDO .....	66
4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS .....	68
4.3	CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS .....	71
4.4	PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS.....	78
4.4.1	Modelo AMOEBA de mensuração da sustentabilidade .....	78
4.4.1.1	Sistema: Água .....	79
4.4.1.2	Sistema: Uso dos recursos .....	81
4.4.1.3	Sistema: Espécies e populações .....	87
4.4.1.4	Sistema: Terra .....	88
4.4.1.5	Sistema: Ar .....	91
4.4.2	Nível de Sustentabilidade Ambiental dos empreendimentos .....	92
4.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO RURAL.....	94
4.6	ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE PESQUISA COM BASE NOS ACHADOS EMPÍRICOS .....	98
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>103</b>
	<b>APÊNDICE A – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TURISMO.....</b>	<b>114</b>
	<b>APÊNDICE B – INDICADORES SELECIONADOS E SUA RELEVÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA .....</b>	<b>121</b>
	<b>APÊNDICE D – IMAGENS DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>128</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AMOEBA</b>	Método Geral de Descrição e Avaliação do Ecossistema
<b>BS</b>	Barômetro da Sustentabilidade
<b>BTS</b>	<i>Barometer of Tourism Sustainability</i>
<b>CSI</b>	<i>Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat</i>
<b>FUNGETUR</b>	Fundo Geral de Turismo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDS</b>	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
<b>IS</b>	Indicador de Sustentabilidade
<b>MTUR</b>	Ministério do Turismo
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>PROMESO</b>	Programa de promoção da sustentabilidade de Espaços Regionais
<b>TBC</b>	Turismo de Base Comunitária
<b>WTTC</b>	<i>World Travel &amp; Tourism Council</i>
<b>WWF</b>	<i>World Wide Fund for Nature</i>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da estrutura da dissertação.....	22
Figura 2 - Representação gráfica utilizada na metodologia do Barômetro de Sustentabilidade.....	45
Figura 3 - Representação gráfica do método AMOEBA.....	46
Figura 4 - Forma de agregação dos indicadores no BTS.....	47
Figura 5 - Estrutura da dimensão do ecossistema do BTS.....	48
Figura 6 - Destinos indutores de desenvolvimento turístico regional.....	53
Figura 7 - Localização geográfica dos municípios.....	56
Figura 8 - Etapas gerais da pesquisa.....	58
Figura 9 - Estrutura dos sistemas, subsistemas e indicadores selecionados.....	61
Figura 10 – Municípios da Região Oeste do Estado do Paraná.....	67
Figura 11 - Contribuições geradas pela existência dos empreendimentos de turismo rural.....	72
Figura 12 - Livro de registro de visitação turística.....	74
Figura 13 - Força de trabalho familiar no empreendimento Recanto Olina Scheffer.....	75
Figura 14 - Lixeiras ecológicas distribuídas pela propriedade (Sítio Arruda).....	83
Figura 15 - Aula de educa�o ambiental realizada no Recanto Família Grassi.....	86
Figura 16 - �rea de preserva�o permanente no empreendimento Recanto Olivo.....	88
Figura 17 - Modelo de produ�o orgânica praticada no empreendimento Fonte do Macuco.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Chegada de turistas no Brasil (em milhões) .....	26
Gráfico 2 - Novos cadastros de prestadores de serviços turísticos (unidade).....	27
Gráfico 3 - Execução orçamentária do Ministério do Turismo (R\$ milhões).....	28
Gráfico 4 - Lugares preferidos dos turistas brasileiros. ....	39
Gráfico 5 - Modelo AMOEBA de mensuração do nível de sustentabilidade de cada indicador.....	79
Gráfico 6 - Representação gráfica da sustentabilidade ambiental do roteiro. ....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistemas de indicadores de sustentabilidade turística e suas características.....	42
Quadro 2 - Características de um indicador de alta qualidade.....	49
Quadro 3 – Identificação das questões do instrumento e objetivos abrangidos.....	62
Quadro 4 – Localização dos empreendimentos. ....	68
Quadro 5 - Identificação dos estabelecimentos quanto aos atrativos, atividades e visitas.....	70
Quadro 6 - Composição dos elementos no modelo AMOEBA. ....	78

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escalas de performance do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo.	45
Tabela 2 – Escalas de performance e pesos. ....	63
Tabela 3 – Forma de mensuração e escalas de performance estabelecidas para cada indicador.....	64

## RESUMO

SANCHES, F. C. Turismo rural sustentável: uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no Oeste do Paraná. 24 de julho de 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, julho 2015.

O turismo enquanto setor socioeconômico se torna gerador de oportunidades de trabalho e renda, sendo instrumento capaz de contribuir para a redução de desigualdades regionais e sociais. Por sua vez, o turismo sustentável se apresenta como uma maneira de manter o desempenho econômico de forma a não prejudicar o meio ambiente, atendendo às necessidades dos turistas e dos locais que os recebem de maneira simultânea, fazendo o necessário para atender a economia, a sociedade e o ambiente, sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida. Em tal cenário, o turismo rural busca contribuir para a qualidade de vida da população do campo. Nesse intuito, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as práticas de sustentabilidade ambiental utilizadas pelos empreendimentos de turismo rural do roteiro denominado “Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná”, à guisa do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Para atingir o objetivo central, delinear-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar os empreendimentos de turismo rural compreendidos no roteiro, em relação aos principais atrativos turísticos e áreas de atuação; b) analisar de que forma os empreendimentos turísticos contribuem com o desenvolvimento dos atores locais e regionais (externalidades), bem como, dos próprios empreendedores; c) analisar as práticas de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos turísticos, à guisa do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo; d) analisar as políticas públicas locais e regionais existentes para empreendimentos de turismo rural. Para tanto, o desenvolvimento do estudo se deu inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa descritiva e qualitativa. Os dados empíricos foram coletados por meio de entrevistas *in loco* em nove propriedades de turismo rural, com os empreendedores responsáveis pelos empreendimentos. Os principais resultados apontam para o fato de que as ações de sustentabilidade ambiental realizadas pelos empreendimentos do roteiro turístico, no panorama atual, são classificadas como potencialmente sustentáveis. A pesquisa empírica identificou ainda, que a atividade de turismo rural gera contribuições de cunho sociocultural, econômico e principalmente ambiental, tanto aos empreendedores, quanto aos turistas e à sociedade. De maneira geral, a pesquisa demonstra as atividades de sustentabilidade ambiental realizadas pelos empreendimentos do roteiro investigado, apresentando os níveis de sustentabilidade alcançados em cada um dos cinco sistemas (água; uso de recursos; espécies e populações; terra; ar) que compõem a dimensão ambiental do barômetro da sustentabilidade do turismo, sendo que os resultados mais satisfatórios correspondem aos sistemas “uso de recursos” e “espécies e populações”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo sustentável; Indicadores de sustentabilidade; Barômetro da sustentabilidade do turismo.

## ABSTRACT

SANCHES, F. C. Sustainable rural tourism: an analysis of environmental sustainability practices of enterprises in the West of Paraná. July 24, 2015. 126 p. Thesis (MS) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, July 2015.

The tourism as a socio-economic sector becomes job opportunities and income generator, and means of contributing to the reduction of regional and social inequalities. In turn, sustainable tourism emerges as a way to keep the economic performance so as not to harm the environment, meeting the needs of both tourists and local that receive simultaneously, making it necessary to meet the economy, society and the environment, without neglecting the regional culture, biological diversity and ecological systems that coordinate life. In this scenario, rural tourism seeks to contribute to the quality of life of the rural population. To that end, the general objective of this research was to analyze the environmental sustainability practices used by rural tourism enterprises track called "Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná" by way of the Barometer of Tourism Sustainability. In order to achieve the main objective, the following specific objectives were outlined: a) characterize the rural tourism projects comprised in the track, relative to the main tourist attractions and areas of operation; b) examine how the tourism enterprises contribute to the development of local and regional actors (externalities) as well as the entrepreneurs themselves; c) to analyze environmental sustainability practices of the tourism enterprises by way of the Barometer of Tourism Sustainability; d) analyze existing local and regional public politics for rural tourism enterprises. Therefore, the development of the study was initially by means of literature, followed by descriptive and qualitative research. Empirical data were collected through interviews on the spot in rural properties, with the entrepreneurs responsible for enterprises. The main results point to the fact that environmental sustainability actions undertaken by enterprises the tourist track, in the current situation, are classified as potentially sustainable. Empirical research has identified still, the rural tourism activity generates socio-cultural, imprint of contributions, mostly economic and environmental, as much to entrepreneurs, as tourists and to society. Overall, the research shows the environmental sustainability activities undertaken by enterprises of the roadmap investigated, presenting the sustainability levels achieved in each of the five systems (water, use of resources, species and populations, ground, air) that make up the scale environmental barometer of tourism sustainability, and the most satisfactory results match the systems "use of resources" and "species and populations".

**KEYWORDS:** Sustainable Tourism; Sustainability indicators; Barometer of Tourism Sustainability.

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Algumas transformações ocorridas na era da revolução industrial, tais como, a mecanização dos sistemas de produção, que substituíram a mão-de-obra humana; o crescimento acelerado do progresso econômico e a produção maciça de bens; bem como, alterações de ordem demográfica, a exemplo do crescimento populacional, causaram efeitos negativos ao meio ambiente ao longo dos tempos. De acordo com Abramovay (2012) a extração global dos recursos teve um aumento expressivo de oito vezes ao longo do século 20. Nesse sentido, Ferreira (2012) afirma que todas essas mudanças mencionadas contribuíram com a escassez dos recursos naturais, uma vez que estes passaram a ser fortemente explorados.

Diante disso, as percepções acerca da consciência ambiental foram potencializadas, permeando discussões nos mais diversos campos de estudo, como na Administração (JAPPUR, 2004; BARBIERI et. al., 2010), nas Engenharias (QUELHAS; FRANÇA; TRAVINCAS, 2011; PEREIRA, 2013), no Direito (COELHO; ARAÚJO, 2011; SILVEIRA; AYALA, 2012) e na área da Saúde (MENDONÇA, 2000; CAMPOS, 2011). Tais percepções remetem ao conceito de sustentabilidade, que pode ser definido como o desenvolvimento de ações ou atividades diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental e que buscam utilizar e preservar os recursos naturais, de forma que não se comprometa o futuro das próximas gerações (GUEDES; SCHERER, 2012).

Assim, a sustentabilidade, de acordo com Guedes e Scherer (2012) compreende um tripé que tem como base três dimensões, quais sejam: a ambiental, a econômica e a social. Esse modelo sustentável deveria ser observado em todos os segmentos econômicos, entre eles o turismo, área de investigação deste estudo. Para Bardal e Campos (2010), o turismo é uma atividade que possui um alto potencial, sendo capaz de realizar alterações econômicas significativas e de melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Ainda de acordo com Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), enquanto setor econômico, o turismo é reconhecido como importante gerador de oportunidades de trabalho e renda, tornando-se ferramenta capaz de contribuir para a redução de desigualdades regionais e sociais. Conforme os autores, a atividade turística

proporciona a interação entre a sociedade e o meio ambiente, resultando em diferentes formas de contato entre esses meios, transformando os ativos em opções de lazer, conhecimento e entretenimento aos visitantes, além de possibilitar a inserção socioeconômica da população local nas atividades.

Dados do *World Travel & Tourism Council* (WTTC) também enfatizam a relevância do turismo, pois apontam que a atividade é responsável pela geração de 3,4% do total de empregos no mundo e, ainda, corresponde a 9,3% do PIB Mundial (WTTC, 2013). Tais dados indicam que os empreendimentos turísticos desempenham um importante papel no que tange a aspectos econômicos.

Contudo, é fundamental que o turismo esteja acompanhado também da preocupação com a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, surge o conceito de turismo sustentável, que, segundo Ruschmann (2000) significa ser capaz de atender às necessidades dos turistas e dos locais que os recebem de maneira simultânea, fazendo o necessário para atender a economia, a sociedade e o ambiente, sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos que coordenam a vida.

Neste sentido, é importante destacar também o turismo rural, que de acordo com Ruschmann (op. cit.), representa muito mais do que um complemento da atividade agrícola tradicional, pois contribui para o desenvolvimento da região e faz com que a estrutura produtiva se torne local de lazer à população. Esse tipo de turismo contribui ainda para o estímulo das atividades produtivas do meio rural, como produtos agrícolas, vestuário, transporte, artesanatos, dentre outros, o que desencadeia o “efeito multiplicador da atividade turística”<sup>1</sup>, proposto pela autora.

Pode-se afirmar que o serviço de turismo regional e rural ainda é um segmento pouco conhecido, porém tem sido visível como campo de estudo e como demandante de uma ação mais efetiva por parte do poder público. Prova disso são os programas de regionalização do turismo propostos pelo governo Federal, como o “Roteiros do Brasil”, e em âmbito regional, o programa “Riquezas do Sul”, desenvolvido no Oeste do estado do Paraná (MTUR, 2010).

---

<sup>1</sup>Consiste em um fator positivo para o desenvolvimento da região, uma vez que beneficia não apenas o núcleo receptor, como também qualquer município, mesmo que não possua a presença do turista na cidade. Tal município pode tornar-se fornecedor de bens que serão consumidos por potenciais turistas, como produtos artesanais, agrícolas, mão-de-obra, dentre outros (RUSCHMANN, 2000).

Dessa forma, é importante que o turismo rural tenha como base a sustentabilidade, na qual o conjunto de práticas adotadas deve possuir a finalidade de amenizar os impactos negativos gerados pelas atividades humanas ao meio ambiente. Nesta perspectiva, a problemática deste estudo discute fundamentalmente a análise das práticas de sustentabilidade ambiental em empreendimentos de turismo rural. Especificamente, aborda-se a temática da sustentabilidade no roteiro de turismo rural intitulado “Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná”.

Esse roteiro foi criado no ano de 2008, a partir do apoio do Ministério do Turismo, do Instituto Educare e do Instituto Polo Iguassu, com o intuito de trabalhar de forma participativa com pequenos produtores rurais, que buscavam complementar a renda familiar por meio do turismo. O roteiro engloba seis municípios da Região Oeste do Paraná, sendo estes: Matelândia, Itaipulândia, Medianeira, São Miguel do Iguçu, Quatro Pontes e Marechal Cândido Rondon, onde atuam atualmente, nove pequenos empreendimentos, que representam o objeto de investigação deste estudo.

Os empreendimentos que compõem o roteiro de investigação do estudo atuam no segmento de turismo rural desde o ano de 2008, sendo que seus empreendedores atuavam anteriormente em outra realidade, a agricultura familiar, sem possuírem experiência anterior à prática do turismo rural sustentável. Apesar do fato destes empreendedores terem recebido uma qualificação no momento da abertura dos seus empreendimentos, não se tem conhecimento sobre a adoção de práticas sustentáveis, o que motivou a realização deste estudo. Além disso, outro fator de ordem científica também fomentou a realização desta pesquisa, pois, estudos na área de turismo rural sustentável sobre a região Oeste do Paraná ainda são escassos.

Neste sentido, a questão norteadora desta pesquisa é: Em que medida os empreendedores do roteiro “Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná” adotam práticas de sustentabilidade ambiental em seus empreendimentos?

## 1.2 OBJETIVOS

Para responder a questão norteadora da pesquisa, delinearam-se os seguintes objetivos geral e específicos.

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar as práticas de sustentabilidade ambiental utilizadas pelos empreendimentos do roteiro denominado “Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná”, à guisa do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para atingir o objetivo central, delinearam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar os empreendimentos de turismo rural compreendidos no roteiro, em relação aos principais atrativos turísticos e áreas de atuação;
- b) analisar de que forma os empreendimentos turísticos contribuem com o desenvolvimento dos atores locais e regionais (externalidades), bem como, dos próprios empreendedores;
- c) avaliar as práticas de sustentabilidade ambiental utilizadas pelos empreendimentos turísticos, à guisa do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo;
- d) analisar as políticas públicas locais e regionais existentes para empreendimentos de turismo rural.

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O turismo sustentável se preocupa com a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que garante o desempenho econômico das atividades, e atende a necessidade das futuras gerações. Neste intuito, a Organização Mundial do Turismo (OMT), afirma, em seu Art. 3 do Código de Ética, que o desenvolvimento do turismo deve pautar-se na seguinte abordagem:

Todo o tipo de desenvolvimento turístico que permita economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível a produção de dejetos, deve ser privilegiado e encorajado pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais (OMT, 1999 p. 5).

Ainda, o Código de Ética acrescenta que “o turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras

e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais” (OMT, 1999, p. 5).

Dessa forma, pode-se afirmar que acima de tudo, o turismo sustentável deve buscar a compatibilização da atividade com a proteção do meio ambiente, e também com o desenvolvimento da sociedade local envolvida. Assim, as ações devem ocorrer de maneira socialmente justa, economicamente viável e principalmente, corretas do ponto de vista ecológico. Além disso, para Hobal, Medeiros e Fraga (2006) ao seguir o tripé da sustentabilidade, o turismo rural, além da manutenção do aspecto histórico-cultural e da conservação do meio ambiente, deve se preocupar também com a geração de emprego e renda para seus habitantes.

Ainda sobre o processo de desenvolvimento, cabe ressaltar que este, na visão de Leff (2009), deve ser capaz de promover mudanças para uma racionalidade de produção baseada na sustentabilidade de cada região. Assim, segundo o autor, o desenvolvimento deve acontecer endogenamente, sendo que o processo produtivo deve acontecer de maneira ecológica e tecnológica, utilizando-se os recursos naturais de forma que estes forneçam valores de uso aos atores locais, apresentando solução a alguns problemas existentes.

Corroborando com esta visão, também Sachs (1986) afirma que o eco desenvolvimento e o turismo sustentável, devem buscar estratégias que possibilitem o uso adequado dos recursos naturais. Para o autor, o desenvolvimento deve primar pela busca de soluções específicas para resolução dos problemas particulares de cada região, levando em consideração os dados ambientais e culturais, sem deixar de lado as necessidades imediatas e as de longo prazo.

Assim, pode-se inferir que atores que buscam desenvolvimento devem levar em consideração as potencialidades de cada região em que se encontram inseridos. Nesse contexto, acredita-se que esta pesquisa trará contribuições de ordem prática para os empreendimentos e os municípios integrantes do território foco, haja vista que as discussões geradas sobre a questão da sustentabilidade dos empreendimentos poderão auxiliar na gestão adequada dos recursos naturais nessa região. Além disso, espera-se despertar a atenção dos empreendedores sobre a importância das práticas sustentáveis que eles já realizam e que ainda podem desenvolver.

Dessa forma, vindo de encontro com os ideais da OMT (1999) e com os pensamentos de Sachs (1986) e Leff (2009) e de tantos outros autores que versam

sobre o tema, entende-se que este estudo proporcionará benefícios de caráter ambiental e social para os atores envolvidos no processo.

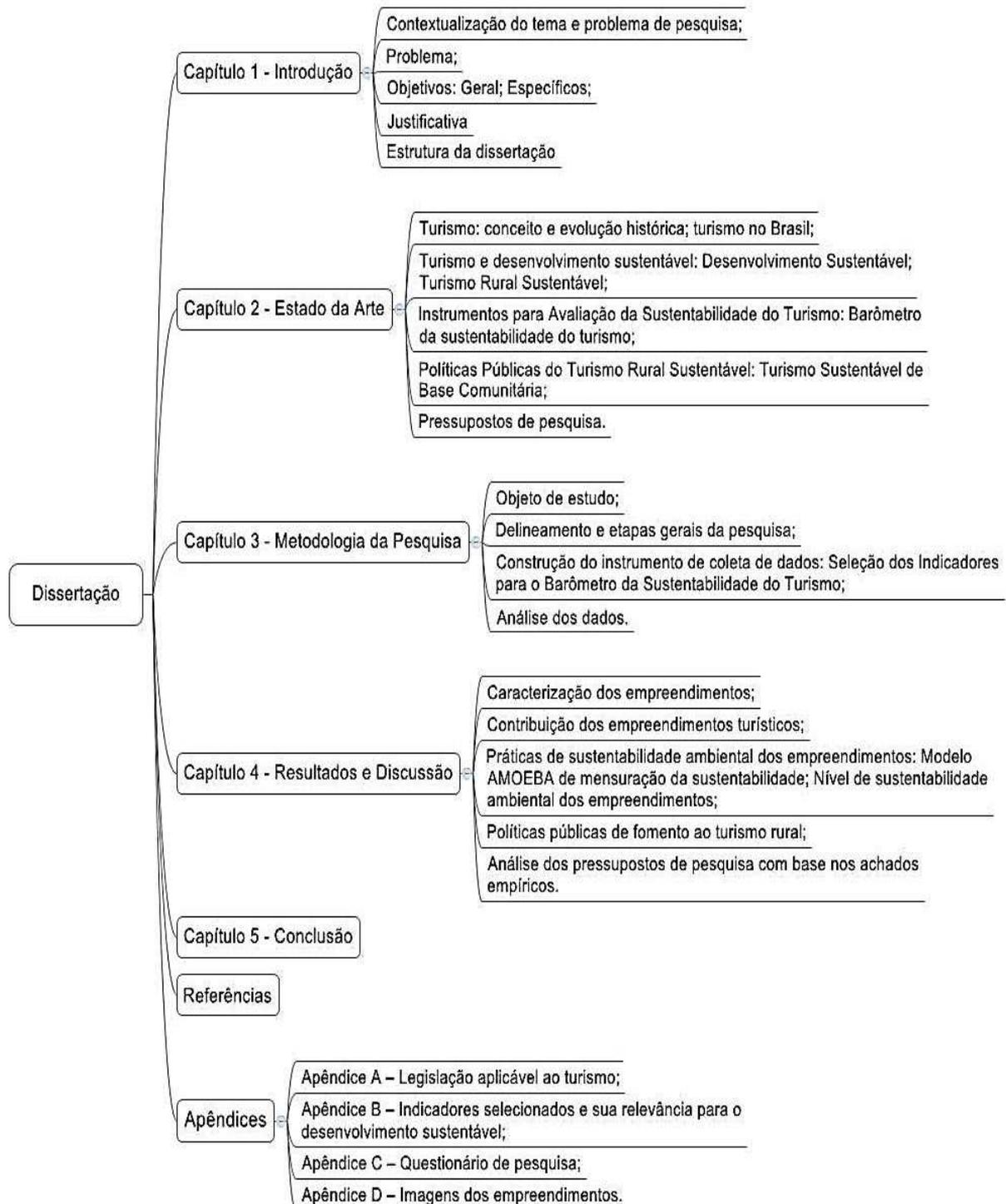
Esta pesquisa ampara-se também, ao fato de que estudos científicos na área do turismo sustentável na região Oeste do Paraná ainda são escassos. A existência de diversos estudos e referências bibliográficas referentes a outras regiões, nas quais o turismo sustentável encontra-se consolidado, a exemplo da região do Contestado – PR/SC (AQUINO JÚNIOR, 2009), região do Vale dos Vinhedos – RS (SCHMIDT, 2012), região de Morretes e Paranaguá - PR (GOMES, 2012), dentre outros, enfatiza a necessidade de aprofundamentos de estudos na área na região Oeste do Paraná.

Desse modo, este estudo pode trazer contribuições de ordem teórica e prática. Teórica, por contribuir com a discussão sobre a sustentabilidade dos empreendimentos de turismo rural do Oeste do Paraná, território rico em recursos naturais, mas ao mesmo tempo, ainda pouco explorado em termos científicos em relação a esta temática. A contribuição prática se refere ao retorno que será dado aos empreendedores de turismo rural do território foco, uma vez que ficará mais evidente a importância das iniciativas sustentáveis para o turismo, potencializando assim a questão da sustentabilidade ambiental para os empreendimentos em estudo, bem como, para os atores do entorno.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para atingir os objetivos propostos, esta dissertação está dividida em cinco principais capítulos, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Organograma da estrutura da dissertação.



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o demonstrado na Figura 1, o primeiro capítulo contém a introdução do tema de estudo, bem como a problemática de pesquisa. Também apresenta a justificativa para a sua realização e ainda seus objetivos geral e específicos.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação do tema, que versa sobre as características do turismo, o desenvolvimento sustentável e o turismo rural, além dos sistemas e indicadores de sustentável ambiental. Apresenta ainda uma abordagem acerca das políticas públicas existentes para os empreendimentos de turismo rural, dentre outros tópicos pertinentes. Ao final, apresentam-se também os pressupostos do presente estudo.

Por conseguinte, o terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, bem como, todos os procedimentos realizados para a coleta e análises dos dados. Por sua vez, o quarto capítulo explora os resultados obtidos com a realização da pesquisa empírica. O quinto capítulo apresenta as conclusões desta. Por fim, as referências e apêndices completam a presente dissertação.

## 2 ESTADO DA ARTE

### 2.1 TURISMO

#### 2.1.1 Conceito e importância do setor

A primeira definição atribuída ao termo “turismo”, se deu pelo economista Hermann zu Schattenhofen em 1911, que afirmou que o turismo envolvia todos os processos, inclusive o econômico, que se manifestava desde a chegada e permanência, até a saída do turista em um determinado local (BARRETO, 2003).

No entanto, de acordo com Martins (2012), diferentes autores remontam o aparecimento do setor ainda na antiguidade clássica, quando o turismo já era considerado importante, pois proporcionava melhoria na qualidade de vida da população. Segundo a autora, desde aquela época, filósofos, a exemplo de Aristóteles, faziam apelos à população para que praticassem quaisquer atividades, desde viagens a apresentações culturais, para preencherem seu tempo livre.

Também Dias (2003, p. 14) afirma que a interação entre o turista e os atores locais de turismo constitui-se em um:

[...] fenômeno social, pois seus agentes têm um ao outro como referência para seus atos. Da mesma forma podem ser tratadas todas as interações existentes no âmbito do turismo, que de modo geral tornam o comportamento do turismo como referência, orientando-se seus atos a partir desse parâmetro.

Nesse contexto, o turismo foi tomando espaço no cotidiano das pessoas, tornando-se forma de lazer e distração à população. De acordo com Banducci Junior e Barreto (2002), o turismo certamente não foi o motivador de todas as mudanças que ocorreram na cultura (que foi também influenciada pela mídia, pela modernização, dentre outros fatores), no entanto, os autores afirmam que o segmento turístico contribuiu muito na aceleração de todo o processo, tornando-se facilitador da melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido, a OMT (2001, p. 38) propõe a definição de turismo como “(...) as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Conforme Krippendorf (2003), o turismo pode também ser visto como uma espécie de válvula de escape para os indivíduos, uma vez que auxilia no relaxamento das tensões do dia-a-dia e faz alusão a esperanças não realizadas. Nesse contexto, enfatizam-se os benefícios que o turismo pode trazer à sociedade, uma vez que o mesmo se torna fonte de renda aos que recebem os turistas, e principalmente, opção de lazer à população.

Dados do Ministério do Turismo (2014, p. 24) comprovam que o turismo evoluiu de tal forma, que passou a relacionar-se diretamente com o desenvolvimento econômico, uma vez que “existe uma forte correlação entre o ambiente econômico e a expansão da atividade turística. Quando a economia cresce, o nível da receita disponível aumenta e parte desta receita é gasta com atividades afetas ao Turismo”.

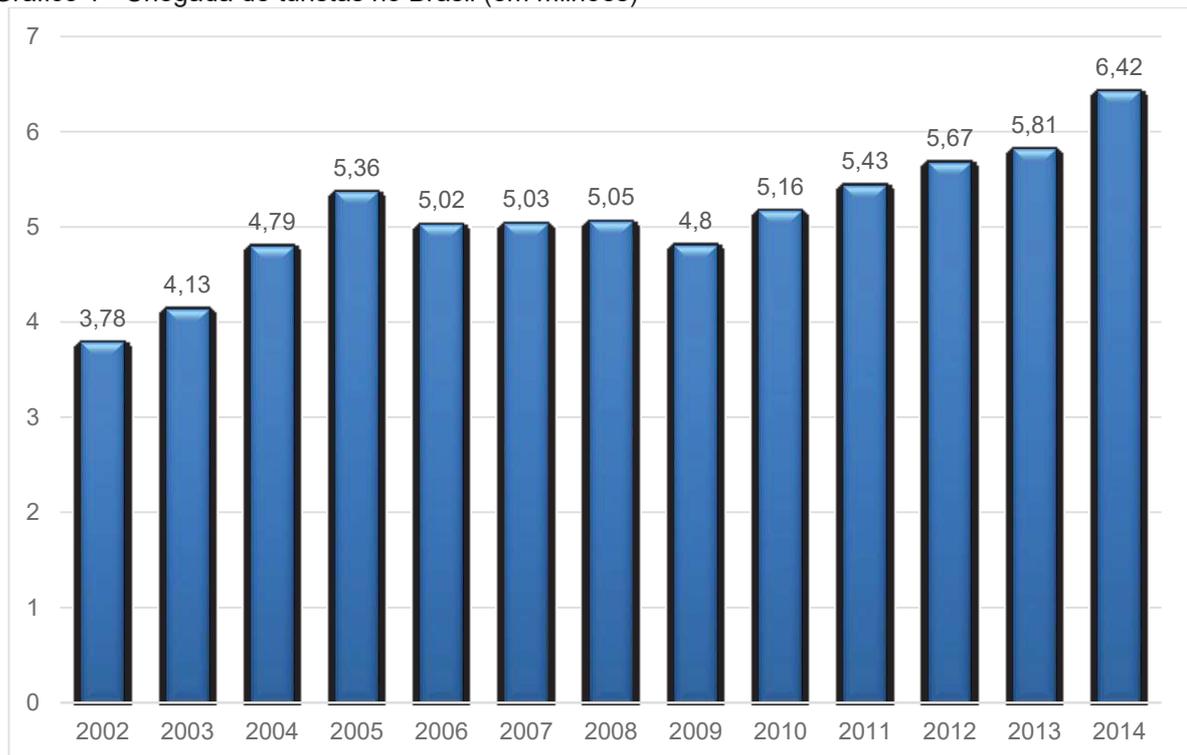
Vale ressaltar que o turismo apresentou um crescimento econômico maior que o crescimento geral, pois o setor foi responsável por um crescimento médio de 4,6% entre os anos de 1975 a 2000, enquanto que o crescimento econômico mundial médio foi de 3,5% nesse período (MTUR, 2014). Além disso, o turismo é responsável pela geração de 3,4% do total de empregos no mundo, além de constituir-se em uma das atividades que demanda o menor investimento para geração de trabalho (WTTC, 2013).

Os dados também apontam para o constante crescimento do turismo no Brasil, onde a atividade conta também com o incentivo de políticas públicas para sua disseminação.

### 2.1.2 Turismo no Brasil

A exemplo de outros países, como Suíça, Alemanha, Canadá e Estados Unidos (MTUR, 2014), nos quais o turismo apresenta um constante nível de crescimento, também o Brasil vem se destacando e apresentando um elevado índice de recebimento de turistas, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Chegada de turistas no Brasil (em milhões)



Fonte: MTur (2015).

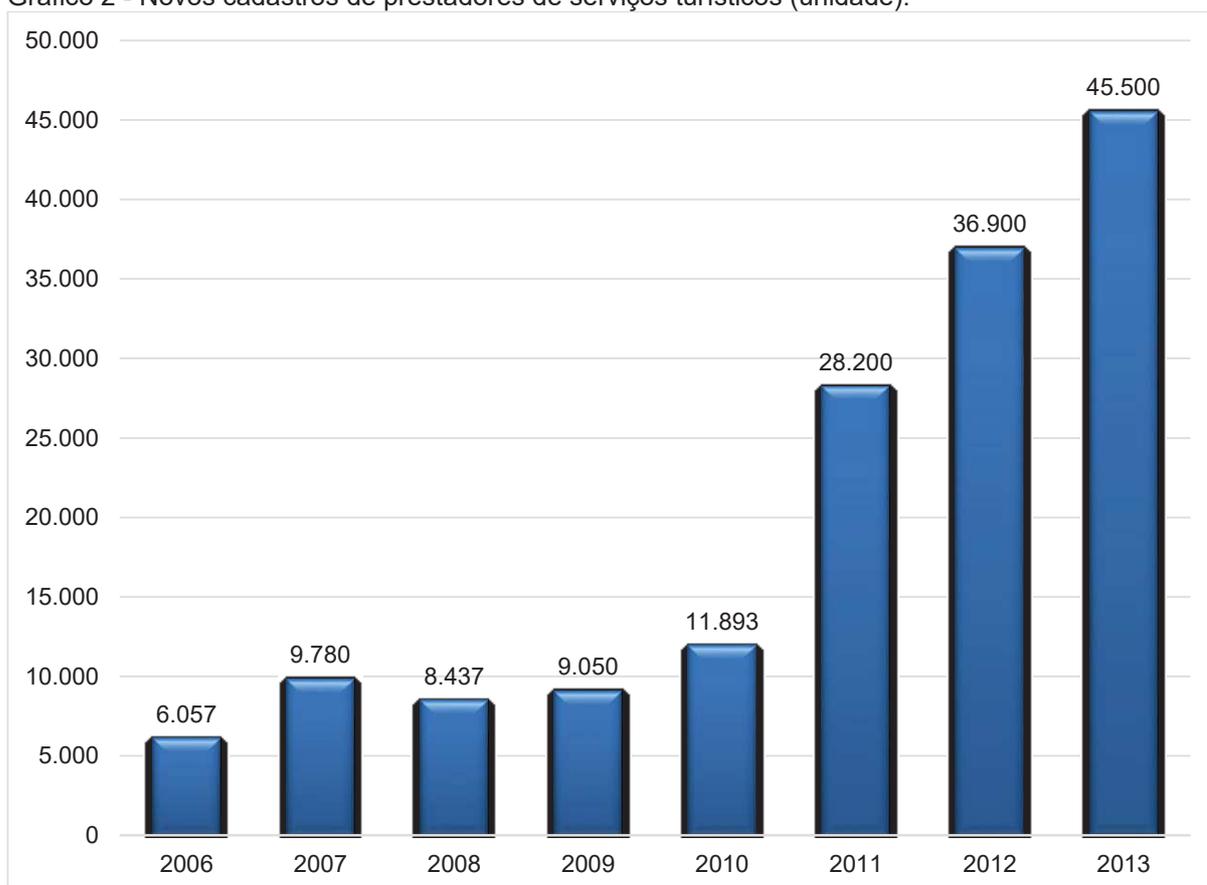
Tendo em vista o aumento de chegada de turistas no país, que ao longo de doze anos tem apresentado uma curva praticamente ascendente, pode-se afirmar que é fundamental um olhar voltado também para o desenvolvimento do setor. Também outros fatores foram essenciais para permear discussões sobre o tema:

O agravamento dos problemas climáticos em nível mundial aumentou a discussão sobre as estratégias que deverão ser adotadas para garantir a sustentabilidade do Turismo nacional, essencial na preservação dos ecossistemas, uma vez que muitas de suas atividades acontecem em ambientes ecologicamente frágeis. Além disso, a utilização de práticas sustentáveis, além de representar, a longo prazo, economia de recursos, contribui para a preservação do atrativo turístico (MTUR, 2014, p. 95).

Outro ponto relevante para o desenvolvimento do turismo foi a formalização da atividade<sup>2</sup>, que se deu a partir de 2006 e que pode ter motivado o surgimento de diversos empreendimentos do segmento. Após este acontecimento houve um expressivo aumento das unidades turísticas ao longo dos anos, conforme demonstra o Gráfico 2.

<sup>2</sup> CADASTUR - sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, executado pelo MTur em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das Unidades da Federação.

Gráfico 2 - Novos cadastros de prestadores de serviços turísticos (unidade).



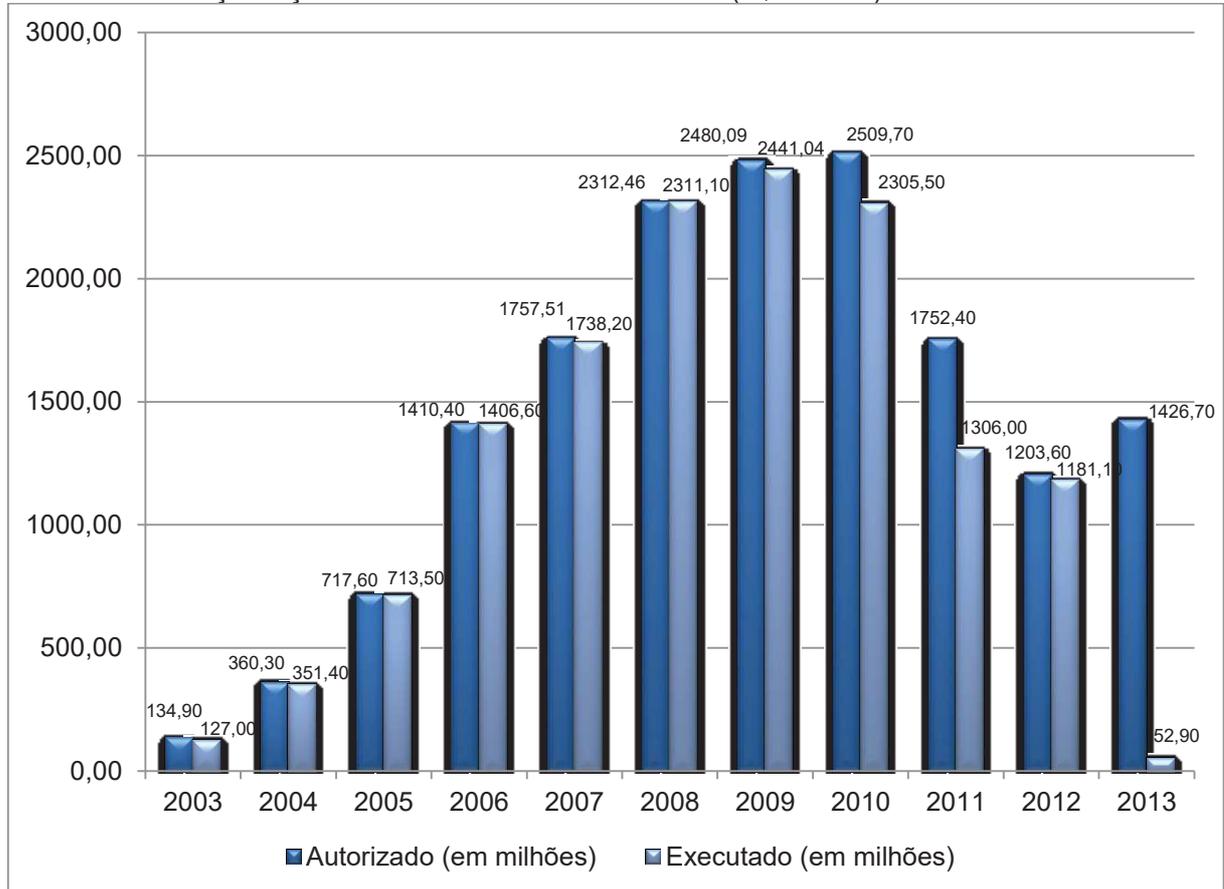
Fonte: CADASTUR (2014).

Pode-se observar que a partir da formalização da atividade do turismo, um número considerável de empreendimentos turísticos foi cadastrado ao longo dos anos, sendo que, do ano de 2006 a 2013, observou-se um nível de crescimento acelerado. Outros fatores impulsionadores do desenvolvimento turístico no Brasil foram inicialmente a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, bem como, os fortes investimentos nos programas de regionalização do turismo e demais projetos do Ministério, apoiados pelo Governo Federal. Dentre os anos de 2003 a 2012, foram executados milhões em investimentos governamentais no segmento, conforme demonstra o Gráfico 3.

Ainda, segundo dados do MTur (2014), o turismo pode ser potencializado quando analisado por sua dimensão regional. Dessa maneira, podem-se integrar diversos municípios em um mesmo plano, que atendam o mercado turístico da região, servindo também como forma de agregação de valor aos territórios. Prova disso é o

Programa de Regionalização do Turismo<sup>3</sup>, promovido pelo Ministério do Turismo, além de diversos outros investimentos realizados.

Gráfico 3 - Execução orçamentária do Ministério do Turismo (R\$ milhões)



Fonte: Mtur (2014).

Os investimentos no setor possibilitaram uma agregação de valor ao mercado turístico, uma vez que permitiram aumento de renda às famílias receptoras, e ainda, favoreceram a população como um todo, que passou a ter maiores opções de lazer. Além disso, consequentemente tornou-se uma constante o alerta a sociedade para a questão da sustentabilidade, uma vez que as áreas turísticas devem ser preservadas.

Com o despontar dessa preocupação no que tange a preservação ambiental, o turismo passou a ser atrelado ao desenvolvimento sustentável, de maneira que o tripé da sustentabilidade passou a ser primado na execução das atividades turísticas.

<sup>3</sup> Programa pelo qual os municípios são incentivados a um trabalho conjunto de estruturação e promoção, no qual cada peculiaridade local pode ser contemplada, valorizada e integrada num mercado mais abrangente. Visa, sobretudo o mapeamento turístico do País, para identificar as regiões e roteiros que devem ser objeto do ordenamento, estruturação, gestão, qualificação e promoção, com visão de curto, médio e longo prazos (MTUR, 2014).

Ou seja, a preocupação está em garantir que os fatores ambiente, sociedade e economia estejam equilibrados quando da execução das atividades turísticas.

## 2.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### 2.2.1 Desenvolvimento sustentável

Fatores como a revolução industrial, diferentes padrões de vida e de consumo da população e ainda o aumento populacional, motivaram o surgimento de movimentos que enfatizam políticas socioeconômicas em busca da não degradação ambiental. De acordo com Abramovay (2012, p. 16) “a ideia de crescimento incessante da produção e do consumo choca-se contra os limites que os ecossistemas impõem à expansão do aparato produtivo”.

A partir dessas percepções, diversos pesquisadores passaram a estudar formas de redução dos impactos sobre o meio ambiente, uma vez que de acordo com Leff (2003), a crise ambiental passou a apresentar-se como fator limitante do crescimento econômico e populacional.

Nessa perspectiva, na década de 1960 surgiram as primeiras reflexões e debates sobre a relação entre o meio ambiente e o crescimento. Na época, prevaleciam duas linhas de pensamento, a dos que apontavam os limites do crescimento, no qual o crescimento populacional exponencial ilimitado era incompatível com a disponibilidade limitada dos recursos naturais. E a linha dos que afirmavam que a problemática ambiental fora inventada pelos países desenvolvidos, para frear a ascensão dos países subdesenvolvidos (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008).

Daquele momento em diante, a preocupação com o meio ambiente passou a fazer parte dos meios políticos e das estratégias organizacionais, pois de uma forma ou de outra, possibilitavam ou limitavam o desenvolvimento. Contudo, de acordo com Claro, Claro e Amancio (2008), o termo desenvolvimento sustentável popularizou-se mundialmente a partir de 1972, com a Conferência de Estocolmo, que consistiu na primeira ação mundial em prol das relações do homem com o meio ambiente.

Com a intenção de reduzir as consequências maléficas iniciadas pelo avanço econômico-tecnológico, nesta conferência foram criados vinte e seis princípios, baseados na busca de tecnologias mais limpas e alternativas e na neutralidade

ideológica, porém, estes se tornaram na prática, apenas iniciativas para retardar o processo de degradação do ambiente, mas não evitá-lo.

No entanto, apenas a partir de 1987, com o Relatório Brundtland, as discussões passaram a ser fundamentadas como campo de estudo. Este relatório possuía como enfoque central o balanceamento da proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico, e ainda o desenvolvimento tecnológico orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação tecnológica de países em desenvolvimento (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008).

Em termos de política internacional, o relatório enriqueceu o debate sobre a sustentabilidade, uma vez que introduziu o conceito de equidade entre grupos sociais, países e gerações. Por sua vez, na ECO-92<sup>4</sup> buscou-se avaliar como os países participantes da Conferência em Estocolmo promoveram a proteção ambiental. Nesse sentido, elaborou-se a Agenda 21<sup>5</sup>, que reconheceu a responsabilidade de cada nação sobre a transformação do meio ambiente (SILVA, 2012). Já no ano de 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), onde o conceito meio ambiente foi ganhando um novo sentido (SILVA, 2012).

De acordo com Silva (2012), a Conferência de Estocolmo baseou-se no conceito e na relação homem-natureza, por sua vez, a Rio+20 firmou-se para conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a proteção e conservação dos ecossistemas. Nesta última, as bases foram os três pilares: o social, o ambiental e o econômico, garantindo assim o compromisso político para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a relação sociedade e natureza vêm se adaptando conforme a necessidade do ser humano: a sociedade pré-moderna tentou estabelecer uma continuidade do homem com a natureza, já a sociedade moderna constituiu-se de caráter inverso, devido à intervenção da indústria e da tecnologia (SILVA, 2012).

Dessa forma, a noção de desenvolvimento sustentável tem servido para agrupar diferentes interesses e múltiplas recomposições. Assim, uma mesma

---

<sup>4</sup> Em 1992 no Rio de Janeiro, representantes de 108 países reuniram-se para decidir quais medidas seriam adotadas para a diminuição da degradação ambiental, de maneira a garantir a existência de das gerações futuras. A intenção principal era introduzir a ideia do desenvolvimento sustentável, um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio do meio ambiente.

<sup>5</sup> Documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

denominação abriga diferentes conceitos e práticas (CLARO; CLARO; AMANCIO, 2008). Silva, Reis e Amancio (2014), no entanto, fazem uma crítica ao afirmar que o conceito de sustentabilidade passou a ser visto como um atributo retórico ou como recurso linguístico para disfarçar interesses individuais, que não englobam os conceitos propostos pelas ciências do meio ambiente. Tal fato, na opinião dos autores, dificulta fortemente as discussões mais aprofundadas acerca do conceito.

De todo modo, os conceitos de sustentabilidade influenciam diretamente o comportamento organizacional, pois, em todo o mundo, as organizações estão se deparando com problemas não somente econômicos, mas também sociais e ambientais.

De acordo com Guedes e Scherer (2012, p. 7):

A sustentabilidade é o compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável, no qual as organizações se preocupam com o meio ambiente e o bem estar das partes interessadas, sejam eles, os clientes internos, externos, acionistas e os *stakeholders*, que a partir dessa linha de pensamento desenvolvem ações, programas, projetos e estratégias voltadas para a sustentabilidade do seu negócio.

Partindo desse princípio, as empresas passam a buscar o desenvolvimento de ações sustentáveis, visando contribuir para o meio ambiente e assumindo uma postura responsável frente à sociedade. Surgiu ainda a preocupação frente ao mercado consumidor, no qual a competição é acirrada entre as empresas, fazendo com que tenha destaque no mercado aquelas que apresentam maior diferencial e inovação em seus produtos ou serviços (SILVA; REIS; AMANCIO, 2014).

Ainda, de acordo com Raufflet et. al., (2012, p. 61):

El desarrollo sustentable pretende ser un modelo de desarrollo que permita, simultáneamente, cubrir los requerimientos de calidad de vida de la población del planeta, así como conservar el medio ambiente e incluso mejorarlo. De esta forma, las generaciones futuras dispondrán de las mismas oportunidades de las actuales para conseguir lo que más adelante se considere como calidad de vida.<sup>6</sup>

Para que as gerações futuras possam dispor dessas oportunidades citadas por Raufflet et. al. (op. cit.), deve-se ter a consciência de que estes recursos são

---

<sup>6</sup> Tradução: O desenvolvimento sustentável tem como objetivo ser um modelo de desenvolvimento que irá satisfazer simultaneamente os requisitos de qualidade de vida da população do planeta e preservar o meio ambiente e até mesmo melhorá-lo. Desta forma, as gerações futuras terão as mesmas oportunidades de hoje para o que viria a ser considerado como qualidade de vida.

infinitos. Partindo desse princípio, Abramovay (2012, p. 19) propõe o estabelecimento de uma nova economia, que tem a função de “sinalizar que esses recursos não são infinitos e, ao mesmo tempo, ela estimula a criatividade no sentido de obter bens e serviços apoiados no uso cada vez mais inteligente, eficiente e parcimonioso de matéria, de energia e da própria biodiversidade”.

Neste sentido, a partir da premissa de que os recursos naturais não são inesgotáveis, o conceito de desenvolvimento sustentável é compreendido como uma maneira de manter o desempenho econômico de forma a não prejudicar e não causar atitudes ofensivas ao meio ambiente, fazendo o necessário para atender a economia e a sociedade.

Ou seja, o desenvolvimento sustentável pode ser considerado um processo que integra a sustentabilidade econômica, ambiental, espacial, social e cultural, sendo este coletivo ou individual, almejando a manutenção da qualidade de vida da população. Dessa maneira, a sustentabilidade não consiste em um estado fixo de harmonia, mas sim, em um conceito dinâmico que envolve um processo de mudança (SACHS, 1993; GUEDES; SCHERER, 2012).

O conceito se torna tão dinâmico, que se faz necessária a adoção de definições que planejam o futuro de forma a garantir a manutenção da biodiversidade. Como forma dessa manutenção, Abramovay (2012) enfatiza a necessidade de se compatibilizar a inovação dentro da sustentabilidade, valendo-se de princípios de transformação dos bens para a sociedade:

A segunda palavra importante para mudar a relação entre sociedade e natureza é inovação. E é fundamental que limite e inovação andem juntos. Mas a inovação não se confunde genericamente com aumento na produtividade, com produzir mais e mais com cada vez menos trabalho ou menos capital. Inovação hoje é, antes de tudo, melhorar como se obtém e transforma a energia, os materiais e a própria biodiversidade em produtos e serviços úteis para a sociedade. É nesse sentido que se fala hoje da necessidade de sistemas de inovação orientados para a sustentabilidade, ou seja, voltados a reduzir a dependência em que se encontra a vida econômica no uso crescente de recursos materiais e energéticos (ABRAMOVAY, 2012, p. 18-19).

Aliados a esta visão, Guedes e Scherer (2012, p. 7) citam que o desenvolvimento sustentável é fundamental também “nos momentos de disponibilização de recursos, seja nos períodos de escassez, tendo como perspectivas a cooperação e a solidariedade entre os povos e as gerações”.

Dessa maneira, pode-se afirmar que a sustentabilidade perpassa um processo dinâmico, que não difere as questões sociais, ambientais e econômicas. Toda a organização ecologicamente sustentável atua diretamente com a responsabilidade social, atendendo os interesses dos *stakeholders*<sup>7</sup> afetados por suas atividades.

Com isso, a sustentabilidade busca atender alguns questionamentos em decorrência de seu conceito: “o que precisa ser sustentável; (...) como medir a sustentabilidade; como aplicá-la aos projetos e gestão; como medir e quais são as consequências de desenvolver-se sustentavelmente, principalmente na criação de valor corporativo” (MARTINS, 2006, p. 41).

Assim, a sustentabilidade surge como forma de definir a gestão eficiente de recursos por meio da adoção da educação ambiental, de práticas e de políticas sustentáveis que atinjam a redução de desperdícios e custos. Neste contexto, Jacobi (2003) defende que o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo que possui dois lados. De um lado apresenta-se a exploração dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e o marco institucional. Do outro, estão os aspectos qualitativos, demonstrando o uso dos recursos e a geração de resíduos contaminantes, sem deixar de considerar os índices sociais e os padrões de consumo.

No que tange as questões sobre crise ambiental, Silva (2012) afirma que é importante refletir sobre as causas dos problemas existentes e não apenas sobre suas consequências. Neste sentido, a educação ambiental pode ser vista como alternativa para estabelecer as relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Contudo, um dos maiores desafios da educação ambiental é modificar a sociedade, moldada pela ambientação tecnológica, modernidade e conforto proporcionado pelo modelo de produção capitalista. Dessa forma, conhecer as origens causadoras dos problemas é primordial, visto que tais problemas são consequência e uma intervenção antrópica que degrada o meio no qual se vive (SILVA, 2012).

Segundo Jacobi (2003), tais atividades predatórias ao meio ambiente podem ser resolvidas a partir da participação ativa da sociedade, chegando-se à soluções por meio da definição dos problemas. Com propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudanças comportamentais e participação dos educandos, o autor

---

<sup>7</sup> Público estratégico, aquele que entrega algum valor à pessoa ou organização.

acredita ser possível a mudança de valores e a transformação social, visando minimizar os danos ao meio ambiente.

Neste contexto, Plog (2002) sinaliza a relevância de uma gestão sustentável, não apenas em empresas, sociedade e instituições de ensino, mas também aos territórios rurais. Para ele, o tema deve ser enfatizado nos nesses territórios, objetivando à preservação de suas particularidades, de forma a permitir a manutenção da atividade no longo prazo.

Um exemplo claro dessa gestão em territórios rurais é a prática do turismo rural sustentável, que de acordo com Ruschmann (2000), representa muito mais do que um complemento da atividade agrícola tradicional, uma vez que contribui para o desenvolvimento da região, e faz com que a estrutura produtiva se torne local de lazer à população.

### 2.2.2 Turismo Rural Sustentável

Ao deparar-se com as problemáticas ambientais do cenário mundial atual, o tema sustentabilidade ganhou foco e vem tomando notórias proporções nos mais diversos campos de estudo, dentre estes, no turismo rural. A atividade, de acordo com Gomes, Junqueira e Medeiros (2005), é recente no Brasil, sendo que a região pioneira da atividade foi o estado de Santa Catarina no ano de 1985. O sucesso obtido pelos empreendedores que passaram a ofertar o serviço em suas propriedades foi notório, o que prontamente despertou o interesse de atores em outras regiões.

O meio rural vem atraindo uma quantidade cada vez maior da população urbana. Tal fator decorre principalmente pelo fato de que a vida urbana se caracteriza pela impessoalidade, pressa, poluição do ar e desconforto dos ruídos, o que gera a necessidade à população de estar em lugares que representam o oposto, onde se pode encontrar paz, natureza, tranquilidade e repouso (GOMES; JUNQUEIRA; MEDEIROS, 2005).

[...] o ser humano viaja sobretudo em função de um desejo de fuga. Na verdade, esta seria a principal razão de ser do turismo hoje. O universo industrial é percebido como uma prisão que incita a evasão. E isto porque, na realidade, o mundo do trabalho é feio, o ambiente é desagradável, uniformizado e envenenado, o ser humano é tomado pela necessidade obsessiva de se liberar, o que torna inevitável o desejo de fuga (KRIPPENDORF, 2003, p. 47).

Por sua vez, o turismo rural de acordo com Almeida (2010), pode ser compreendido como uma atividade realizada no meio rural, que entra em harmonia com a cultura local e o meio ambiente, tornando-se assim sustentável. Ainda, esta modalidade de turismo pode se tornar uma forma de descontração e lazer para a população, visto que a concentração populacional nos centros urbanos, faz com que as pessoas intensifiquem a busca por alternativas que lhes permitam alterar a rotina cotidiana (VEIGA, 2007; BREGOLIN, 2012).

Além disso, os processos de intensificação da globalização e modernização do campo fizeram com que o meio rural enfrentasse severas transformações, principalmente no que tange às relações de produção e trabalho. Com isso, as atividades rurais passaram a enfrentar problemas, visto que passam por uma crescente desvalorização em relação a outras, e ainda, perda de valores tradicionais, levando os produtores rurais a buscar outras fontes de renda que possibilitem uma maior dinamização econômica. Juntamente com tal percepção, surge a noção de preservação da fauna e flora, dos rios, e das paisagens naturais existentes.

Esses fatores vêm proporcionando a revalorização do modo de vida do homem do campo, permitindo com que se potencializem as atividades rurais por meio de outras formas de renda, como é o caso do turismo rural.

Com isso, passou-se a visualizar também a questão do turismo sustentável, uma vez que os impactos gerados pela atividade turística no meio ambiente, na sociedade e na economia, podem ser tanto positivos, como negativos (IGNARRA, 1999; RUSCHMANN, 2000; COOPER et. al, 2001; PIÑERO-VERDINELLI, 2002; DIAS, 2003; 2008; FALK; REBOUÇAS, 2003; CUNHA; CUNHA, 2005; SOUZA; FERREIRA; SOUZA, 2005; REZENDE; REZENDE, 2005; MAZARO; VARZIN, 2008). Portanto, tais impactos devem ser trabalhados de maneira equilibrada, visando a minimização das consequências para a região turística e a comunidade.

Nesse sentido, Dias (2008, p. 15) cita que a massificação do turismo contribui para a expansão de problemas ambientais em destinos turísticos, uma vez que "(...) o crescimento do turismo exige a construção de toda uma infraestrutura e equipamentos, tanto para a acomodação, como para o deslocamento dos viajantes (...) Nesse processo, é inevitável que se modifiquem as localidades turísticas".

Dessa forma, Dias (op. cit, p. 107) define o turismo sustentável como:

(...) o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade

de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social.

Também Pires (2002) já afirmava que o turismo sustentável se fundamenta nos princípios da sustentabilidade, uma vez que envolve as práticas de conservação de recursos, visando possibilitar o reaproveitamento destes, para as gerações futuras.

A própria Organização dos Estados Americanos (OEA) pauta-se em alguns elementos-chave da sustentabilidade do turismo: preservar a base atual dos recursos para as gerações futuras; manter a produtividade da base de recursos; manter a biodiversidade e evitar alterações ecológicas irreversíveis; assegurar a equidade dentro das gerações e entre elas; manter e proteger o patrimônio cultural (e histórico) da zona, região ou nação (PIRES, 2002).

Ainda, com o olhar voltado para a sustentabilidade, torna-se fundamental que a região seja analisada com base em suas demandas locais e no contexto em que está inserida. De acordo com Martins e Cândido (2008, p. 34):

[...] o desenvolvimento sustentável exige posturas diferenciadas conforme a realidade (ambiente) em que se pretende interagir e intervir, ou seja, as interações homem-natureza se desenvolvem de forma peculiar e exigem posturas adequadas às características do ambiente.

Compreende-se, de maneira geral, que o turismo sustentável é uma ferramenta aliada ao desenvolvimento sustentável, que age como catalisador para o desenvolvimento de pequenos negócios. O mesmo está interligado a vários subsistemas: agricultura, sociedade, meio ambiente e recursos naturais, artesanato, sistemas econômicos e preservação ambiental (RICCI; SANT'ANA, 2009).

Dessa forma, os empreendimentos de turismo devem levar em consideração os impactos que as movimentações turísticas podem ocasionar ao meio natural, sempre buscando a preservação das características socioculturais, e ainda, levando em consideração o setor econômico da região em que estão inseridos (RUSCHMANN, 2000).

Para Korossy (2008, p. 63) “o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Nesse sentido, a OMT entende que o turismo sustentável constitui um modelo de desenvolvimento econômico que deve melhorar a qualidade de vida da comunidade; oferecer aos visitantes experiências de

qualidade, mas ao mesmo tempo, manter a qualidade do ambiente (CANDIOTTO, 2009).

Colaborando com esta afirmação, a Pires (2002) considera também que o desenvolvimento do turismo sustentável remete ao crescimento sem o esgotamento do meio ambiente natural, de forma que preserve a cultura da comunidade local, sempre primando pela preservação e enriquecimento do patrimônio cultural local<sup>8</sup>.

Por sua vez, Swarbrooke (2000) afirma que uma das pedras fundamentais do turismo sustentável é, justamente, a ideia de que a comunidade local deve participar efetivamente das atividades e do planejamento do turismo. Além disso, Pires (2002, p. 119) cita que o Fundo Mundial para a Natureza - *World Wide Fund for Nature* (WWF) considera que o turismo sustentável deve atuar dentro dos seguintes preceitos:

- a) Opera de acordo com a capacidade de geração e produtividade naturais dos recursos;
- b) reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, hábitos e estilos de vida trazem para a experiência do turismo;
- c) aceita que essas pessoas devem receber uma parte justa nos benefícios econômicos do turismo;
- d) é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas respectivas.

E para tanto, utiliza-se de princípios como redução de desperdícios de consumo, apoio às economias locais, utilização dos recursos naturais de maneira sustentável, manutenção da diversidade natural, social e cultural, dentre outros (PIRES, 2002).

Dentro desse contexto, Swarbrooke (2000) expõe alguns benefícios do turismo sustentável:

- a) Estímulo à compreensão dos impactos do turismo;
- b) geração de empregos locais, diretos e indiretos;
- c) estímulo a indústrias domésticas lucrativas;
- d) diversificação da economia local, sobretudo em áreas rurais;
- e) estímulo ao desenvolvimento do transporte local;
- f) criação de facilidades de recreação;
- g) demonstração da importância dos recursos naturais, entre outros.

---

<sup>8</sup> Documento preparado para o XVII Congresso Interamericano de Turismo, realizado em 1997 na Costa Rica.

Também Dias (2008) acredita que o turismo sustentável apresenta alguns fatores-chave para o desenvolvimento, quais sejam: proteção do lugar; pressão de visitantes; intensidade do uso; impacto social; controle de desenvolvimento; gestão de resíduos; processo de planificação; ecossistemas críticos; satisfação do turista; e satisfação da população local.

Assim, o turismo sustentável vem trazendo importantes discussões para o meio científico, visto que as vantagens dessa atividade estão de acordo com as demandas do mercado atual, como por exemplo, indústrias pouco poluidoras; potencial de preservação do meio ambiente e preocupação com gerações futuras (VIEIRA FILHO; ARAÚJO, 2010).

Corroborando com essa visão, Benevides (2002) chama a atenção para a necessidade de compatibilizar o turismo rural com a preservação e a conservação ambiental; a manutenção da identidade cultural; a geração de ocupações produtivas e de renda aliadas ao desenvolvimento participativo e qualidade de vida. Para o autor, somente através da observação desses aspectos é possível desenvolver o turismo nos territórios rurais de modo sustentável.

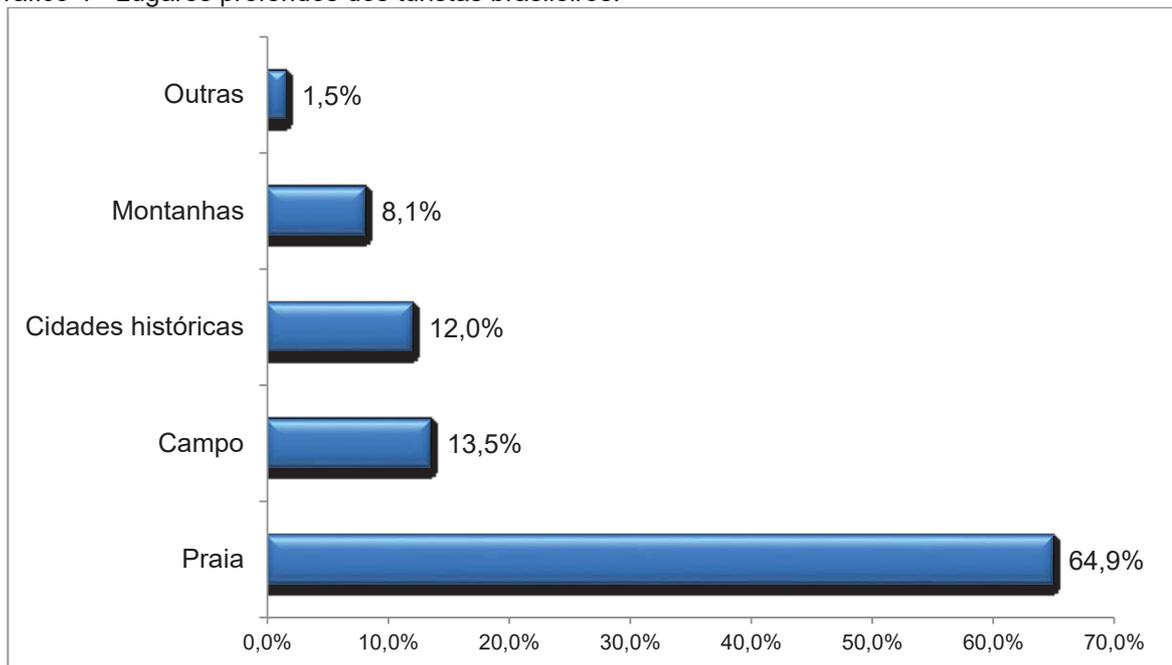
Tais fatores contribuem para a propagação da atividade no país, o que chama a atenção para os princípios básicos do enfoque conceitual do desenvolvimento do turismo sustentável, proposto pela OEA, que de acordo com Pires (2002), são:

- a) Sustentabilidade ecológica: o desenvolvimento deve compatibilizar-se com os processos, a diversidade e os recursos biológicos;
- b) sustentabilidade cultural: o desenvolvimento deve proporcionar a compatibilidade com a cultura e valores dos atores envolvidos, além de buscar manter e fortalecer a identidade da comunidade;
- c) sustentabilidade econômica: o desenvolvimento deverá apresentar eficiência econômica e os recursos devem distribuir-se de maneira a contribuir com as gerações futuras;
- d) e sustentabilidade local: o desenvolvimento deverá beneficiar os atores e comunidades locais, sustentando a rentabilidade das empresas.

Para comprovar a representatividade do turismo rural, o Ministério do Turismo (2010) aponta dados de pesquisa que demonstram as preferências dos turistas na busca de locais para viajar. Os resultados publicados demonstram que o campo é a segunda maior opção na preferência das viagens, apresentando 13,5% de opção de escolha, como se pode visualizar no Gráfico 4.

Vale ressaltar ainda que, dentre as opções de escolha, o campo somente ficou atrás da opção de viagem “praia”, que obteve um total de 64,9% de preferência dentre os respondentes. Os turistas investigados que optam pela opção “campo” apresentam ainda, características inter-relacionadas como: moradores de grandes centros urbanos; apreciadores da culinária típica das regiões; pessoas que valorizam e adquirem produtos orgânicos e artesanais; organizam suas próprias viagens ao meio rural, dentre outras características (MTUR, 2010).

Gráfico 4 - Lugares preferidos dos turistas brasileiros.



Fonte: Adaptado (MTur, 2010).

Ainda, em consonância com os princípios propostos por Pires (2002), o Plano de Turismo do Estado do Paraná (2012–2015) compreende em suas linhas de ação prioritárias o turismo em áreas naturais, englobando nesse aspecto, o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural e o turismo cultural. A partir dessas formas de turismo é possível demonstrar as paisagens naturais do estado, a gastronomia e a cultura da região.

O crescimento da demanda de turismo rural deve inscrever-se dentro do amplo fenômeno de conscientização e reivindicações ecológicas que vivem as sociedades avançadas e altamente urbanizadas nestes últimos anos do século XX. É um fenômeno de resposta à degradação do meio ambiente em escala planetária e de marginalização do não urbano (CAL S; CAPELLÀ; VAQUÉ, 1993, apud. SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 17):

Assim, visualiza-se no turismo rural sustentável, uma maneira de encontrar uma saída para os problemas enfrentados atualmente, de forma a conservar a cultura das regiões, manter a economia dessas famílias em movimento, e ainda, preservar o meio ambiente.

Dessa forma, para identificar os fatores de sustentabilidade, vale destacar a existência de instrumentos de avaliação, que são capazes de analisar a sustentabilidade dos empreendimentos de turismo rural.

### 2.3 INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

Para que um empreendimento de turismo sustentável seja investigado, é fundamental que primeiramente seja analisado seu contexto frente às demandas locais. Neste intuito, Martins e Cândido (2008) afirmam que para se estabelecer o desenvolvimento sustentável, deve-se adotar posturas diferenciadas, de acordo com a realidade do ambiente estudado.

Desta maneira, os atores envolvidos no processo de investigação devem se adequar às ações de sustentabilidade, levando em consideração as oportunidades apresentadas, bem como, os desafios regionais das mesmas (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). Para tanto, visando estabelecer um parâmetro de investigação, existem indicadores e instrumentos de medição, que podem ser adaptados às diferentes realidades dos empreendimentos.

O termo indicador, de acordo com Graymore (2005) deriva do latim *indicare*, e remete ao significado de anunciar, tornar-se de conhecimento público, algo a apontar. Consiste em uma ferramenta que auxilia no entendimento de onde se está, para onde se vai e quão longe se pretende alcançar (UNWTO, 2004). Ou seja, um indicador serve para que as informações sobre fenômenos sejam simplificadas, sendo mais compreensíveis e quantificáveis.

Ainda, acerca destes indicadores, Kronemberger (2003, p. 39) afirma:

Os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) vêm sendo propostos desde fins da década de 80 e sobretudo a partir da 2ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que reconheceu sua importância e sugeriu no capítulo 40 da Agenda 21 que os países os desenvolvessem para guiar as ações, monitorar o avanço alcançado em relação ao DS e adquirir bases sólidas para a tomada de decisão em todos os níveis.

Após mensuradas, tais variáveis permitem, na visão de Cândido (2004) e Trentin, Sansolo e Gruber (2006), a tomada de decisões de maneira mais eficaz, uma vez que possibilita aos gestores, ao poder público e aos membros da comunidade, sintetização das informações de modo mais claro. Fazem-se importante também, visto que, a partir dos dados obtidos, evidencia-se a necessidade de metas para o alcance dos objetivos da sustentabilidade. Visam, principalmente, compreender sistematicamente o processo de construção do desenvolvimento, envolvendo desde os aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais, até mesmo os institucionais (CÂNDIDO, 2008).

Vale ressaltar que existe uma tênue diferença em se referir a um conjunto de indicadores e a um sistema de indicadores. O primeiro remete a uma coleção de itens que não necessariamente tenham correlação entre si; já o segundo segue determinados critérios de seleção, encaixando-se de maneira a formar ou aferir um resultado sobre alguma coisa (KRONEMBERGER, 2003).

Na opinião de van Bellen (2002), pode-se considerar os indicadores de sustentabilidade como as principais ferramentas de avaliação do progresso do desenvolvimento sustentável, uma vez que exigem uma visão integrada entre o meio ambiente, a sociedade e a economia de uma região. Entretanto, para mensurar este progresso, Prescott-Allen (2001) e van Bellen (2002) citam que alguns critérios devem ser estabelecidos, como:

- a) os dados devem estar disponíveis, serem relevantes, mensuráveis e rapidamente atualizados;
- b) ao longo do tempo deve haver a possibilidade de comparação entre diferentes regiões;
- c) os indicadores devem ser viáveis financeiramente;
- d) deve haver aceitação política, pois isso permitirá que os dados obtidos possam ser utilizados na elaboração das políticas públicas das regiões.

No entanto, dentre os sistemas de indicadores existentes, poucos possuem foco específico no desenvolvimento sustentável (GRAYMORE, 2005). Cada qual possui sua especificidade, sendo que alguns adotam como parâmetro o relatório de Brundtland, e outros são definidos de acordo com as interpretações do autor do método.

É nesse sentido que van Bellen (2005) afirma que avaliar a sustentabilidade não é uma tarefa fácil, visto que a ferramenta escolhida deve capturar as informações,

sem reduzir a qualidade dos resultados obtidos na aplicação dos indicadores. Corroborando com esta ideia, também Graymore (2005) afirma que existem diversos modelos para avaliação da sustentabilidade, no entanto, eleger um como melhor, ou mais adequado é impossível, uma vez que cada um possui sua especificidade.

Para Kronemberger (2003) o melhor sistema de indicadores a ser utilizado deve ser aquele que está apto a avaliar perspectivas a curto e longo prazo, sendo que deve integrar a natureza à sociedade e também, deve avaliar diferentes critérios. Nessa visão, dentre os diversos sistemas existentes para aferir a sustentabilidade, este estudo valeu-se de um levantamento apenas das ferramentas voltados especificamente ao turismo, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Sistemas de indicadores de sustentabilidade turística e suas características.

Sistemas de indicadores	Principais Características
Barômetro de Sustentabilidade do Turismo ( <i>Barometer of Tourism Sustainability - BTS</i> )	Ferramenta que busca fornecer uma forma de organizar e mensurar os indicadores, permitindo um reflexo real da região. Combina duas dimensões fundamentais: o ecossistema e o sistema humano. Divide os dados em uma escala de vários níveis, analisando se a atividade turística é sustentável (KO, 2005).
<i>Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat (CSI)</i>	Pode ser utilizado para descrever as relações entre causas e consequências dos problemas ambientais, considerando as atividades humanas, as pressões que as indústrias e os transportes causam ao meio ambiente, os impactos que essas atividades causam na saúde humana. Isso tudo visando obter respostas que demandem políticas públicas para sua resolução (CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO, 2010).
<i>'Destination Scorecard da National Geographic Traveler</i>	Busca avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos com base em seis critérios: 1 - Qualidade ambiental e ecológica do destino; 2 - Integridade social e cultural; 3 - Condições do patrimônio construído (arqueológico, histórico e estruturas existentes); 4 - Atratividade estética (tanto do patrimônio natural como do construído); 5 - Qualidade da gestão turística (benefícios para a população local; informação aos turistas sobre o local e o seu papel nesse destino); 6 - Perspectiva futura para o destino em termos de sustentabilidade, levando em consideração as práticas dominantes. Com base nestas questões avaliam-se os diversos destinos a partir de uma escala de pontos que vai de 1 (catastrófico) a 10 (sustentável). A partir destes critérios, obtém-se um ranking dos destinos turísticos mais sustentáveis, que são pontuados por meio de uma equipe de mais de 200 peritos (PARTIDÁRIO, 2004).
Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos da Organização Mundial de Turismo (UNWTO)	Analisam aspectos como: bem-estar das comunidades receptoras; aspectos culturais; participação da comunidade no desenvolvimento do turismo; satisfação do turista; saúde e segurança; benefícios econômicos oriundos do turismo; proteção dos valores naturais; gestão de recursos naturais escassos; impactos do turismo associados à geração de resíduos e poluição (do ar, sonora e visual); controle das atividades turísticas; planejamento do destino; desenho de produtos e serviços; e a sustentabilidade de serviços e operações turísticas (UNWTO, 2004)

Sistemas de indicadores	Principais Características
Pegada Ecológica do Turismo ( <i>Ecological Footprint Method - EFM</i> )	Ferramenta desenvolvida para medir a sustentabilidade ecológica de um determinado sistema a partir da contabilização dos fluxos de matéria e energia existentes numa determinada economia. Fatores que podem ser analisados: água, resíduos, alojamentos, alimentação, viagem de/para o aeroporto, viagem aérea até ao destino, aluguel de carros, excursões e consumo energético do hotel (WACKERNAGEL; REES, 1996).

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do Quadro 1, pode-se observar que cada sistema possui características diferentes, sendo que algumas visam observar critérios ambientais, sociais e econômicos, outros analisam diferentes pontos, com alterações consideráveis nos processos de avaliação do desenvolvimento. Cada qual possui uma metodologia de aplicação que deve ser adequada à realidade da região a ser pesquisada.

Nesse sentido, buscando adequar a melhor ferramenta ao desenvolvimento dos objetivos deste estudo, acredita-se que o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo, proposto por Ko (2005), possua o método mais adequado para mensurar os dados dos empreendimentos de turismo rural da Região Oeste do Paraná, investigados neste estudo.

Tendo em vista a metodologia específica adotada para cada sistema, vale destacar que os sistemas “*Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat*”, “Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos da Organização Mundial de Turismo” e “Pegada Ecológica do Turismo” não foram selecionados para serem utilizados neste estudo, uma vez que possuem foco principalmente na economia, na qualidade de vida da população do entorno, e também nas causas e consequências dos problemas ambientais voltados às pressões causadas no meio ambiente, pelas indústrias e transportes.

Por sua vez, o sistema “*Destination Scorecard da National Geographic Traveler*”, também não será utilizado como ferramenta de pesquisa, uma vez que necessita de avaliação por peritos da área de sustentabilidade, de diversas regiões do mundo para ser mensurado.

Visto que este estudo tem o objetivo de investigar as práticas de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos de turismo rural, cabe ressaltar que estas ferramentas inviabilizariam o objeto de pesquisa utilizado, por não se ajustarem

aos parâmetros do estudo, de modo que o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo se mostrou o mais ajustado ao presente estudo.

### 2.3.1 Barômetro da sustentabilidade do turismo

O Barômetro de Sustentabilidade do Turismo (BTS - *Barometer of Tourism Sustainability*) proposto por Ko (2001; 2005) consiste em uma ferramenta capaz de mensurar os indicadores da sustentabilidade, de maneira a fornecer informações para a correta tomada de decisões no futuro. Para o autor:

An assessment model of STD should provide a systemic way of organizing, combining, and measuring indicators so that policymakers can draw conclusions about the state of health (system quality) of the human and natural ecosystem for a destination<sup>9</sup> (KO, 2001, p. 817).

O BTS não adota em sua constituição, as definições do Relatório de Brundtland e também não leva em consideração a dimensão dos aspectos econômicos, pois, na visão de Ko (2005), estes já estão indiretamente representados na qualidade de vida das pessoas. Assim, o BTS inclui apenas os componentes do ecossistema e da qualidade de vida das pessoas, por entender que esses são mais importantes para mensurar a sustentabilidade dos destinos turísticos, e que por si só, são suficientes. De acordo com Ko (2005), a manutenção do capital natural irá por si só, garantir o futuro das próximas gerações.

Portanto, a ferramenta segue a metodologia do Barômetro da Sustentabilidade<sup>10</sup> (BS), desenvolvido originalmente por Prescott-Allen (1942). Nesse sentido, o BTS fornece a imagem dos sistemas humano e ambiental da região pesquisada a partir dos indicadores, que devem ser escolhidos em consonância com os aspectos do sistema (KO, 2005).

---

<sup>9</sup> Tradução: Um modelo de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos deve fornecer uma maneira sistêmica de organização, combinação e mensuração dos indicadores para que os gestores de políticas públicas possam tirar conclusões sobre o estado de saúde (sistema de qualidade) do sistema humano e do ecossistema natural para um destino turístico.

<sup>10</sup> Para avaliar a sustentabilidade do turismo, o BTS utiliza uma adaptação da metodologia proposta por Prescott-Allen (1942). Tal adaptação decorre da premissa de que, em essência, um destino turístico é um espaço geográfico composto tanto pelo sistema humano, quanto pelo ecossistema, e estes são diretamente influenciados pelas atividades turísticas (KO, 2005). O BS não possui foco específico nas atividades de turismo, nesse sentido, optou-se pela aplicação do sistema proposto por Ko (2005).

Todos os indicadores escolhidos são classificados e convertidos em uma escala que se divide em diversos índices de (in)sustentabilidade, conforme demonstra a Tabela 1.

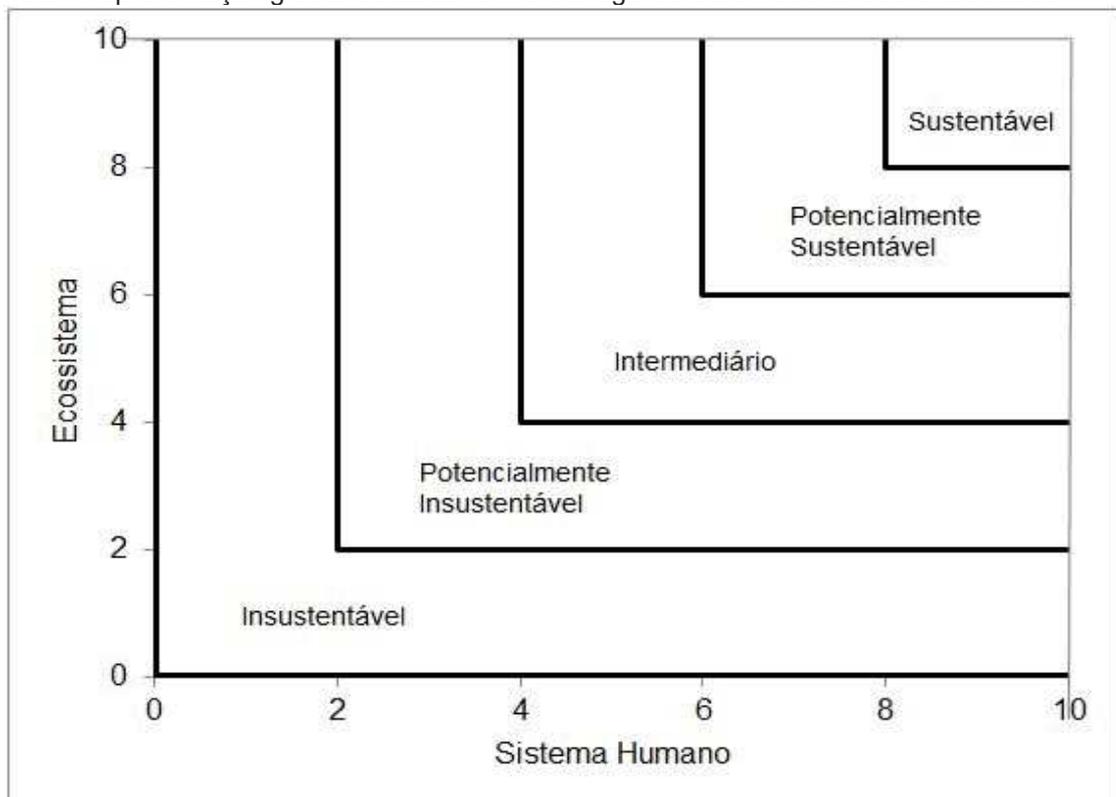
Tabela 1 - Escalas de performance do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo.

Faixa	Escala	Definição
1 – 20%	Insustentável	Inaceitável
21 – 40%	Potencialmente insustentável	Indesejável
41 – 60%	Intermediário	Performance neutra
61 – 80%	Potencialmente sustentável	Aceitável, objetivo quase alcançado
81 – 100%	Sustentável	Desejável, objetivo completamente alcançado

Fonte: Ko (2005).

Após esta classificação de valores, é realizada uma média aritmética de valores, que são colocados em eixos, de forma a serem demonstrados graficamente, facilitando a interpretação dos mesmos (Figura 2). A análise do gráfico pode demonstrar se a atividade turística é sustentável, tanto no sistema humano, quanto no ambiental, ou seja, reflete uma perspectiva geral da sustentabilidade do empreendimento.

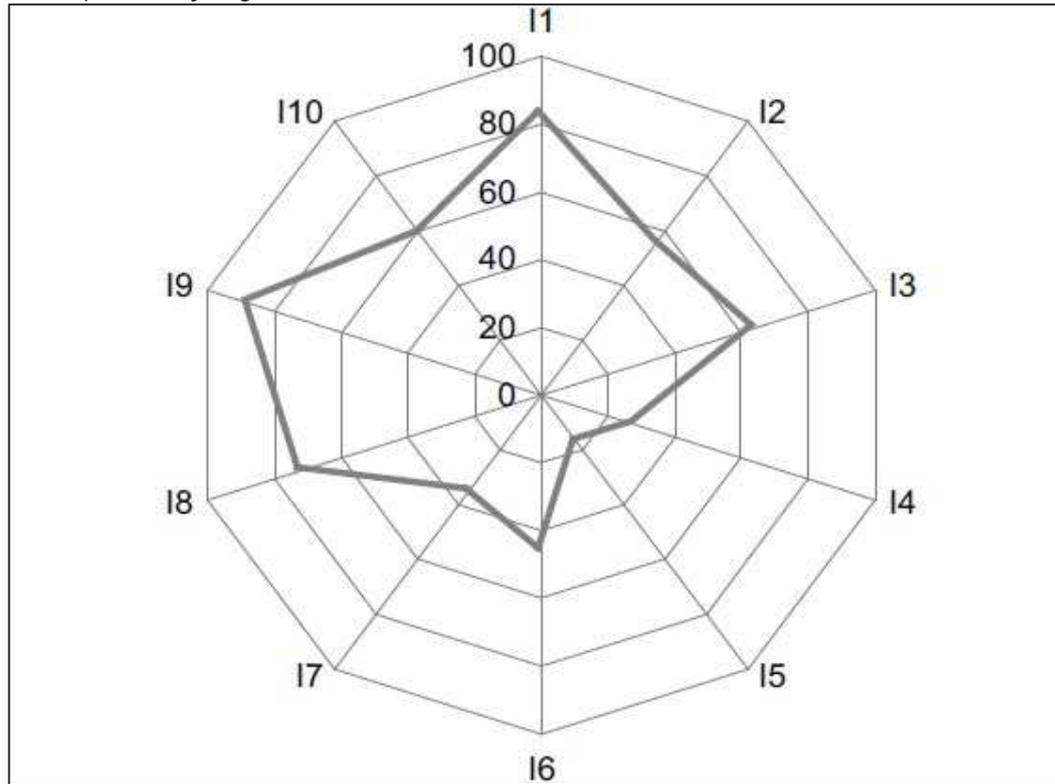
Figura 2 - Representação gráfica utilizada na metodologia do Barômetro de Sustentabilidade.



Fonte: Adaptado de Ko (2001).

No entanto, o gráfico suprime os dados obtidos por cada indicador em uma leitura simples, perdendo-se as informações sobre a sustentabilidade de cada um. Para superar esta limitação, Ko (2005) propõe o Método Geral de Descrição e Avaliação do Ecossistema (AMOEBAs), demonstrado na Figura 3.

Figura 3 - Representação gráfica do método AMOEBA.

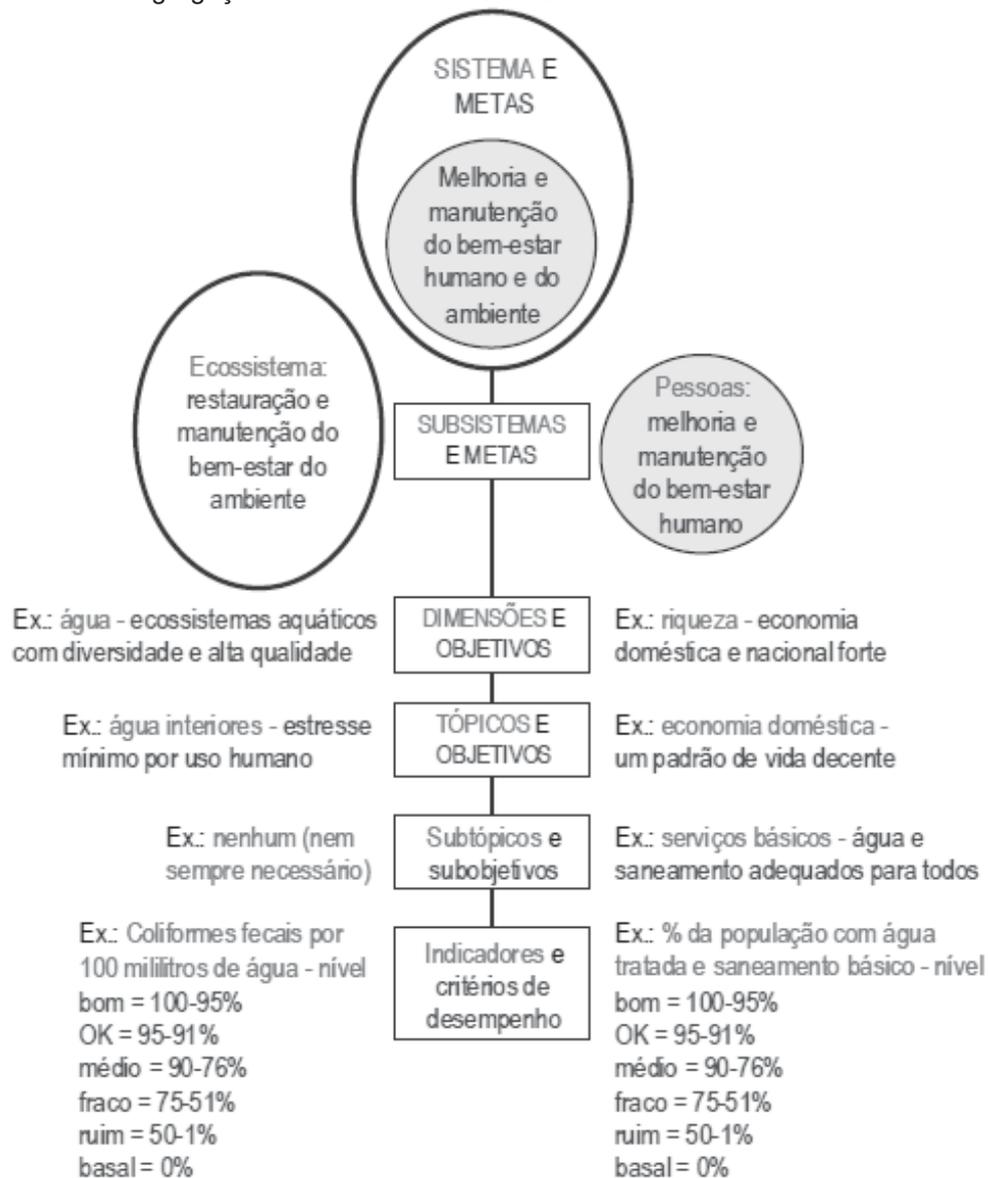


Fonte: Adaptado de Ko (2005).

O AMOEBA trata-se de uma representação gráfica em forma de radar, que demonstra, de acordo com Ko (2005), o nível de sustentabilidade de cada um dos indicadores estabelecidos, de acordo com a escala apresentada anteriormente na Tabela 1.

Ainda, de acordo com Mousinho (2001), a forma de agregação dos indicadores no BTS, segue a sequência estabelecida na Figura 4.

Figura 4 - Forma de agregação dos indicadores no BTS.

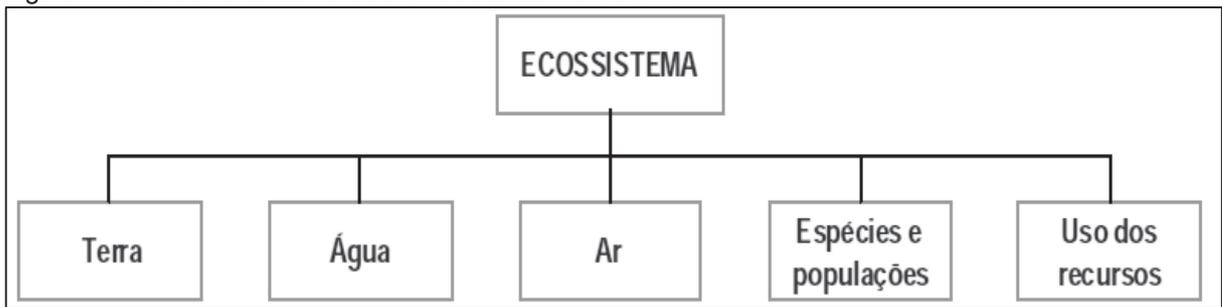


Fonte: Mousinho (2001).

Conforme a Figura 4, os indicadores estão agregados inicialmente por meio da escolha do sistema e das metas do estudo. Posteriormente, a metodologia deve buscar avaliar os níveis do ecossistema e do bem-estar social, a partir daí, podem ser definidas as dimensões, os tópicos, os subtópicos, e por último, os indicadores para mensurar o desempenho. Para Prescott-Allen (2001), deve haver essa interação entre os indicadores, pois um único indicador isolado não é capaz de refletir a realidade da sustentabilidade. Ressalta-se que para fins de análise empírica, neste estudo utilizou-se somente o ecossistema, uma vez que o foro do estudo está a análise ambiental.

Nesse sentido, Mousinho (2001) cita que o ecossistema deve compor uma estrutura comum, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5 - Estrutura da dimensão do ecossistema do BTS.



Fonte: Mousinho (2001).

Conforme a Figura 5, o ecossistema é composto por cinco indicadores, que consistem:

- a) Solo: cultivo e outros ecossistemas, incluindo modificação, degradação, conversão, diversidade e qualidade das áreas de floresta;
- b) água: diversidade e qualidade das águas e ecossistemas, incluindo modificação, poluição e esgotamento;
- c) ar: qualidade do ar e condições da atmosfera global;
- d) espécies e genes: diversidade genética, espécies selvagens e população;
- e) uso de recursos: geração de dejetos, reciclagem, energia, pesca, mineração e pressão da agricultura.

Especificamente no caso dos destinos turísticos, o BTS deve se preocupar com diversos fatores para avaliar o sistema ecológico (qualidade do ecossistema, gestão política ambiental, impactos da atividade sobre o meio ambiente, sistema ecológico, dentre outros). Entretanto, o BTS não estabelece limitações acerca de quais são os indicadores mais adequados para aplicação nessa dimensão (KO, 2005).

Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que Ko (2001) afirma que os indicadores, dimensões e métodos de coleta de dados escolhidos para a pesquisa podem variar de um destino para o outro, sendo que devem ser adaptados de acordo com as especificidades de cada região estudada e sempre conduzidos a nível local. Neste contexto, a IUCN (1998, apud MOUSINHO, 2001), afirma que esses indicadores devem possuir determinados padrões para que sejam considerados de qualidade (Quadro 2).

Quadro 2 - Características de um indicador de alta qualidade.

<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
Relevância	O indicador está relacionado a um objetivo explícito.
Representatividade	O indicador cobre os aspectos mais importantes do tópico em questão.
Precisão	O indicador reflete corretamente até onde o objetivo está sendo alcançado e qual a situação do tópico.
Mensurabilidade	O indicador pode ser medido sem custo ou esforço excessivo.
Exequibilidade	O indicador depende de dados que estão prontamente disponíveis ou podem ser obtidos a um custo razoável.
Adequação analítica	O indicador está bem fundamentado e utiliza medidas padronizadas, sempre que possível, para permitir comparação.
Sensibilidade	O indicador mostra tendências ao longo do tempo.
Capacidade de resposta	O indicador reflete mudanças nas condições e diferenças entre lugares e grupos de pessoas.

Fonte: Adaptado de Mousinho (2001).

Observando-se tais características (propostas no Quadro 2), os indicadores selecionados (Figura 5) estarão aptos para serem utilizados na avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos de turismo rural.

Para além dos benefícios encontrados com as ferramentas de análise de sustentabilidade dos empreendimentos de turismo rural sustentável, vale destacar a existência de políticas públicas voltadas ao turismo rural e também, políticas específicas dos roteiros de turismo sustentável de base comunitária, que visam atrelar a atividade turística às potencialidades das comunidades rurais.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL

Entre tantas atividades, o turismo pode ser visto como um setor socioeconômico que depende muito de políticas de desenvolvimento sustentável, uma vez que possui potencial para realizar importantes modificações na qualidade de vida da população. Tais políticas consistem em diretrizes norteadoras do poder público, que regem normas e procedimentos para suas relações com a sociedade. Elas orientam as ações de aplicação dos recursos, nas quais as decisões são tomadas para a solução dos problemas da sociedade. Visam à proteção local, cultural e ainda, a responsabilidade ambiental, dessa forma, um dos principais objetivos da gestão consciente dos recursos naturais, é atingir a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (BARDDAL; ALBERTON; CAMPOS, 2010).

No entanto, o turismo rural enfrenta ainda algumas dificuldades no que tange à legislações específicas sobre sua atuação. A maior delas é o fato de que as

legislações não têm acompanhado as transformações que ocorrem no meio rural. Tal limitação resulta em atitudes informais pela população rural, que sem legislações específicas, acabam realizando suas atividades desamparadas de base legal (MTUR, 2010).

Existem sim, algumas legislações ambientais existentes em âmbito federal, que podem ser aplicadas aos empreendimentos de turismo rural, e que permitem aos empreendedores gerirem seus negócios de maneira ideal. Tais legislações, demonstradas no Apêndice A, regulamentam a atividade turística, apresentando desde legislações sanitárias, até legislações trabalhistas e de preservação do patrimônio natural.

Além destas, vale ressaltar a existência de legislação própria do estado do Paraná, que consiste na Lei nº 15.143, de 31 de maio de 2006. Tal lei visa definir as atividades turísticas específicas do turismo rural na agricultura familiar, de acordo com os seguintes princípios:

Artigo 3º - As atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar estão alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

- a) Ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo;
- b) Incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor;
- c) Valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;
- d) Contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da autoestima dos agricultores familiares;
- e) Ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território.
- f) Ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar;
- g) Proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural;
- h) Estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico (PARANÁ, 2006).

Tais princípios remetem claramente aos diversos conceitos de turismo rural encontrados na literatura, pois visam o aproveitamento do potencial de desenvolvimento de determinada região ou empreendimento. Assim, os empreendimentos de turismo rural devem pautar-se nessas especificidades para o desenvolvimento da atividade turística.

Atualmente, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, vem investindo fortemente no desenvolvimento do turismo sustentável de base comunitária. Tal iniciativa, que é o caso dos nove empreendimentos investigados

neste estudo, busca fortalecer os empreendimentos turísticos por meio da realização de atividades coletivas, envolvendo roteiros turísticos.

#### 2.4.1 Turismo Sustentável de Base Comunitária

Como alternativa econômica para as comunidades que se preocupam com a conservação do meio ambiente e da cultura regional, apresenta-se o Turismo de Base Comunitária (TBC). O TBC, de acordo com Irving e Azevedo (2002), consiste em um processo de cooperação entre uma comunidade, onde associa-se as atividades econômicas com o turismo e o patrimônio histórico das regiões. Tal patrimônio, segundo Maldonado (2009) é constituído por um conjunto de crenças e valores, instrumentos, lugares, territórios e culturas de um povo.

Nesse sentido, o TBC proporciona aos turistas um contato direto com o modo de vida das comunidades rurais, alertando-os para a importância da sustentabilidade, uma vez que relaciona conceitos à respeito da conservação da natureza, e também, dos modos de vida tradicionais (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008).

Em suma, o TBC trata-se de um conceito que não se diferencia totalmente das demais modalidades de turismo, uma vez que também pode oferecer os serviços de hospedagem e alimentação. Ainda, o TBC se torna importante, uma vez que:

(...) a produção associada e o Turismo de base comunitária devem ser compreendidos como uma alternativa estratégica de valorização e qualificação dos destinos, com grande impacto para o desenvolvimento local e que contribuem para a promoção da diversificação da oferta turística (MTUR, 2014, p. 65).

Ainda, de acordo com Sampaio, Zechner e Henríquez (2008) existem três características principais que diferem o TBC das demais temáticas:

- a) Entendimento da atividade de turismo como um subsistema interligado ao meio ambiente e a educação;
- b) visão de desenvolvimento regional sistêmico;
- c) convivência entre os turistas e a comunidade que os recebe.

Além destas características, Coriolano (2003) afirma que é notória a percepção de que esta modalidade de turismo se destaca da convencional, devido ao contato que se estabelece entre o turista e os agentes locais, uma vez que ocorre uma interação direta entre as partes. Já no turismo convencional, essas relações costumam ser distantes e impessoais.

Nesse sentido, Irving e Azevedo (2002) afirmam que o TBC proporciona experiências de planejamento para o desenvolvimento do turismo de base local, que necessitam de um resgate e conservação da cultura familiar e que podem ser vivenciados por meio da atividade turística. Além desse resgate cultural permite-se que as comunidades manifestem suas atividades produtivas e propaguem o artesanato local.

Também Coriolano (2003) enfatiza que o TBC oferece aos turistas uma oportunidade de vivenciarem o cotidiano dos residentes locais, o que os permite passar por um intercâmbio cultural, onde ocorre nitidamente a troca de saberes e experiências. Para a autora, nessa modalidade de turismo “[...] o turista é atraído pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar” (CORIOLANO, 2003, p. 191).

Assim, devido ao atual panorama da dinâmica socioambiental, Fratucci (2009) destaca que o turismo necessita de bases para o desenvolvimento sustentável, tornando-se fundamental a existência de políticas públicas de ordenamento do turismo, de forma a consolidar a atividade regionalmente.

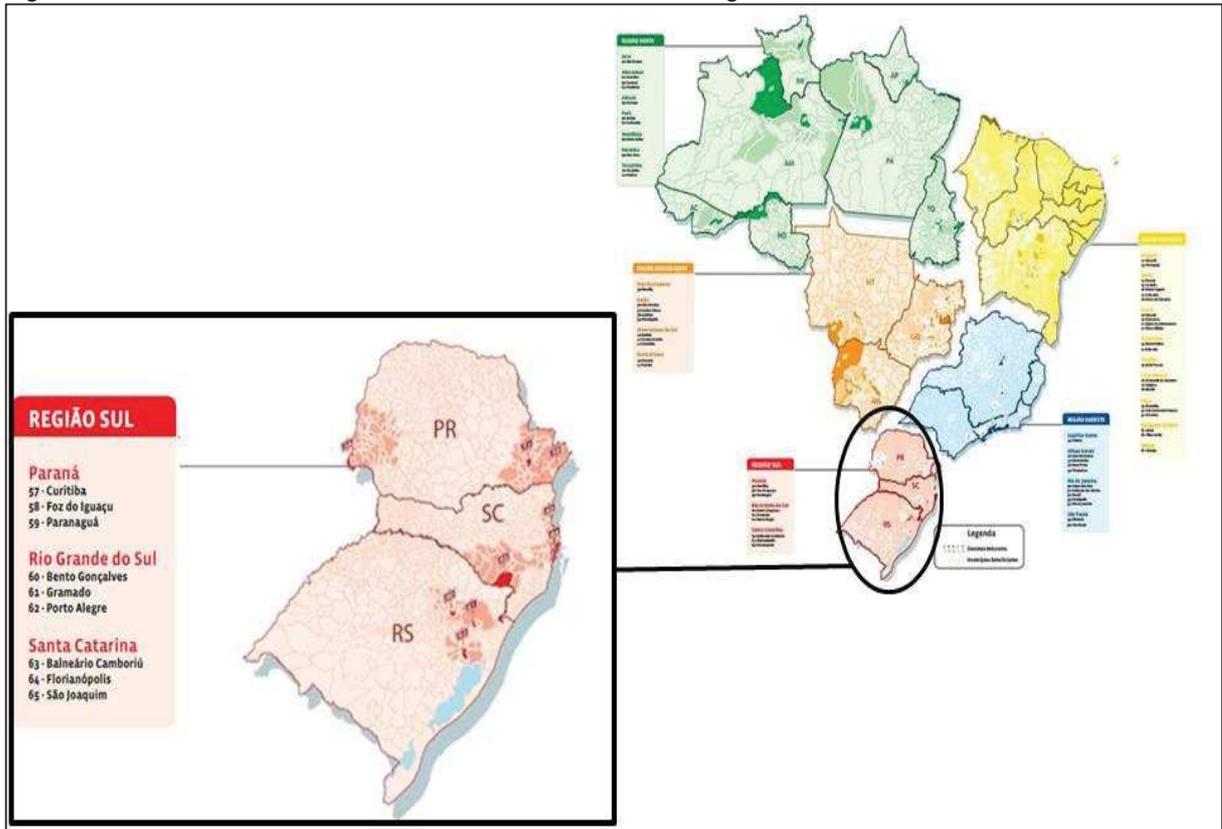
O significado de regionalizar é, portanto, de transformar ações individuais dos municípios em políticas públicas conjuntas, integradoras e motivadoras de mudanças. Para sua concretização é preciso novas posturas, que envolvam negociação, relacionamentos, visão estratégica, gestão e planejamento (MENEZES; TOMAZZONI, 2012, p. 249).

Um exemplo efetivo dessas políticas públicas consiste na elaboração de roteiros que apresentem diferenciais competitivos aos empreendimentos, como é o caso das experiências interativas com as comunidades rurais. Especificamente, o roteiro foco deste estudo, faz parte de um programa do Governo Federal, denominado Programa de Regionalização do Turismo, no qual os municípios são incentivados a desempenhar uma atividade coletiva, sendo que as peculiaridades de cada empreendimento podem ser valorizadas e potencializadas em um mercado mais abrangente.

O programa, segundo o MTur (2014), visa o mapeamento do turismo no Brasil. A partir deste programa, foram selecionados 65 destinos considerados indutores da atividade turística, que passaram a receber investimentos técnicos e financeiros do governo, visando aprimorar os empreendimentos destas regiões, multiplicando seu potencial turístico.

A Figura 6 demonstra a localização dos destinos indutores selecionados para participar do programa, e dentre eles encontra-se a Região Oeste do Paraná.

Figura 6 - Destinos indutores de desenvolvimento turístico regional.



Fonte: Adaptado de MTur (2014).

Conforme se observa na Figura 6, dentre os destinos selecionados encontra-se o município de Foz do Iguaçu e os municípios do entorno. A partir deste incentivo do Ministério do Turismo e auxílio dos institutos Polo Iguassu e Educare, em 2008 fomentou-se a iniciação do trabalho de diagnóstico do turismo na região, onde inicialmente doze empreendimentos foram escolhidos para compor a iniciativa<sup>11</sup>.

Dentre os destinos selecionados estavam: Artesanato Vitória (Município de Itaipulândia); Associação Vemser (Município de Foz do Iguaçu); Recanto Família Grassi; Museu Nona Grassi; Família Bózio (Município de Matelândia); Recanto Olivo (Município de Medianeira); Sítio Arruda; Sítio Colina; Fonte do Macuco; Recanto Olina Scherer (Município de São Miguel do Iguaçu); Sítio das Orquídeas (Município de Marechal Cândido Rondon); e Vinhos Bouffleur (Município de Quatro Pontes). Estes

<sup>11</sup> Estudos já realizados neste mesmo roteiro, comprovam a efetividade do Programa de Regionalização do Turismo (TOMIO; SCHMIDT, 2014; ROSSI, et. al., 2014).

empreendimentos foram então adotados como objeto de investigação deste estudo. Pretende-se a partir da análise do caso empírico, contribuir com as discussões acerca da sustentabilidade ambiental desses empreendimentos regionais de turismo rural, baseado nos pressupostos apresentados a seguir.

## 2.5 PRESSUPOSTOS DE PESQUISA

O constructo teórico desenvolvido conduziu este estudo aos seguintes pressupostos:

**Pressuposto 1:** Os empreendedores que compõem o roteiro de turismo rural do Oeste do Paraná possuem práticas de trabalho voltadas à sustentabilidade ambiental, uma vez que o meio ambiente é recurso essencial para a realização da atividade. Assim, acredita-se que mesmo sem possuir conhecimento formal a respeito de turismo rural sustentável, os empreendedores possuem práticas voltadas à preservação do meio natural.

**Pressuposto 2:** Apesar de haver o cuidado com o meio ambiente, que consiste em um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade de turismo rural, acredita-se que os empreendedores não possuam uma gestão formal estabelecida em suas iniciativas por exemplo, por meio, do uso consciente de indicadores de sustentabilidade, uma vez que estes se apresentam como ferramentas utilizadas em destinos turísticos já consolidados. Tal fator pode estar atrelado ao fato de que os empreendimentos foram criados recentemente, e também, por se tratar de micro empreendimentos de gestão familiar, os quais usualmente não possuem práticas formais de gestão.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo são descritos os procedimentos metodológicos que nortearam esta pesquisa. Aborda-se primeiramente, a identificação da área de estudo, bem como, a caracterização da pesquisa. Em seguida, elenca-se a estrutura da pesquisa, que teve cunho qualitativo e exploratório-descritivo. Por fim, tecem-se considerações acerca das técnicas utilizadas para a coleta e a análise de dados.

#### 3.1 OBJETO DE ESTUDO

Esta pesquisa propôs-se a investigar determinadas iniciativas de turismo rural compreendidas em um roteiro específico existente na Região Oeste do Paraná. Tal investigação se deu à guisa da sustentabilidade ambiental do turismo.

O roteiro turístico investigado neste estudo, denominado Turismo Sustentável de Base Comunitária é considerado uma experiência inovadora para a região. Trata-se de uma região rica em recursos naturais, na qual o turismo pode despontar como uma estratégia de diversificação e fortalecimento na agricultura familiar.

Os empreendimentos selecionados<sup>12</sup> atuam neste roteiro desde o ano de 2008, quando o Ministério do Turismo incentivou fortemente a formação de um processo coletivo no âmbito turístico, com o intuito de trabalhar de forma participativa com pequenos produtores rurais que buscam, não somente o complemento de renda, mas também o resgate histórico e cultural da vida no campo. E que ainda, por meio do turismo, buscam proporcionar à sociedade uma opção de lazer e descanso, e principalmente, oportunizar o contato com o meio ambiente, mas com o cuidado e a importância da preservação da natureza.

O roteiro faz parte de uma iniciativa para inserção de serviços e produtos no mercado, e integra o Projeto de Fortalecimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária, realizado pelo Ministério do Turismo e pelo Instituto Pólo Internacional Iguassu (POLO IGUASSU) e Instituto Educare (TOMIO; SCHMIDT, 2014). Engloba atualmente nove empreendimentos<sup>13</sup>, localizados nos municípios de Matelândia

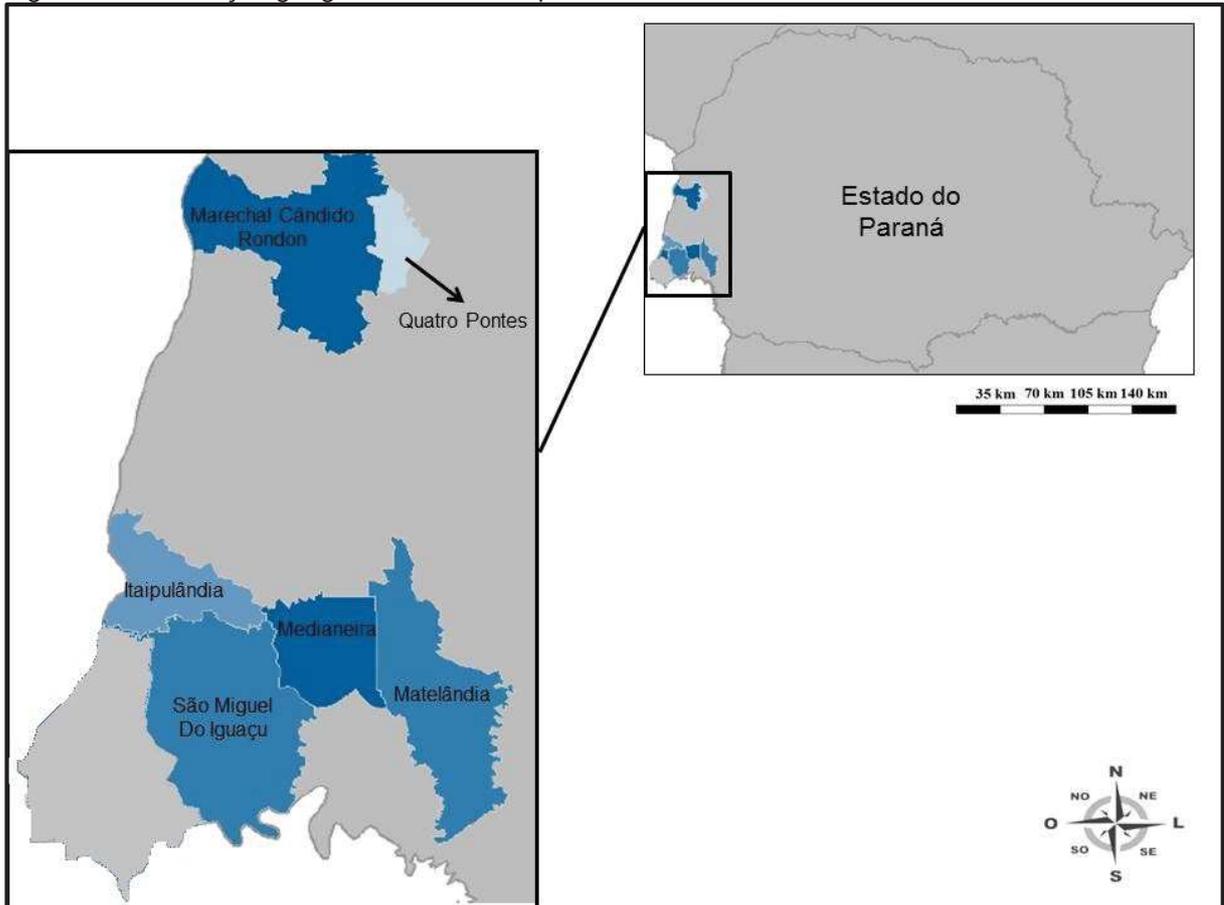
---

<sup>12</sup> A seleção dos empreendimentos do roteiro aconteceu em 2008, por meio de critérios pré-estabelecidos, quando da realização do Projeto de Fortalecimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária, realizado pelos Institutos Educare e Pólo Iguassu, em parceria com o Ministério do Turismo. Maiores informações sobre a formação do roteiro, vide Schmidt et. al (2014).

<sup>13</sup> O projeto inicial atuou diretamente com doze empreendimentos. No entanto, atualmente três destes desativaram suas atividades.

(Família Bózio e Recanto Família Grassi), Itaipulândia (Artesanatos Vitória), Medianeira (Recanto Olivo), São Miguel do Iguaçu (Fonte do Macuco, Recanto Olina Scheffer e Sítio Arruda), Quatro Pontes (Vinhos Bouffleur) e Marechal Cândido Rondon (Sítio das Orquídeas). A Figura 7 representa a localização geográfica destes municípios.

Figura 7 - Localização geográfica dos municípios.



Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha da investigação desses empreendimentos se deu, pois de acordo com Tomio e Schmidt (2014), as questões ambientais nessa região são discutidas de modo particular, na ausência de um debate científico. Tendo em vista que, segundo Silva, Reis e Amancio (2014, p. 98) “as discussões sobre sustentabilidade podem fomentar reflexões sobre a intervenção humana no ambiente e a busca de caminhos para que essa seja reduzida” é fundamental que se investigue os impactos ambientais causados pelo estabelecimento de empreendimentos de turismo rural neste contexto.

### 3.2 DELINEAMENTO E ETAPAS GERAIS DA PESQUISA

Este estudo desenvolveu-se inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica, com o intuito de buscar conceitos e suporte teórico sobre o tema de turismo rural sustentável. Na sequência, realizou-se uma pesquisa documental, que teve o objetivo de investigar, por meio de dados secundários, alguns documentos produzidos pelo Pólo Iguassu, pelo Instituto Educare, pelas Secretarias Municipais e pelos próprios empreendimentos investigados. Tal análise visou identificar a localização e a caracterização dos empreendimentos. Assim foram localizados e mapeados os empreendimentos que compõem o roteiro “Turismo Sustentável de Base Comunitária”, na região Oeste do Paraná.

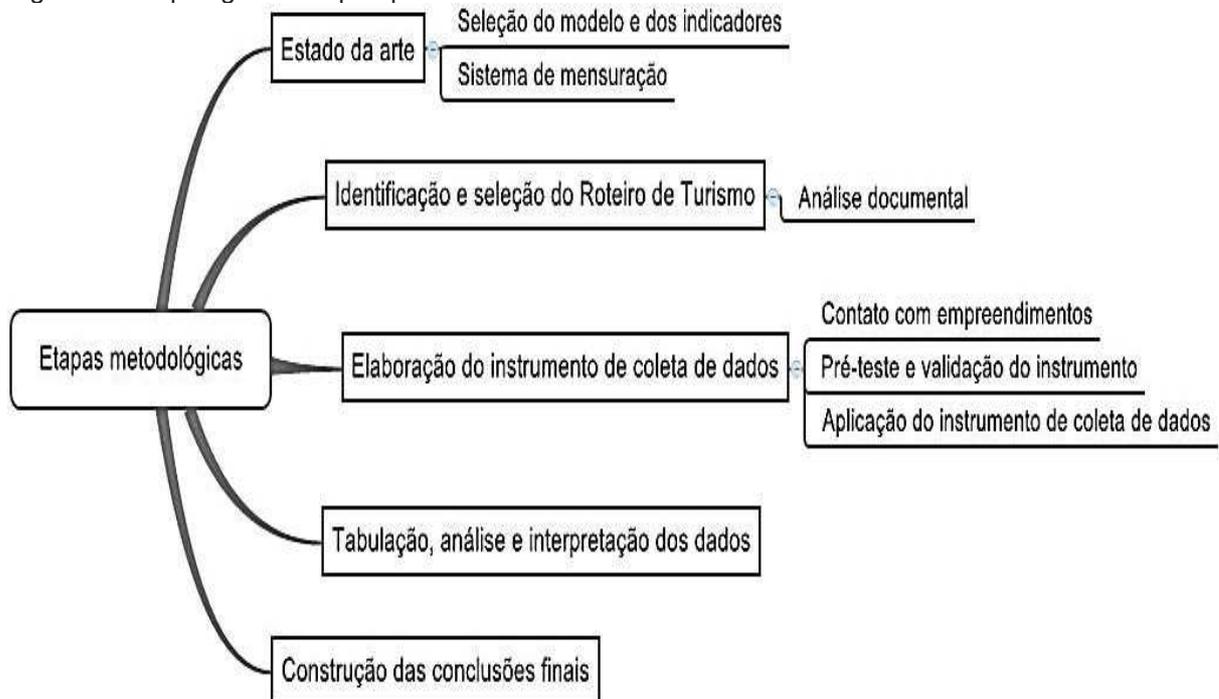
No que tange a abordagem utilizada, para alcançar os objetivos propostos este estudo fez uso, tanto para a análise quanto para a coleta de dados, principalmente, da abordagem qualitativa. De acordo com Richardson (2008) a pesquisa qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Além disso, tal abordagem é utilizada em situações complexas ou particulares, tais como o estudo de fatos do passado e análise de atitudes ou motivações, utilizando-se particularmente das técnicas de observação e entrevista.

Quanto aos fins, trata-se de um estudo descritivo, uma vez que, de acordo com Gil (2002), essas pesquisas possuem o objetivo principal de descrever as características de determinados fenômenos, ou relações entre variáveis, por meio da aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados. Nesse sentido, a pesquisa analisou a dimensão ambiental da sustentabilidade dos destinos turísticos de um roteiro específico, a partir de um conjunto de indicadores e matrizes de parâmetros propostos no estudo. Esses elementos são explicados de forma aprofundada no tópico 3.3.

Quanto aos meios, classifica-se como pesquisa exploratória (de campo), uma vez que a coleta dos dados empíricos foi obtida por meio de entrevistas semiestruturadas *in loco* (Apêndice C), aplicadas aos proprietários dos empreendimentos de turismo rural sustentável (Apêndice D), por meio de formulários previamente estabelecidos (GIL, 2002). Vale ressaltar que antes da aplicação das entrevistas definitivas, foi realizado um pré-teste com alguns dos entrevistados, a fim de verificar possíveis falhas no protocolo de entrevista.

A Figura 8 demonstra a esquematização de todas as etapas realizadas para a coleta de dados e execução da pesquisa.

Figura 8 - Etapas gerais da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à análise dos dados coletados, esta se deu por meio da análise de conteúdo e da análise descritiva. A análise de conteúdo, segundo Gil (2002) e Richardson (2008), consiste em uma técnica que permite a descrição do conteúdo obtido nas entrevistas, e ainda, conduz a uma descrição sistêmica e objetiva deste. Assim, acredita-se que o complemento das duas análises é fundamental para avaliar o fenômeno em questão. Tais práticas permitiram a interpretação das falas, respostas e percepções dos entrevistados, uma vez que houve contato pessoal direto com todos os atores pesquisados.

Nesse sentido, a análise dos dados realizou-se pelo cruzamento da revisão de literatura, com as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas. Tal apreciação se deu em três momentos:

- a) organização do material coletado no referencial teórico e adequação dos aspectos para estabelecimento dos indicadores e parâmetros para construção da dimensão ambiental da sustentabilidade;
- b) análise dos questionários por meio de categorização e codificação das informações obtidas, em que buscou-se evidências que refletissem o

cenário delineado dentro dos parâmetros de cada critério analisado;

- c) tratamento dos dados obtidos, inferência e interpretação, por meio de análise da pesquisadora.

A aplicação do questionário aconteceu por meio de visitas *in loco* realizadas durante o mês de maio de 2015 nas propriedades dos empreendedores de turismo rural. Dentro do contexto de aplicação da análise de conteúdo, inicialmente estruturou-se um banco de dados contendo as transcrições das gravações e anotações das entrevistas<sup>14</sup> realizadas com os empreendedores.

Por fim, cabe acrescentar que foram observados aspectos éticos durante o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no que tange a autorizações e permissões necessárias para a execução do projeto. Neste aspecto, seguem algumas medidas tomadas durante a realização do estudo:

- a) a pesquisa contou com o consentimento livre e esclarecido dos sujeitos;
- b) contou com os recursos humanos e materiais necessários que garantiram o bem-estar dos atores, havendo adequação entre a competência do pesquisador e os objetivos propostos;
- c) assegurou a confidencialidade, a privacidade e a proteção da imagem, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas;
- d) foi desenvolvida em indivíduos com autonomia plena;
- e) foram respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes da comunidade envolvida;
- f) garantiu-se o retorno dos benefícios obtidos através da pesquisa para as pessoas e a comunidade envolvida, inclusive a partir de uma devolutiva dos resultados da pesquisa no momento da conclusão do estudo.

Após a descrição das etapas desenvolvidas no decorrer do estudo, cabe apresentar os passos realizados para a construção do instrumento de coleta de dados.

---

<sup>14</sup> O material não será disponibilizado como anexo visto que se acordou com os empreendedores o sigilo individual das informações prestadas. Vale ressaltar que houve autorização de transcrição de trechos da entrevista, desde que preservada a identidade do respondente.

### 3.3 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O questionário de coleta dos dados da pesquisa foi estabelecido em consonância com os indicadores selecionados, e posteriormente aplicado *in loco* com os empreendedores de turismo rural.

#### 3.3.1 Seleção dos indicadores para o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BTS)

De acordo com Ko (2005), os estudos voltados à sustentabilidade devem ser baseados em sistemas e indicadores que se adaptem à especificidade da região investigada. Para tanto, os sistemas selecionados para confecção do instrumento de pesquisa deste estudo, foram determinados conforme o BTS (Figura 5), em que a partir da análise da dimensão ambiental, empregou-se o uso dos cinco seguintes sistemas: água; uso dos recursos; espécies e populações; terra e ar.

Vale destacar que este estudo lançou mão somente de uma das dimensões apresentados no modelo original de Ko (2001; 2005), qual seja o ecossistema, aqui conceituado por dimensão ambiental. Ou seja, o sistema humano não foi analisado neste estudo.

No que tange à seleção dos subsistemas e dos indicadores, vale mencionar que o BTS necessita que estes sejam ajustados e escolhidos de acordo com a realidade do estudo aplicado. Assim, a seleção dos subsistemas e definição dos indicadores para compor o BTS, foi realizada de acordo com uma adaptação dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O Apêndice B demonstra o quadro completo com esses indicadores, bem como, uma breve definição da contribuição de cada um para o desenvolvimento sustentável.

Posteriormente, os cinco sistemas foram ramificados em dez subsistemas, dos quais, se estabeleceu dezesseis indicadores de avaliação para a sustentabilidade ambiental dos destinos turísticos. Nesse sentido, a Figura 9 demonstra a estrutura definida, de acordo com cada sistema, subsistema, e indicadores escolhidos.

Figura 9 - Estrutura dos sistemas, subsistemas e indicadores selecionados.



Fonte: Elaborado pela autora.

A adaptação dos IDS do IBGE permitiu a seleção de 16 indicadores de dimensão ambiental, a serem aplicados na coleta de dados da pesquisa, a partir do que se confeccionou o questionário, disposto no Apêndice C. Assim, foi possível a organização do Quadro 3, que apresenta a disposição e identificação das questões que compõem o instrumento de pesquisa, bem como, a assimilação de quais objetivos foram atendidos com a aplicação de cada uma delas.

Quadro 3 – Identificação das questões do instrumento e objetivos abrangidos.

<b>Tema investigado</b>	<b>Objetivos atendidos</b>	<b>Questões</b>
Caracterização dos empreendimentos	Objetivo A	1 a 24
Externalidades geradas	Objetivo B	25, 26
Irrigação de cultivo	Objetivo C	28 a 30
Programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água		31 a 33
Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água		34
Monitoramento da qualidade da água		35 a 37
Coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem		38 a 40
Tratamento de lixo orgânico		41 a 43
Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos		44 a 46
Processos de tratamento de esgotos		47 a 49
Programas de redução de consumo de energia e utilização de energias alternativas		50 a 53
Programas orientados de interpretação e educação ambiental		54 a 56
Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação		57, 58
Uso de agrotóxicos		59, 60
Uso de fertilizantes inorgânicos		61, 62
Uso de fertilizantes orgânicos		63, 64
Processos tecnológicos que minimizem os impactos da produção rural		65 a 67
Incidência de queimadas e incêndios	68 a 70	
Políticas Públicas	Objetivo D	27

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao total, 70 questões foram utilizadas no instrumento de coleta de dados, sendo que as questões de nº 1 até 27 foram utilizadas para responder aos objetivos A, B, e D deste estudo. Por sua vez, as questões de nº 28 a 70 atendem às demandas do objetivo C, nos quais foram abrangidos os 16 indicadores selecionados. Destaca-se que cada indicador utiliza mais de uma questão, contudo somente uma é utilizada para mensuração do modelo BTS e as demais apenas complementaram o estudo a partir de uma análise descritiva.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A fim de tornar possível a mensuração dos dados coletados a partir do instrumento, foram utilizadas matrizes de parâmetro para cada indicador, que foram estabelecidas a partir de uma escala, que projeta desde o cenário ideal até o cenário menos favorável para os respectivos critérios. Para tanto, foram utilizadas escalas pré-estabelecidas pelo IBGE (2015), bem como, elaboradas com base no referencial bibliográfico constante neste estudo. A média dos nove empreendimentos gera numa pontuação final que indica o resultado obtido em cada um dos indicadores selecionados.

A Tabela 2 demonstra as escalas de performance e os respectivos pesos atribuídos a estas, os quais que foram utilizadas em cada um dos 16 indicadores.

Tabela 2 – Escalas de performance e pesos.

<b>Escala</b>	<b>Peso</b>
Insustentável	1
Potencialmente insustentável	2
Intermediário	3
Potencialmente sustentável	4
Sustentável	5

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da elaboração das escalas e da atribuição do peso para cada uma, bem como da elaboração de formas de mensuração, foi possível a adequação de todos os indicadores dentro dessas escalas, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Forma de mensuração e escalas de performance estabelecidas para cada indicador.

Indicador	Forma de mensuração	Escala de performance				
		Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável
		Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5
IS 1	Do total de água utilizada na propriedade, quantos % é gasto com irrigação	81 a 100%	61 a 80%	41 a 60%	21 - 40%	0 a 20%
IS 2	Da água captada, quanto equivale ao total de toda a água utilizada na propriedade	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 3	Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água (% do total gasto mês)	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 4	Com que frequência os testes de qualidade de água foram/são realizados	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atras	São realizados periodicamente
IS 5	Do total de lixo gerado, quanto é reciclado	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 6	Do total gerado, quantos % é utilizado em unidades de compostagem ou para alimentação de animais	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 7	Existência de programa de redução dos resíduos sólidos ao longo do tempo	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atras	São realizados periodicamente
IS 8	Do total de esgoto gerado, quantos % passam por um processo de coleta	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 9	Do total de energia elétrica utilizado na propriedade, quantos % provém de energia sustentável	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 10	Existência de algum programa de Educação Ambiental ao longo do tempo	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atras	São realizados periodicamente
IS 11	% da área total da propriedade correspondente à reserva legal	Não existe	De 1 a 10%	De 11 a 20%	De 21 a 30%	31% ou mais
IS 12	% de agrotóxicos utilizados na produção (atividade de turismo rural - Kg/Ha)	7,0 ou mais	3,5 a 6,9	2,6 a 3,4	1,3 a 2,5	0 a 1,2
IS 13	% de fertilizantes inorgânicos utilizados na produção (atividade de turismo rural)	81 a 100%	61 a 80%	41 a 60%	41 a 60%	0 a 20%
IS 14	% de fertilizantes orgânicos utilizados na produção (atividade de turismo rural)	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 15	Do total da produção, quantos % provém de cultivo orgânico	0 a 20%	21 a 40%	41 a 60%	61 a 80%	81 a 100%
IS 16	Frequência de realização de queimadas ou incêndios	São realizados periodicamente	De 1 a 5 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 11 a 20 anos atrás	Nunca

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao final, para a construção do gráfico de mensuração do nível de sustentabilidade dos empreendimentos do roteiro e para a construção do modelo AMOEBA, utilizou-se o *software Microsoft Excel*®, que possui como medidas as escalas obtidas pelas respostas dos questionários. Assim, os dados e resultados obtidos nas entrevistas realizadas, confrontados com a teoria revisitada, são apresentados no capítulo seguinte.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca pelo melhor desempenho do turismo rural, as atitudes sustentáveis surgem como fator potencializador da atividade, que depende do meio ambiente para sua existência. Levando em consideração tal premissa, e ainda, com base no desenvolvimento teórico deste estudo, o presente capítulo dedica-se a apresentar a análise dos elementos coletados na pesquisa, bem como tecer considerações sobre o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos investigados.

### 4.1 REGIÃO DE ESTUDO

O conceito de região remete a um espaço heterogêneo, onde cada uma das partes se complementa, por meio de características semelhantes. Nesse sentido, o espaço geográfico consiste em um suporte da economia de uma sociedade, onde as estratégias dos grupos sociais, moldam-se de acordo com as características oriundas das condições naturais do local (BOUDEVILLE, 1970; ANDRADE, 1973).

Nesse sentido, Fortin (2002) afirma que o desenvolvimento de uma determinada região, está diretamente relacionado com essas características, que regulam os fatores econômicos por meio de componentes identitários. Assim, a promoção regional deve estar pautada em um processo de crescimento local, que envolva a inclusão social, e ainda, a conservação e a preservação do ecossistema (HADDAD, 2009).

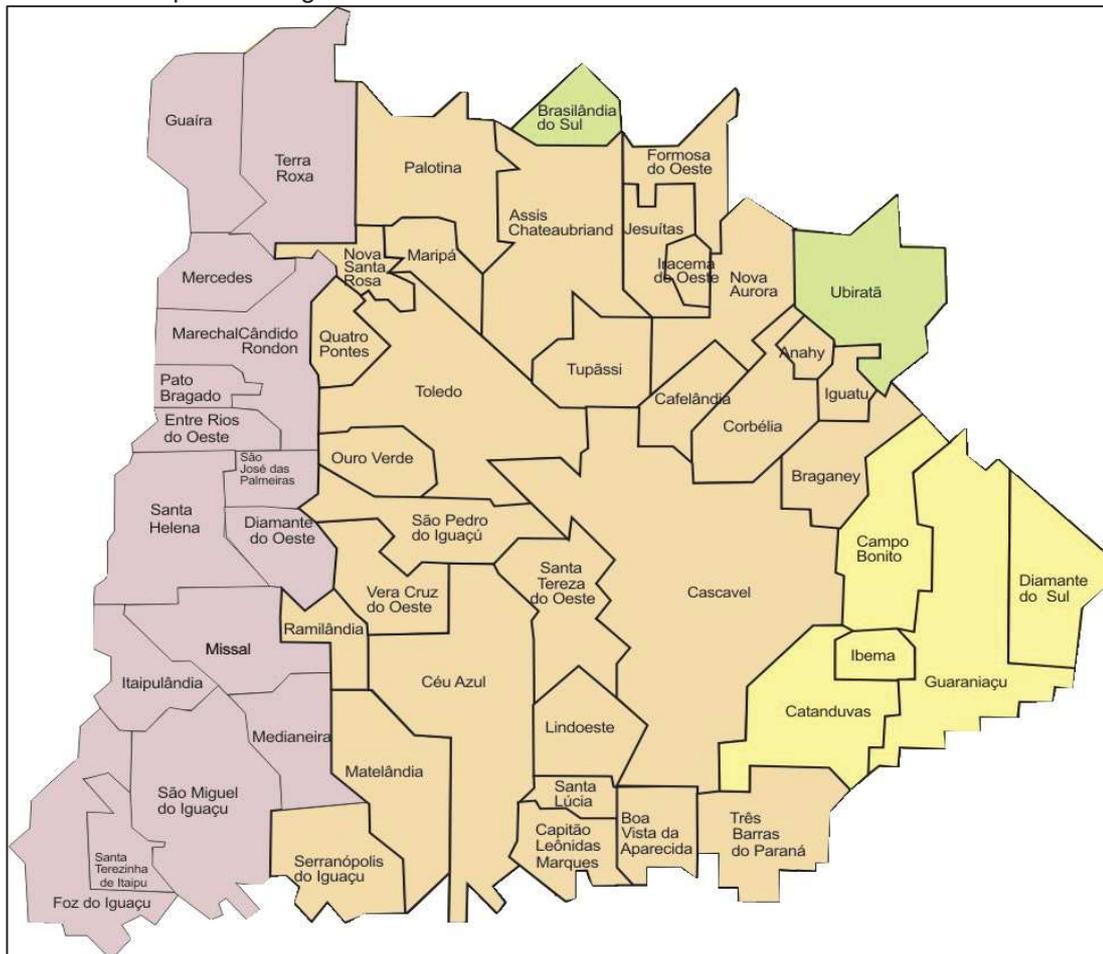
Dessa maneira, Haddad (2009) afirma que o desenvolvimento de uma região deve ser pautado fundamentalmente na formulação e implementação de projetos, programas e políticas públicas, que visem a inclusão das sociedades locais. Assim, vale destacar que a implantação destes, foi fundamental para auxiliar no desenvolvimento do Estado do Paraná.

O estado, de acordo com Piffer e Arend (2008), passou por diversas alterações econômicas e sociais ao longo do tempo. Dentre essas, tem-se destaque para a integração da economia, modernização da agropecuária, difusão e diversificação nos ramos industriais, dentre outros, que contribuíram significativamente para a geração de uma nova configuração geoeconômica no Paraná. Essa nova configuração, proporcionou o estímulo de atividades que dinamizam outros ramos da economia, de forma que ampliou o mercado consumidor,

gerou mais empregos e também, aumentou as demandas de serviços e de produtos agropecuários e industriais.

O Paraná consiste no 6º estado mais populoso do Brasil, e conta com 10.444.526 habitantes de acordo com o IBGE (2010). É composto por dez regiões geográficas, dentre as quais encontra-se a Região Oeste, que por sua vez, é formada pela união de cinquenta municípios, agrupados em três microrregiões (IPARDES, 2008). A Figura 1 reflete a localização desses municípios:

Figura 10 – Municípios da Região Oeste do Estado do Paraná.



Fonte: AMOP (2015).

Dentre as propostas do governo estadual, estabelecidas visando maiores investimentos para essa região está incluso o “desenvolvimento regional dos segmentos turísticos de importância na Mesorregião Oeste, em especial, o turismo rural e de aventura” (GOVERNO DO PARANÁ, s/d, p. 1).

A região, de acordo com Alves et al (2011), demonstra contínuo crescimento econômico, onde se destacam a existência de agronegócios cooperativos, que

auxiliam fortemente tal expansão. Apresenta uma moderna base agropecuária, onde é possível ponderar a mão-de-obra familiar com o desempenho produtivo.

Já no que tange ao mercado de trabalho, Alves et al (2011) afirma que a região é rica na expansão de empregos formais, o que se reflete fortemente na qualidade de vida da população. Assim, pode-se afirmar que a região é propícia para a geração de emprego bem como, para a exploração de atividades que visem a preservação dos ecossistemas, como é o caso do turismo rural.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS

Dentre os objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa, o primeiro deles consistiu em identificar os empreendimentos de acordo com sua área de atuação e principais atrativos. Nesse sentido, inicialmente, através do Quadro 4 demonstra-se a localização dos empreendimentos, a distância até a sede do município, e ainda, as coordenadas geográficas de cada um.

Quadro 4 – Localização dos empreendimentos.

Identificação	Localização	Distância à sede do município	Distância entre empreendimentos	Coordenadas GPS
Artesanato Vitória	Distrito de São José do Itavó - Município de Itaipulândia	8 km		-25.179608 S -54.338858 W
Sítio das Orquídeas	Comunidade Esquina Bandeirantes - Município de Marechal Candido Rondon.	15 km		-24.43740 S -54.02166 W
Pousada Bózio	Linha Sabiá - Município de Matelândia	8 km		-25.192110 S -53.969930 W
Recanto Família Grassi	Linha Sabiá - Município de Matelândia	10 km		-25.186600 S -53.998670 W
Recanto Olivo	Linha São Brás - Município de Medianeira	8 km		-25.235610 S -54.066350 W
Vinhos Bouffleur	Comunidade Flor da Serra – Município de Quatro Pontes.	14 km		-24.63969 S -53.97512 W
Sítio Arruda	Interior de São Miguel do Iguaçu	10 km		-25.273530 S -54.255060 W
Fonte do Macuco	Interior de São Miguel do Iguaçu	7 km		-25.282830 S -54.251810 W
Recanto Olina Scheffer	Comunidade Cacic - Município de São Miguel do Iguaçu.	6 km		-25.357460 S -54.282580 W

Fonte: Dados da pesquisa.

Compreende-se que os empreendimentos do roteiro apresentam distâncias geográficas consideráveis entre um e outro. Identificou-se que este fator pode se tornar limitante na condução de visitas turísticas ao roteiro completo, sendo que o tempo de deslocamento de uma propriedade até outra é grande, conforme cita um dos empreendedores:

**Precisa de gente mais perto** pra fazer o roteiro, nós ainda estamos meio longe deles... enquanto que nós tamos aqui tentando fazer alguma coisa no turismo rural muitos outros dão risada, vamos dizer assim, ninguém acredita que o turismo rural possa alavancar alguma coisa (...) **precisaria juntar esses pontos**, ou criar novos pontos e, mais acima de tudo, ter um roteiro pra mais de dois dias, e por isso **é indispensável** na minha opinião (...) **aumentar o círculo** (distâncias) se nós tivesse nesse círculo uns cinco ou seis nós conseguia aumentar a visitação (...) cada um complementava o outro (EMPREENDEDOR A, grifo nosso).

Ainda, na fala de outro empreendedor, também é possível identificar essa dificuldade: “pena que é tudo muito longe (...) é difícil quando é os outros muito longe assim (EMPREENDEDOR B).” Conforme observado nesses depoimentos, a distância entre os destinos dificulta muito a quantidade de turistas e visitantes recebidos, que não encontram todas as opções em um só lugar, e que pelo fato dos atrativos serem distantes um do outro, acabam visitando apenas um ou dois destinos.

No entanto, mesmo com essa limitação da distância geográfica, os empreendimentos conseguem atingir números elevados de visitas a partir dos seus atrativos individuais, e também, pode-se afirmar que a existência de um roteiro fundamentado auxilia na divulgação dessas atividades. Com relação aos atrativos ofertados por cada empreendimento, observa-se que são disponibilizadas diversas opções, nas quais os empreendedores estão constantemente em busca de melhorar seu desempenho turístico.

O Quadro 5 apresenta os atrativos e atividades disponibilizadas pelos destinos, bem como a quantidade de turistas que cada um recebe por ano.

Quadro 5 - Identificação dos estabelecimentos quanto aos atrativos, atividades e visitasões.

Nome	Atrativos e atividades	Nº de turistas/ano
Artesanato Vitória	Produção artesanal (desenvolvida a base de fibra de folhas de bananeira) é intensificada ou não de acordo com a quantidade de mercadoria demandada, uma vez que a família trabalha sob encomendas ou em exposições no próprio empreendimento e também em feiras.	100
Família Bózio	Apresenta como atrativos um museu de peças antigas, cachoeira e área de lazer às margens do rio, trilha na mata, passeio de trator e alimentação de animais pequenos (coelhos, preás e cachorros). Além disso, conta com área de instalação de redes para descanso, pousada para 17 pessoas (equipada com todos os móveis, rede wireless livre, ar condicionado e churrasqueira) e ainda dispõe de um lago com peixes ornamentais.	500
Recanto Família Grassi	O principal atrativo do empreendimento é a realização de almoços coloniais (com agendamento prévio). Além disso, dispõe do cultivo orgânico de frutas e verduras, bosque com redes para descanso, contato com o rio, lago, área de camping, contato direto com animais (ovelhas, porcos, galinhas, angolistas, cachorros). A propriedade dispõe também do cultivo de uva, sendo que na época de colheita oferece o “colhe/pague”, onde os visitantes podem realizar a coleta da uva direto do pé.	1.500 a 2.000
Fonte do Macuco	O foco da propriedade é o cultivo orgânico, mantendo uma produção agrícola diversificada, a saber: feijão, batata doce, abacaxi, café, laranja, limão, melancia, mamão, figo, banana, cana-de-açúcar, linhaça, amaranto, girassol, ervas medicinais e condimentares (possui certificado de produção orgânica de 3 certificadoras). Além disso, dispõe de visitasões com agendamento prévio ao empreendimento.	50
Recanto Olina Scheffer	A propriedade conserva algumas peças antigas e tem interesse em instalar um museu interativo visando preservar a cultura e a história local. Está estruturada com uma área para preparar e servir refeições (com agendamento prévio), além da hospedagem em estilo rural. O local dispõe de um jardim agradável e área de camping, e possibilita a interação dos visitantes com os animais da propriedade, como cavalo e ovelhas, disponibilizando também a opção de pesca no rio.	40
Recanto Olivo	Apresenta como atrativos principais a gastronomia típica servida em um restaurante rústico no local e a estrutura de lazer, composta de salão para eventos, área de camping, quiosques e chalés (para hospedagem). O outro atrativo da propriedade diz respeito aos elementos naturais, uma vez que o local é próximo da mata e do rio, com trilhas ecológicas. A estrutura de lazer, com equipamentos esportivos, sala de jogos, campo de futebol e quadra de vôlei complementam o atrativo.	De 12.000 a 15.000
Sítio Arruda	A atividade expressiva na propriedade é a agricultura orgânica, destaca-se a produção de café (3000 pés), acerolas (120 pés), morangos, goiabas, abacaxi, maçã, ameixa, figo, laranja, limão, feijão, cebola, alho, amora e bananas (possui certificado de produção orgânica de 3 certificadoras). Além do plantio recente de palmito pupunha e de outros 40 tipos de plantas. A família possui uma agroindústria onde é realizado o beneficiamento das frutas em polpas e recebe visitantes durante qualquer dia da semana a partir de agendamentos para refeições coloniais. Além disso, dispõe de trilha ecológica de cerca de 2 quilômetros.	1.500
Sítio das Orquídeas	A propriedade possui como atividade principal o cultivo, exposição e venda de orquídeas. Mantém também o cultivo de soja e milho, produção de leite e uma agroindústria de bolachas, que produz nata, requeijão e uma diversidade de bolachas caseiras, além deucas e pão de queijo pra venda. Para manter as atividades produtivas a família emprega 10 pessoas da comunidade, além da força de trabalho familiar. Além disso, com agendamento prévio o empreendimento oferece espaço para reuniões, café da manhã, visitação ao orquidário e ao sítio, e degustação dos produtos.	2.400
Vinhos Bouffleur	A propriedade mantém como atividade produtiva o cultivo de soja e milho. Outra atividade expressiva na propriedade é agroindústria de processamento das uvas em vinho. A família não cultiva o fruto, compra de produtores do Estado de Santa Catarina, essa produção rende 12.000 litros de vinhos por ano e 2.000 litros de vinheto. Além disso, o empreendimento oferece venda e degustação dos vinhos e refeições no estilo colonial a partir de agendamento prévio.	1.400

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale ressaltar que os atrativos “Fonte do Macuco” e “Artesanato Vitória” possuem um número baixo de recebimento de turistas por ano, pelo fato de que o foco destes empreendimentos não é trabalhar com a visitação, mas sim, comercializar sua produção indireta, em eventos e feiras por exemplo. Outro empreendimento que apresenta atualmente um número baixo de visitantes é o Recanto Olina Scheffer. Contudo ressalta-se que a opção de hospedagem neste local é recente, sendo que a partir da disponibilização desta opção, a visitação tende a aumentar.

Ao que se refere a eventuais emergências e necessidade de socorro de algum turista, identificou-se que os destinos não estão preparados para este fim, sendo que apenas um dos empreendedores possui curso de socorrista. Esse mesmo empreendimento dispõe ainda de kit de primeiros socorros para atendimentos básicos. Já no que tange à infraestrutura turística, identificou-se que todos os empreendimentos possuem uma estrutura capaz de comportar visitas, contendo sanitários, estacionamento, segurança, em alguns casos, restaurante, lanchonete e vestiários. Tais fatores demonstram que os empreendedores estão comprometidos com a atividade do turismo rural, e em constante busca de melhorias visando atender as demandas dos turistas.

Para além da caracterização dos empreendimentos do estudo, se fez importante investigar a contribuição da atividade para o desenvolvimento dos atores direta ou indiretamente envolvidos, com o propósito de demonstrar os benefícios gerados pela atividade de turismo rural.

#### 4.3 CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

A partir da análise empírica dos resultados, identificou-se que a existência dos empreendimentos gera contribuições socioculturais, econômicas e ambientais (Figura 11), tanto aos próprios empreendedores, quanto aos turistas e às comunidades do entorno. Essas contribuições refletem o que dizem Sampaio, Zecher e Henríquez (2008), de que uma característica predominante do turismo rural é justamente proporcionar uma interligação entre a sociedade, o meio ambiente e também a educação.

Nesse cenário, o turismo rural passa a ganhar maior visibilidade como uma atividade que, além de fortalecer a economia e propiciar desenvolvimento às áreas

rurais, contribui para a valorização da cultura, fortalece a geração de emprego e renda, fomentando o fluxo cidade-campo (BREGOLIN, 2012).

Assim, vale ressaltar que este estudo se pauta no tripé da sustentabilidade e que, apesar de possuir um viés voltado à dimensão ambiental, foi possível também realizar uma breve investigação acerca dos aspectos socioculturais e econômicos dos empreendimentos.

Figura 11 - Contribuições geradas pela existência dos empreendimentos de turismo rural.



Fonte: Elaborado pela autora.

As **contribuições sociais e culturais** puderam ser identificadas nos empreendimentos de diversas formas. Inicialmente, caracterizaram-se pelo fato de que o turismo rural consiste em uma forma de oportunizar ao turista que não tem acesso, este contato com o meio ambiente (KRIPPENDORF, 2003; VEIGA, 2007; BREGOLIN, 2012). Nessa visão, Veiga (2007) e Bregolin (2012) mencionam que o

turismo rural assume uma conotação para além das questões econômicas, apresentando-se como uma nova forma de lazer e descontração.

Para os autores, a concentração populacional nos centros urbanos e as pressões exercidas pela dinâmica da vida urbana, fazem com que, cada vez mais as pessoas busquem espaços alternativos à rotina cotidiana, propiciando assim o desenvolvimento e o crescimento da atividade em distintas regiões do país. Prova disso são os altos índices de visitação identificados nos empreendimentos, conforme demonstrado no Quadro 5, onde se somam cerca de vinte e dois mil turistas recebidos por ano pelos empreendimentos do roteiro.

Ainda sobre essa característica, conforme afirma Coriolano (2003, p. 131), “o turista é atraído pela simplicidade, pelas belezas naturais, calma e a rusticidade do lugar”. Nesse contato estabelecido, a comunicação entre os atores é fortalecida, de forma que aconteça o respeito mútuo entre eles. Indubitavelmente, tais contribuições podem ser percebidas nas falas da maioria dos empreendedores, dentre eles, na fala do empreendedor D, que deixa claro a relação de troca existente entre os atores:

a gente tem um ideal, por exemplo, nunca é mais de um grupo por vez, senão não é o turismo rural, **o turismo rural só acontece quando é pra um grupo de pessoas num único momento** (...) o **nosso ideal é dar atenção** (aos turistas), é acolher como se fosse a casa da vó sabe? (...) **a única opção é amar as pessoas**, daí que a gente tem que ter **paciência pra ensinar** o valor do sítio, do contato com o meio ambiente (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

Além disso, pode-se afirmar que o turismo rural enriquece o intercâmbio cultural das regiões, visto que oportuniza experiências de vida diferenciadas aos atores, uma vez que os empreendimentos investigados recebem turistas do mundo todo, como por exemplo da Finlândia, Itália, Argentina, México, China, Japão, Estados Unidos, Portugal, França, além de diversas regiões do país. Prova disso são os sistemas de registro de visitação existentes em alguns dos destinos, em que os turistas assinam livros de presença, preenchendo nome e local de origem, conforme demonstrado na Figura 12.

Figura 12 - Livro de registro de visitação turística.

Nome Name	Assinatura Signature	Cidade/Estado City/State	País Country	Data Date
Tallskog Teemu	[Handwritten Signature]	SALO	FINLAND	19.1.09
Ononen Seija	[Handwritten Signature]	Nousiainen	FINLAND	-
Ononen Katarle	[Handwritten Signature]	-	-	-
Lampinen Pekka	[Handwritten Signature]	Paimio	FINLAND	-
dampinen Ritva	[Handwritten Signature]	Paimio	FINLAND	-
Larita Seija	[Handwritten Signature]	Vaala	FINLAND	-
Lehtinen Arno	[Handwritten Signature]	Utajärvi	FINLAND	-
Lahtinen Marika	[Handwritten Signature]	Pöytyä	FINLAND	-
Lahtinen Jari	[Handwritten Signature]	Pöytyä	FINLAND	-
Seppo Riihimäki	[Handwritten Signature]	Pyhtää	Finland	-
Juula Vaapakallio	[Handwritten Signature]	Zona	Finland	-
Tallskog Henrik	[Handwritten Signature]	SALO	FINLAND	-
Arvola Aant	[Handwritten Signature]	MASKU	FINLAND	-
Raimo Louhe	[Handwritten Signature]	-	-	-
Urho Varha	[Handwritten Signature]	-	-	-
PIRJA SEHIC	[Handwritten Signature]	JYVÄSKYLÄ	FINLAND	19.1.09
OSUALDO FRIEDRICH JUNIOR	[Handwritten Signature]	Foz Iguaçu	PARANÁ	19.1.09
Severina Maria Micholka	[Handwritten Signature]	[Handwritten Signature]	[Handwritten Signature]	19.1.09
Suzete Pereira	[Handwritten Signature]	Lascavel	BRASIL	25/10
Lisica Tamara Jemelaki	[Handwritten Signature]	[Handwritten Signature]	[Handwritten Signature]	[Handwritten Signature]

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, Coriolano (2006) enfatiza que o turismo rural, de fato prima por oferecer aos turistas, a oportunidade de convivência com a comunidade local, promovendo processos de intercâmbio cultural, uma vez que existe a troca de saberes, conhecimentos e experiências. Conforme cita um empreendedor:

a gente participa de um grupo sem fins lucrativos (...) em que a gente recebe uma vez por ano **visitantes de todo o lugar do mundo** (...) eles vem pra conhecer a tua região, e **eles querem conhecer a cultura**, como comem, **como o povo brasileiro realmente é**, e não aquele artificialismo do outro tipo de turismo (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

Essa troca é enriquecedora para ambos os atores envolvidos, ou seja, tanto para o turista, como para os que o recebem. Neste contexto, identificou-se também a preocupação com a questão da preservação da cultura familiar, conforme cita o Empreendedor D “gosto muito da questão histórica... preservar o local que a minha vó construiu...”. Assim, pode-se afirmar que outra contribuição da existência dos destinos de turismo rural é justamente a preservação da história familiar, que além de benefícios aos turistas, remete a contribuições significativas para as famílias que compõem o roteiro.

Além disso, cabe ressaltar a potencialização da mão de obra familiar, pois para a continuidade da atividade é fundamental a existência de capital humano. Tal capital é constituído, na maioria dos empreendimentos investigados, pelas esposas,

filhos e demais membros da família dos empreendedores, que buscam na atividade rural uma forma de manter-se no campo, sem haver a necessidade de procurar uma fonte de renda proveniente de outra atividade.

A Figura 13 reflete a constituição familiar presente em um dos empreendimentos investigados, onde de forma unida, a família atua fortemente no desempenho das atividades relacionadas ao turismo rural. Tal atuação valoriza as pessoas e o território rural, uma vez que as famílias se sentem realizadas em sua atuação no campo, lugar onde cresceram e se sentem felizes, o que impacta em melhoria da qualidade de vida desses atores.

Figura 13 - Força de trabalho familiar no empreendimento Recanto Olina Scheffer.



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, juntamente com os benefícios de agregar valor à propriedade, a atividade de turismo rural leva em consideração a reabilitação do patrimônio sociocultural (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010). Ademais, identificou-se que a atividade gera ainda benefícios financeiros às famílias e também às comunidades do entorno.

Além de melhoria da qualidade de vida, no tocante às **contribuições econômicas** a atividade proporcionou a geração de emprego e renda, não só para as famílias, mas também para a comunidade local, e a melhoria na infraestrutura dos

destinos e de seu entorno (a exemplo da pavimentação, ou cascalho nas estradas). Trouxe ainda a oportunidade da diversificação das atividades realizadas nas propriedades, além de diversos benefícios na forma de gestão desses negócios.

Nesse sentido, o principal motivador da abertura dos empreendimentos investigados surgiu da necessidade de complemento de renda das famílias, que viram no turismo rural uma oportunidade de agregar valor à propriedade e às atividades nela realizadas. De acordo com o depoimento de um empreendedor, a dificuldade enfrentada em explorar o potencial da terra, e ainda, a existência de diversos recursos naturais na propriedade, fez com que fosse visualizada a oportunidade do desenvolvimento do turismo rural:

**Meu marido falava vô vende, vamo sai daqui (...) essa terra só tem pedra, mato e banhado**, aí eu **comecei a pensa** assim, a minha ideia na época, que a gente não tinha dinheiro pra nada, era vende picolé pra esse povo que vinha toma banho no rio... então eu comecei a fala pra ele, **vai compra picolé que eu vô vende no domingo (...)** e começamo vende picolé, refrigerante numa caixa de isopor (...) **daí começamo a organiza**, a junta o lixo, fizemos um banheirinho (...) começamos no caso assim né. **Foi por necessidade assim de tudo**. No começo quando a gente casou fomos morar de pião numa fazenda, o meu marido não tinha dinheiro pra nada, ele não quis mais trabalha la então o sogro deu a terra sem nada (...) moramos três anos de favor num paiol e a gente começou a trabalhar na terra (...) a gente não tinha dinheiro pra nada assim... dizer vamo pega esse dinheiro e investi em turismo rural, nada, não tinha... **foi tudo acontecendo (...)** a gente se espanto como o povo vinha, o povo gostava (EMPREENDEDOR B, grifo nosso).

Além disso, a situação financeira familiar não era favorável, conforme citou no depoimento:

Eu lembro que antes quando a gente ia pra roça, **eu ia pra roça dia e noite** porque a gente tinha que trabalhar, **eu tinha que ter uma vida digna pra ter dinheiro pelo menos quando fosse pra cidade pra poder dar um sorvete pros meus filhos**, não tinha dinheiro pra dar nem um sorvete, choravam que nem loco, então **era muito triste isso ali né (...)** o que vinha da lavoura praticamente você pagava só os bancos (...) então a gente começou, eu falei, **quando que eu vi nisso uma oportunidade pra ter uma renda a mais na propriedade**. Assim tendo umas vaquinha de leite, um pedacinho de roça... nós não tinha assim dinheiro pra fazer um rancho pro natal, então **era difícil**. Então aqui nos meses de **outubro, novembro, dezembro, janeiro...** nesses mês **o pessoal vem mais fazer a visitação**. Então pra nós... a gente pegava assim aqueles cinquenta real em nota de um e falava: meu Deus quanto dinheiro. A gente nunca via nada... nossa. **Pra nós foi uma maravilha** (EMPREENDEDOR B, grifo nosso).

Vindo de encontro com essa dificuldade enfrentada pelos agricultores familiares, a atividade turística serviu de apoio financeiro às famílias. De acordo com Silva, Francisco e Thomaz (2010), com a atividade é possível o aumento de receita, a

revitalização da zona rural, bem como, a melhoria significativa na qualidade de vida dessas pessoas. Conforme disse o empreendedor:

(...) **pra ficar isolado no sítio tem que ter dinheiro**. Foi aí que eu entrei com a **ideia do turismo rural** (...) o turismo rural trouxe duas coisas: a gente fazer um **trabalho** quase que **social** né, **proporcionar um espaço pra quem é da cidade**, ao mesmo tempo que entra uma segunda **fonte de renda**" (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

Com isso, pode-se afirmar que o turismo rural surge como forma de contribuir não apenas financeiramente, como também com a diminuição do êxodo rural, visto que mantém os trabalhadores no campo. Ainda, a oferta de serviços no meio rural, não depende necessariamente de tecnologia, mas sim, de qualificação pessoal (ZIMMERMANN, 1996; OMT, 2001). Essa qualificação foi obtida por meio de cursos, treinamentos e reuniões fornecidos pelo Instituto Educare e Pólo Iguassu, realizados quando da formação do roteiro Turismo Sustentável de Base Comunitária. Essa capacitação foi fundamental para qualificar os atores frente à gestão de um negócio, realidade não vivida anteriormente pela maioria deles.

Juntamente com esses benefícios, cabe destacar a participação dos empreendimentos investigados frente às iniciativas de sustentabilidade ambiental. Tais atitudes são fundamentais para a preservação do meio natural, pois sem este, não há a possibilidade de manter a atividade de turismo rural no longo prazo.

Assim, no que concerne à **contribuição ambiental** dos empreendimentos, pode-se citar diversos benefícios gerados, dentre eles, principalmente, a percepção sobre a necessidade de preservação do meio ambiente e de conservação dos recursos naturais (SILVA; FRANCISCO; THOMAZ, 2010).

Além disso, destacam-se também contribuições no que tange: à atenção ao consumo e qualidade de água e ao uso de energias alternativas; aos aspectos de importância da coleta seletiva de lixo e tratamento de resíduos; à fundamentação em princípios da educação ambiental; à relevância de se encontrar formas de minimização dos impactos da produção rural e de utilização de fertilizantes e agrotóxicos e ainda, a importância da redução de queimadas e incêndios.

Nesse sentido, o tópico seguinte aborda com profundidade essas questões, a partir da investigação das iniciativas de sustentabilidade ambiental nos empreendimentos.

#### 4.4 PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS

Os empreendimentos foram investigados também em relação ao desempenho e contribuições acerca das práticas de sustentabilidade ambiental realizadas. A partir dessa investigação, na qual os 16 indicadores analisados (dentro de 5 sistemas) dispunham de uma questão mensurável para avaliar seu desempenho, foi possível representar graficamente os respectivos níveis de sustentabilidade. Para tanto, inicialmente elaborou-se o modelo AMOEBA, que ilustra a mensuração de sustentabilidade ambiental em cada um dos sistemas e indicadores investigados.

##### 4.4.1 Modelo AMOEBA de mensuração da sustentabilidade

Para a construção do modelo AMOEBA<sup>15</sup> do turismo rural, proposto por Ko (2005), inicialmente, os indicadores foram separados de acordo com cada um dos sistemas, subsistemas e indicadores selecionados para compor o BTS, conforme demonstrado no Quadro 6.

Quadro 6 - Composição dos elementos no modelo AMOEBA.

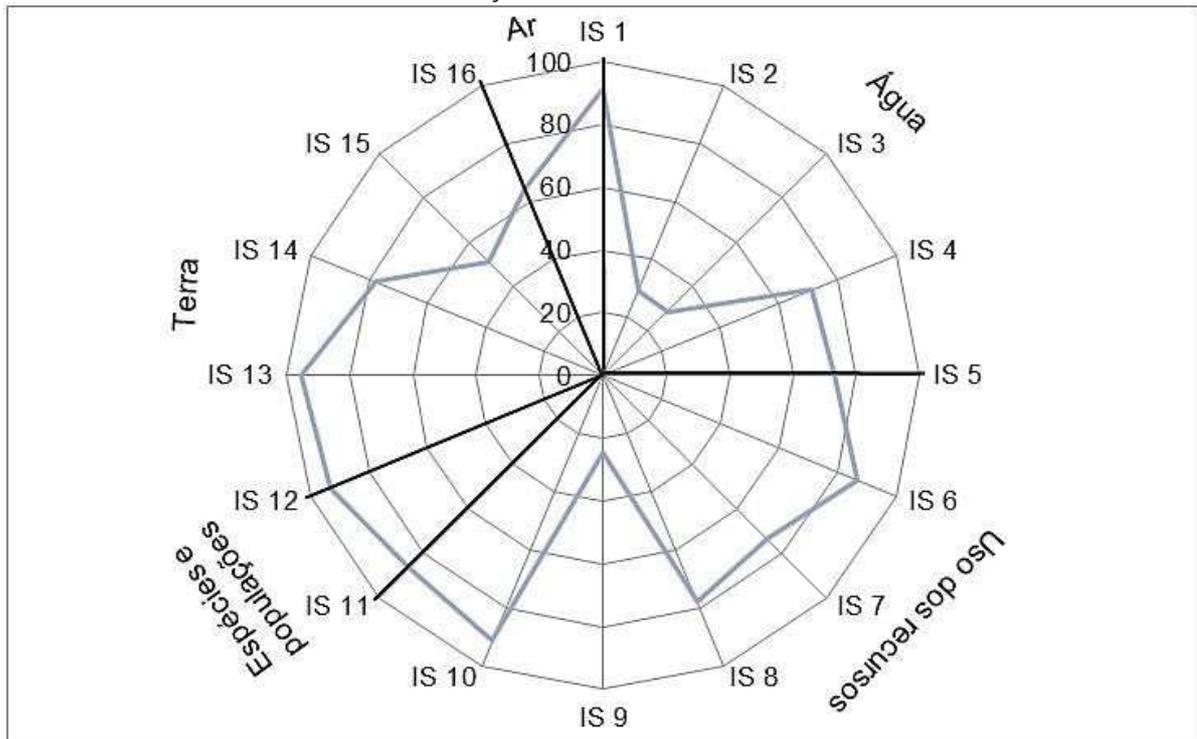
<b>Sistema</b>	<b>Subsistemas</b>	<b>Indicadores</b>
Água	Consumo e qualidade da água	1, 2, 3, 4
Uso dos recursos	Coleta de lixo, tratamento de esgoto, consumo de energia, iniciativas de educação ambiental	5, 6, 7, 8, 9, 10
Espécies e populações	Áreas protegidas	11
Terra	Uso de agrotóxicos, uso de fertilizantes, minimização de impactos da produção rural	12, 13, 14, 15
Ar	Incidência de queimadas e incêndios	16

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa composição, juntamente com a tabulação dos dados obtidos nas entrevistas, permitiu a elaboração do Gráfico 5, que demonstra os resultados obtidos para sistema e cada indicador. Por sua vez, os indicadores foram elencados de acordo com a divisão dos sistemas constante no Quadro 6.

<sup>15</sup> A descrição detalhada do modelo AMOEBA encontra-se no item 2.3.1 dessa dissertação, e sua aplicação descrita no item 3, que detalha a metodologia utilizada na pesquisa.

Gráfico 5 - Modelo AMOEBA de mensuração do nível de sustentabilidade de cada indicador.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se observa no Gráfico 5, seis dos indicadores<sup>16</sup> podem ser considerados totalmente sustentáveis, no entanto, identifica-se a necessidade de melhorias e investimentos em diversos aspectos que possuem um baixo nível, atingindo, em três casos a escala<sup>17</sup> de potencialmente insustentável. Nesse sentido, vale destacar a pontuação dos empreendimentos em cada um dos sistemas investigados, conforme apresentado no tópico a seguir.

#### 4.4.1.1 Sistema: Água

O sistema “água” apresenta em seu subsistema “consumo e qualidade da água” quatro indicadores de avaliação da sustentabilidade ambiental. **O Indicador de Sustentabilidade (IS) 1**, que avalia a **utilização de irrigação de cultivo**, obteve um desempenho sustentável frente a quantidade de água utilizada na realização das atividades de turismo rural. Entre os três empreendimentos que se valem de formas

<sup>16</sup> Para fins de visualização gráfica, cada indicador foi multiplicado por 20, uma vez que o estudo trabalha com um total de 5 escalas e o gráfico possui uma linha graduada de até 100 pontos.

<sup>17</sup> As escalas podem ser visualizadas no item 3.4 – Tabela 2, na metodologia da pesquisa.

de irrigação, todos fazem a captação da água dos rios ou açudes para aplicar no cultivo, de forma que assim, evita-se o desperdício de água potável.

Dentre os indicadores com menores níveis de sustentabilidade, classificados como potencialmente insustentáveis, encontram-se os **programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água (IS 2)**, e ainda a **quantidade de água economizada pela existência de programas de redução de consumo e reuso de água (IS 3)**. Nesse aspecto, vale dizer que, além dos poucos empreendimentos que fazem captação da água do rio para a irrigação, nenhum dos demais possui práticas de reuso da água, ou mesmo formas de redução de quantidade de uso.

Identificou-se que a maioria deles não possui a percepção de que a água precisa ser racionada, pois na visão destes, a água se torna um recurso infinito, uma vez que a mesma se encontra em fartura nas propriedades. Quando questionado a respeito da realização de captação de água, ou outras formas de economizar este recurso, um dos empreendedores citou:

**A água aqui é farta, não precisa economizá**, porque **desde o começo da nossa terra tem nascente**, ali pra baixo tem outra, daí meu cunhado furou um poço e deu água mineral... perto do aviário tem outra nascente, aí tem um riozinho que corre ali e outro que corre lá em baixo... então é... **não precisa economiza** (EMPREENDEDOR E, grifo nosso).

No entanto, vale dizer que alguns empreendedores entendem e percebem a necessidade de preservar este recurso tão importante e escasso que é a água. Porém, estes encontram diversas dificuldades, principalmente no que tange a políticas governamentais que sustentem e incentivem a instalação de sistemas de captação para reuso. Conforme cita o empreendedor:

**a gente não consegue investimento pra isso**, quando eu fui fazer um empréstimo bancário, pra mim conseguir fazer a reforma aqui, eu queria fazer coleta da água de chuva pro banheiro, pra limpeza e pra irrigação, que na época aqui da seca, aqui fica tudo morto, seco (...) mas **não libera financiamento** pra essas coisas (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

É importante ressaltar que, por vezes, a dificuldade financeira para implantar formas de reuso acontece, e isso faz com que os empreendedores se afastem da realidade de economizar, visto que não possuem respaldo financeiro para a execução das atividades. Contudo, diversos estudos comprovam a existência de métodos variados de captação e redução, que podem ser realizados de maneira muito simples e com baixos custos, bastando apenas que haja a consciência ambiental e a vontade

de executar as práticas que visem à redução desse consumo Tais como: captação e manejo da água da chuva; implantação de cisternas rurais; captação “in situ”; barreiro para “irrigação de salvação”; exploração de vazante, dentre outros (PORTO et. al, 1999; PALMIER, 2003; SILVA; DOMINGOS, 2007; ALMEIDA; GOMES, 2011; MARANHÃO, 2014; LEITE, 2015).

Apesar de não existir formas de diminuição do consumo ou mesmo de captação de água nos empreendimentos, no que tange ao **IS 4** observa-se que o nível de sustentabilidade é potencialmente sustentável. Este indicador refere-se ao **monitoramento da qualidade da água nas propriedades**. Tal monitoramento é, ou já foi, realizado em sete empreendimentos, uma vez que estes utilizam em sua maioria água de poço artesiano ou mesmo, água de fontes que precisam ser testadas frequentemente, o que está em conformidade com o apresentado por Freitas, Brilhante e Almeida (2001). Os testes da qualidade da água são efetuados por meio de análises químicas laboratoriais, realizados por empresas específicas.

Além da água, outros recursos devem ser utilizados de forma consciente, visando à preservação e manutenção do meio ambiente.

#### 4.4.1.2 Sistema: Uso dos recursos

Um dos subsistemas constantes no sistema de uso de recursos, consiste na coleta de lixo, que investiga três indicadores relacionados ao tema. No que tange a **coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem (IS 5)**, percebe-se que os empreendedores passaram a se conscientizar da importância da reciclagem, coleta e separação do lixo, a partir do desenvolvimento das atividades de turismo. Conforme um dos empreendedores, o que favorece a oportunidade de realizar a coleta seletiva é a manutenção efetuada pela prefeitura constantemente. Nesse aspecto, segundo ele:

A gente ensaca tudo separadamente e daí **uma vez por mês passa o caminhão da prefeitura** (...) daí eles recicla lá na cidade (na associação de coleta existente na cidade) (...) e daí dois três dia antes de vim eles avisa na rádio (...) eles passa em todo o interior do município (EMPREENDEDOR C, grifo nosso).

No entanto, apenas em dois dos municípios investigados as prefeituras dispõem desse serviço de coleta de resíduos sólidos. Isso faz com que os empreendedores tenham que buscar formas de descarte do lixo gerado e que o

indicador seja classificado como potencialmente sustentável. Na visão do empreendedor: “**Não adianta preservar rio, preservar água, se não passa e coleta** (lixo), daí vamos jogar onde? Daí eu ia pegar o carrinho e jogar lá no meio do mato... e daí?” (EMPREENDEDOR C, grifo nosso).

Nesse sentido, buscando solucionar o problema, alguns fizeram acordos com catadores, ou empresas de reciclagem, que buscam o material reciclado nas propriedades. Contudo, o que não é reciclável, nem tampouco orgânico, eles acabam tendo que levar até a cidade para ser coletado pela empresa de recolhimento de lixo urbano, ou em muitos casos, os resíduos são queimados. Conforme cita um dos empreendedores:

A **reciclagem é a pior parte que nós temos na área rural**, por exemplo assim, as cascas e os restos de alimentos nós usamos como adubo na lavoura, **mas o resto, plásticos, papéis, é uma parte muito complicada aqui...** teve uma época que a prefeitura prometeu que cada 30 dias era pra recolher... mas até hoje nunca aconteceu (EMPREENDEDOR F, grifo nosso).

Ao analisar a fala da empreendedora, é notória a realidade enfrentada pelos empreendimentos, que não possuem respaldo de políticas públicas que auxiliem no tratamento adequado do lixo. Essa dificuldade encontrada por alguns, causou uma redução no nível de sustentabilidade dos empreendimentos em geral. No entanto, percebeu-se que os atores envolvidos possuem consciência sobre a importância da separação e reciclagem dos resíduos sólidos.

Contudo, a fala do empreendedor “F” reflete também o cuidado que se tem com o **lixo orgânico**, resultado refletido no Gráfico 5 pelo **IS 6**. Os resíduos orgânicos, de acordo com Oliveira, Lima e Cajazeira (2004), quando manipulados de forma adequada podem atender às demandas de insumos orgânicos com vantagens, sem afetar o solo e o meio ambiente.

Dentre os investigados, apenas um dos empreendimentos não tem sistema de compostagem de lixo, uma vez que este localiza-se em um distrito onde existe coleta feita pela prefeitura. Todos os demais empreendimentos descartam o lixo orgânico, tanto como forma de compostagem, quanto para alimentação de porcos, ovelhas, galinhas e peixes, tornando o nível do indicador sustentável.

Por conseguinte, o **IS 7**, o qual apresentou um resultado potencialmente sustentável, tratou da **existência de programas de redução dos resíduos sólidos gerados**. Dentre os empreendimentos, seis orientam os turistas a partir de

explicações no momento da chegada dos visitantes, explicando quais atitudes devem ser tomadas na propriedade. Também existem placas de conscientização em diferentes pontos do empreendimento e diversas lixeiras espalhadas, visando incentivar a coleta de lixo, conforme demonstra a Figura 14.

Figura 14 - Lixeiras ecológicas distribuídas pela propriedade (Sítio Arruda).



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A existência de lixeiras, afirma aos turistas a necessidade de preservação ambiental, de forma com que o lixo tenha destino correto e que não seja descartado no meio ambiente. No entanto, todos os empreendimentos poderiam se valer de formas para melhorar ou implantar programas de redução dos resíduos, buscando aumentar o nível de sustentabilidade ambiental do local, valendo-se de estudos já fundamentados na área. Como exemplo, cita-se o manual de gerenciamento de resíduos do SEBRAE (2006), que dispõe das classificações dos resíduos e dos métodos de tratamento e destino final destes, e ainda, o trabalho publicado por Sisino, Rizzo e Santos (2011), que demonstra princípios de eficiência aplicada à redução da geração de resíduos sólidos.

Outro subsistema elencado é o de tratamento de esgoto, mensurado pelo **IS 8**. Especificamente, este indicador investigou os empreendimentos acerca da **forma como é tratado o esgoto** nas propriedades. Esse indicador é relevante uma vez que,

de acordo com Jordão e Pessoa (2009), os esgotamentos domésticos são uma das principais fontes de poluição das águas. Nesse sentido, é fundamental que os esgotos passem por uma forma de coleta, para que não sejam soltos diretamente nos cursos d'água.

Analisando os resultados, pode-se inferir que os empreendimentos possuem índices potencialmente sustentáveis quanto a este indicador, visto que dentre os empreendimentos, todos possuem algum sistema de coleta de esgoto, variando entre fossas rudimentares à fossas sépticas. Ainda, alguns possuem sistema de pré-tratamento, realizado na forma de caixas de gordura.

No entanto, alerta-se para o fato de que cinco deles liberam o esgoto em fossas rudimentares. Esse tipo de fossa, apesar de constituir-se em uma forma de captação do esgoto, de acordo com Jordão e Pessoa (2009) pode contaminar águas subterrâneas, criando a possibilidade de contaminação da população por doenças veiculadas pela água, fezes e urina, como: cólera; salmonelose; hepatite; entre outras.

Além disso, diversos estudos indicam a opção de geração de biogás, por meio da construção de fossas sépticas biodigestoras, que tornam o saneamento básico na área rural mais sustentável, uma vez que previne contra doenças, protege o lençol freático (água do poço) e produz adubo orgânico de qualidade, que pode ser utilizado na lavoura (EMBRAPA, 2010).

No que tange ao subsistema de consumo de energia, representado pelo **IS 9**, buscou-se identificar a existência de **programas de redução de consumo de energia e utilização de energias alternativas**. Os índices apurados nesse indicador foram classificados como potencialmente insustentáveis, uma vez que apenas um dos empreendimentos investigados possui formas efetivas de utilização de energias alternativas, conforme cita:

Desde 2004 **a gente não sabe o que é chuveiro elétrico**, porque eu **aproveito o calor da fumaça**... eu instalei uma serpentina, de cobre que a gente não precisa mais... água quente na torneira, só com a fumaça, e a fumaça tu ia perde. Então se tu **vai fazer fumaça, aproveita pra esquentar a água** (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

No exemplo citado, o empreendedor deixa clara a forma simples e eficiente encontrada para redução da energia elétrica, que pode ser utilizada nos chuveiros e torneiras da propriedade. No entanto, o indicador apresenta um nível de baixa

sustentabilidade geral, uma vez que os outros oito empreendimentos não possuem nenhuma forma de potencialização da energia gerada em seus empreendimentos.

Conforme Bermann (2001) e Vichi e Mansor (2009), as fontes de energia renováveis (como a hidroeletricidade e a biomassa) podem assumir caráter sustentável, nesse sentido diversas formas de energia são abundantes no Brasil e podem ser utilizadas em longa escala. Além do aproveitamento de calor gerado pela fumaça, tem-se como possibilidade de geração de energias alternativas: o potencial hidroelétrico; a biomassa; a energia eólica e a energia solar.

No entanto, identificou-se que essas práticas não são utilizadas na grande maioria das propriedades. Vale destacar que as políticas públicas para incentivo das formas de redução de energia são escassas. Conforme o empreendedor A: “o grande problema é que o governo não incentiva, pra colocar placas de energia solar... diz que custa em torno de 35 mil reais (...) pra aquecimento da água também tá em torno disso (...) daí não tem como colocar”.

Percebe-se que os custos de sistemas de redução de energia são relativamente altos, sendo que sem auxílio governamental, para a implantação das atividades, muitos empreendimentos não conseguem praticá-las. Conforme afirma Bermann (2001, p. 19) “a incorporação de aspectos sociais e ambientais nas avaliações dos potenciais energéticos ainda não se revelou importante no nosso país, embora ela seja absolutamente necessária”.

Ainda nesse sentido, Vichi e Mansor (2009) afirmam que a humanidade tem buscado cada vez mais a utilização de energias limpas e renováveis. Citam ainda, que o Brasil apresenta um panorama vantajoso, por possuir grande parte de sua matriz energética baseada em fontes renováveis, sendo que estas podem ser aproveitadas como forma de minimização dos impactos do crescimento econômico e da utilização desenfreada de fontes não renováveis.

Contudo, é impossível discorrer sobre todas essas atitudes sustentáveis, sem deixar de ter um olhar voltado às práticas de educação ambiental. Nesse sentido, o último subsistema relacionado ao sistema de uso dos recursos consiste justamente na investigação sobre as iniciativas de educação ambiental realizadas nos empreendimentos.

Dessa maneira, o **IS 10** buscou mensurar as **práticas de educação ambiental realizadas** em cada um deles. Observa-se que dentre os empreendimentos, todos já procuraram, ou procuram, trabalhar a educação ambiental

com os turistas, das mais variadas formas, tornando o nível desse indicador como sustentável. Alguns se utilizam de explicação de conceitos nos próprios passeios e visitas, conforme o depoimento:

Dependendo a criança, **eu faço uma atividade pedagógica** com ela de dar carinho pra Cléo (égua), mas **pra despertar outro sentimento** entendeu?! (...) quando vai fazer um bolo pro café da tarde, levo as crianças lá catar o ovo da galinha, aí quando a galinha levanta e sai correndo do ninho as crianças já fazem assim (gesto de susto) (...) na hora é o susto, mas faz parte, não adianta né, nesse caso os fins justificam os meios, porque **a experiência humana que a criança vai ter justifica** o suposto susto... então **é uma questão de ver a vida como ela é realmente** (EMPREENDEDOR D, grifo nosso).

Seis empreendimentos utilizam panfletos e repassam instruções no momento de chegada dos turistas, com as atitudes que devem ser seguidas e os cuidados que se deve ter com o meio ambiente. Além disso, alguns empreendimentos dispõem seu espaço para a visita de escolas com turmas de alunos, onde estes podem absorver na prática, os conceitos de educação ambiental, conforme demonstrado na Figura 15.

Figura 15 - Aula de educação ambiental realizada no Recanto Família Grassi.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, no depoimento de um dos empreendedores:

o ano passado a **gente trabalho no final do ano com 400 criança**, do município aqui... a Cresol trabalho, daí a gente fez a conversa com eles aqui, daí foi servido um suco natural pra eles (...) dei uma maçã pra cada criança, e aí cada escola, são dezoito escola, daí a Itaipu doou uma árvore, daí **foi plantada uma árvore pra cada escola** aqui do lado da trilha (EMPREENDEDOR G, grifo nosso).

Afirma-se assim, que a partir de pequenas atividades e instruções relacionadas à educação ambiental, pode-se mudar atitudes e percepções dos turistas e visitantes. Pois, conforme cita Silva (2012), a educação ambiental pode ser vista como a responsável por estabelecer as relações dos humanos entre si e com a natureza, englobando nessa premissa, o desafio de modificar a sociedade para a percepção da necessidade de preservação do meio ambiente.

#### 4.4.1.3 Sistema: Espécies e populações

No contexto da preservação do meio ambiente, se faz necessário uma investigação acerca das áreas protegidas nesses empreendimentos. Essas áreas desempenham importante papel ecológico, uma vez que controlam a erosão do solo, o assoreamento e a poluição dos cursos d'água, mantém os recursos hídricos e ainda, garantem a diversidade de espécies animais e plantas (BENSUSAN, 2006).

Nesse sentido, o **IS 11** buscou investigar **as áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação** nas propriedades. O resultado obtido foi sustentável, uma vez que, conforme cita um dos empreendedores: “Aqui tem bastante área, se for ver, for juntar, olha... quando nós começamos aqui, quando a Itaipu veio... nós tinha potrero até do outro lado do rio, mas depois a gente deixou virar mato e daí dexemo a mata ciliar” (EMPREENDEDOR E).

Os resultados favoráveis obtidos se dão, pelo fato de que as propriedades possuem rios, nascentes de água, açudes, dentre outros, sendo imprescindível a manutenção de áreas preservadas nessas encostas, conforme demonstra a Figura 16.

Figura 16 - Área de preservação permanente no empreendimento Recanto Olivo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, os empreendedores, em sua totalidade, estão agindo conforme ditam as legislações ambientais que se referem à proteção do meio ambiente, como a Lei nº 9.985/2000 - do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e a Medida Provisória ao Código Florestal – MP nº 2.166-67/2001.

Para que se mantenham intactas as áreas de preservação, que garantem a proteção das espécies e populações, é de fundamental importância que se tenha também o máximo de cuidado com a terra, que se contaminada, pode colocar em risco a manutenção desse sistema. Assim, o sistema terra foi analisado na sequência.

#### 4.4.1.4 Sistema: Terra

O sistema terra é dividido nos subsistemas uso de agrotóxicos, uso de fertilizantes e minimização de impactos da produção rural. Nesse sentido, o **IS 12** buscou avaliar o **uso de agrotóxicos** nas atividades relacionadas ao turismo rural nos empreendimentos. De acordo com os resultados obtidos, pode-se inferir que o indicador apresentou índices sustentáveis frente a análise ambiental, visto que sete dos empreendimentos desenvolvem sua produção de forma totalmente orgânica. Essa forma de cultivo, de acordo com Penteado (2001), deve ser realizada de maneira

ecológica, sem a influência de agrotóxicos para o controle de pragas. Porém, de acordo com o IBGE (2015), a venda de agrotóxicos no Brasil cresce de forma acelerada, e quando o uso é maior do que o recomendado, o risco de contaminação ambiental também é maior.

Nesse aspecto, de acordo com Michereff Filho, Guimarães e Liz (2009), o controle de pragas, como insetos sugadores, formigas cortadeiras, lagartas, besouros, ácaros, lesmas e caracóis, pode ser realizado de diversas formas, uma vez que existem medidas de controle práticas e efetivas para proteção das plantas. Percebeu-se, a partir da fala de um dos empreendedores, que essa percepção já está fundamentada nas atividades realizadas na propriedade:

**o orgânico o básico é a prevenção**, você tem que prevenir, quando você previne, com qualquer coisinha você elimina o problema, **uma bordalesa, o neem indiano**... esse aqui derruba todos os insetos (...) ela (a árvore) dá o óleo de neem, então eu tenho esse óleo pra consumo (...) eu tenho cem árvores dessa aqui plantada, **todos os inseticidas que eu preciso eu tiro dessa árvore** aqui (EMPREENDEDOR H, grifo nosso).

Ainda, de acordo com outro empreendedor, para o controle de pragas na propriedade utiliza-se de “calda bordalesa, urina de vaca, calda de pimenta, calda de alho, macerado de *neem*, só orgânico” (EMPREENDEDOR G). Tais falas remetem ao que afirmam os autores Penteado (2001) e Michereff Filho, Guimarães e Liz (2009), de que com simples recursos da natureza, pode-se substituir a necessidade de aplicação de agrotóxicos no cultivo.

Da mesma forma, sobre a utilização de fertilizantes nas propriedades, o resultado apresentado foi considerado sustentável no que tange ao **IS 13**, sobre o **uso de fertilizantes inorgânicos**, pois na visão de oito empreendedores, o uso desse tipo de fertilizantes prejudica a produção orgânica e o solo. Dessa forma, a partir das percepções acerca de quão prejudicial a utilização desses produtos pode ser, um dos empreendedores afirmou: “ta com três ano que a gente não usa mais sem ser orgânico” (EMPREENDEDOR G).

Tal fala remete ao **IS 14**, sobre o **uso de fertilizantes orgânicos**, em que o resultado obtido entre os empreendimentos foi classificado em potencialmente sustentável no BTS. Dentre os destinos investigados, dois empreendedores preferem não aplicar nenhum tipo de fertilizante, outros seis dão preferência aos orgânicos, e um deles ainda, desconhece a origem do produto utilizado em sua matéria prima.

O resultado obtido neste indicador remete ao fato de que os empreendedores estão no caminho certo, no entanto, poderiam se valer de demais atitudes para alcançarem o nível total de sustentável. Um exemplo de atitude sustentável, neste caso, seria a geração de compostagem orgânica para adubação de solos, conforme apregoam Oliveira, Lima e Cajazeira (2004).

No que concerne ao subsistema de minimização de impactos da produção rural, analisou-se a sustentabilidade ambiental pelo **IS 15 (processos tecnológicos que minimizem os impactos da produção rural)**. Apesar de haver empreendimentos que praticam formas de minimização, o resultado obtido foi intermediário.

Tal fator se dá uma vez que as únicas técnicas realizadas, em apenas quatro dos destinos, consistem na agroecologia e na produção orgânica de frutas, verduras, vegetais e hortaliças. No entanto, os empreendimentos poderiam se valer também de outras formas de produção, à exemplo da cultura hidropônica (a partir da reutilização de água da chuva, ou de tanques de peixes).

Contudo, afirma-se que os poucos produtores de materiais orgânicos existentes, realizam a prática com primazia e qualidade. Conforme afirma um empreendedor: “tudo orgânico, e eu to com três certificadoras, a rede Eco Vida, o IBD, e agora ta saindo o certificado pelo TECPAR, isso é até inédito... geralmente o cara consegue só um” (EMPREENDEDOR H).

De acordo com Penteado (2001) existe uma série de normas técnicas para a obtenção desses selos de produção orgânica vegetal. Assim, essa certificação consiste em um processo que afirma se o produtor é de fato orgânico e cumpre com as normas técnicas, o que está claramente contido na fala do empreendedor H, e que afirma a qualidade atribuída ao desempenho da atividade. A Figura 17 demonstra um exemplo da produção orgânica realizada em um dos empreendimentos investigados:

Figura 17 - Modelo de produção orgânica praticada no empreendimento Fonte do Macuco.



Fonte: Dados da pesquisa.

Portanto, apesar de existirem apenas casos isolados de efetiva agroecologia na produção, pode-se afirmar que essas poucas, são de qualidade, conforme observa-se na Figura 17. Assim, visando um melhor desempenho neste indicador, os empreendimentos que não realizam nenhuma técnica de minimização, poderiam aderir à alguma atividade, que além de benefícios para o meio ambiente, pode gerar aumento de renda para as famílias atuantes.

#### 4.4.1.5 Sistema: Ar

O último sistema investigado é composto pelo subsistema de queimadas e incêndios florestais. Este foi avaliado por meio do **IS 16**, que trata sobre a **incidência de queimadas e incêndios nas propriedades**. O resultado obtido foi considerado potencialmente sustentável, uma vez que não se encontrou a incidência de queimadas florestais, nem mesmo queimadas de áreas para plantio.

De acordo com Soares e Santos (2002), o fogo é a maior calamidade dentre os agentes que afetam os recursos florestais. No entanto, como essa não é uma realidade encontrada em nenhum dos empreendimentos investigados, afirma-se que a questão dos incêndios apresenta índices satisfatórios.

Contudo, no que se refere às queimadas, estas ocorrem com frequência em alguns dos empreendimentos, que não encontram outra forma de descarte do lixo doméstico, ou mesmo de folhas, galhos e grama, a não ser, queimar o material. Conforme cita um empreendedor sobre o descarte do lixo: “(...) **a gente acaba queimando**, é uma coisa que não pode, mas **nós não temos outra opção** (...) foi feito um buraco bem fundo, e a gente joga lá e queima” (EMPREENDEDOR F, grifo nosso).

Alerta-se para o fato de que queimar lixo doméstico é proibido, de acordo com a Lei nº 9.605 de 1998, de crimes ambientais, no qual a autuação pode gerar multa que varia de valores podendo chegar a até R\$ 14.230,00. Nesse sentido, Dutra (2012) cita que além das punições legais, as queimadas são prejudiciais à saúde e podem agravar os problemas de asma, bronquite, rinite alérgica, dentre outras, uma vez que poluem a qualidade do ar.

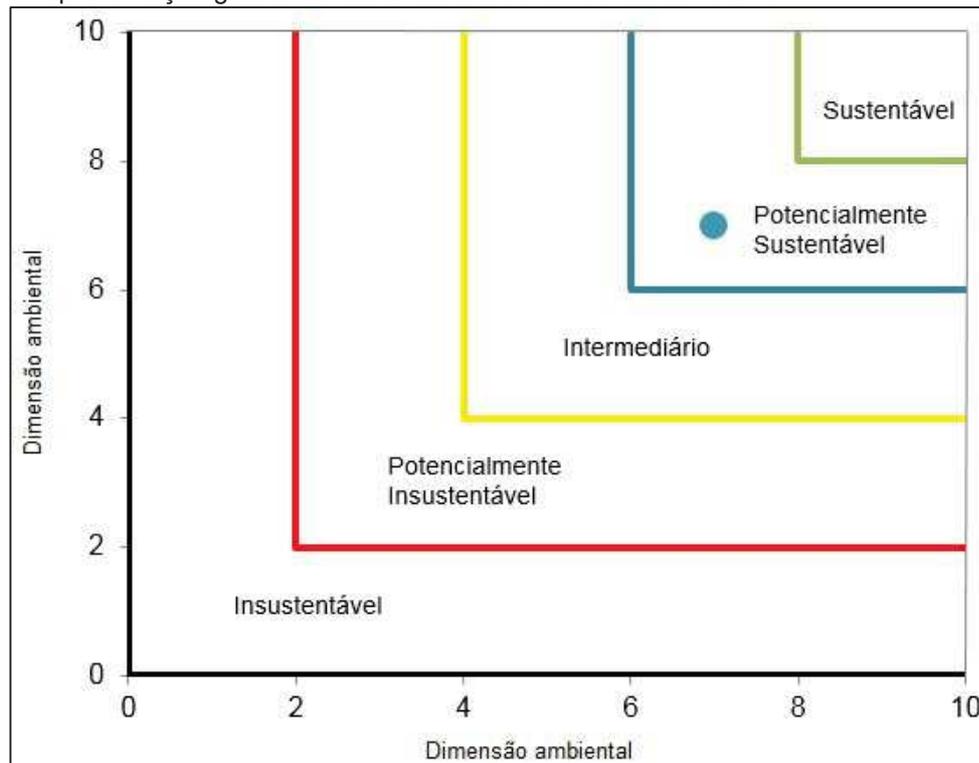
Neste contexto, cabe aos empreendedores, ou mesmo aos gestores públicos, buscarem formas de evitar com que esses materiais sejam descartados na forma de queimadas. Diversas são as soluções existentes para que se evite o problema. Uma delas, consiste na saída encontrada por alguns dos municípios investigados, conforme citado no subsistema uso de recursos, que é a coleta de lixo feita pela prefeitura local.

A partir da análise de cada um dos subsistemas citados neste tópico, foi possível desenvolver o nível de sustentabilidade geral dos empreendimentos investigados. Tal resultado será abordado no próximo item.

#### 4.4.2 Nível de Sustentabilidade Ambiental dos empreendimentos

Ao analisar o nível de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos de um roteiro turístico, é fundamental a construção de uma análise acerca do panorama geral destes, de forma que se estabeleça uma imagem da situação coletiva atual desses destinos (KO, 2005). Nesse sentido, visando demonstrar se a atividade turística do roteiro Turismo Sustentável de Base Comunitária no Oeste do Paraná, é sustentável, elaborou-se o Gráfico 6, que reflete uma perspectiva geral da sustentabilidade dos empreendimentos. Tal resultado representa uma média dos índices alcançados pelos empreendimentos nos 16 indicadores analisados neste estudo.

Gráfico 6 - Representação gráfica da sustentabilidade ambiental do roteiro.



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 6 demonstra que na avaliação geral, os empreendimentos classificam-se como potencialmente sustentáveis. Tal resultado apresenta um cenário satisfatório, pois demonstra que os destinos estão à poucos passos de se tornarem completamente sustentáveis. Esse resultado reflete ainda, o que citam diversos autores sobre a relação existente entre o turismo rural e a sustentabilidade, em que a atividade se torna sustentável, uma vez que alcança uma harmonia entre a cultura local e o meio ambiente, fundamentando-se nas práticas de conservação das características socioculturais e dos recursos, preservando-os para as gerações futuras (RUSCHMANN, 2000; PIRES, 2002; KOROSSY, 2008; RICCI; CANDIOTTO, 2009; SANT'ANA, 2009; ALMEIDA, 2010).

Contudo, visando o alcance do nível "sustentável", identificou-se que os empreendimentos do roteiro necessitam potencializar seu desempenho frente à diversos aspectos, em que apresentaram resultados menos sustentáveis. Quais sejam: consumo, desperdício e reuso da água; coleta seletiva e reciclagem de lixo; sistemas de coleta de esgoto; uso de energias alternativas; aplicação de processos de minimização dos impactos da produção rural e ainda, a diminuição de queimadas realizadas na propriedade.

Vale ressaltar que, de maneira geral, as iniciativas de sustentabilidade ambiental praticadas nos destinos são realizadas de forma individual, sendo que cada empreendimento realiza as atividades que entende ser necessárias, sem que haja auxílio mútuo e/ou troca de informações e ideias entre os mesmos.

Porém, mesmo que esparsamente, existem algumas atividades realizadas de forma coletiva. Dentre estas, tem destaque a parceria que alguns empreendimentos possuem com a Itaipu Binacional, que investe fortemente em ações de sustentabilidade ambiental nos municípios lindeiros à usina de Itaipu e ao Parque Nacional do Iguaçu. Conforme cita um dos empreendedores:

[...] mais **o incentivo que nós tem aqui é da Itaipu Binacional** (...) inclusive esse almoço de amanhã, nós já temos mais cinco almoço até o final do ano agendado que é só pra funcionário da Itaipu, eles **já fecharam um contrato com a gente** até o fim do ano (EMPREENDEDOR G, grifo nosso).

Nesse sentido, as iniciativas ocorrem principalmente nos empreendimentos cuja propriedade é cortada por um rio que desagua no rio Paraná. Tais iniciativas vão desde o monitoramento frequente da água (com o auxílio direto dos empreendedores das regiões) até mesmo apoio técnico, em que são disponibilizados treinamentos aos gestores rurais, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos ambientais e de gestão.

Por fim, entende-se que incentivos, são fundamentais para a atividade turística. Assim, analisou-se também a existência de políticas públicas que fomentem a atividade do turismo rural, na região em estudo.

#### 4.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO RURAL

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas consistem em diretrizes norteadoras do poder público, ou seja, são as regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, que orientam as ações de aplicação dos recursos públicos. Ainda, para o SEBRAE-MG (2008, p. 5) as políticas públicas são “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)”. Assim, as políticas públicas envolvem a distribuição dos recursos públicos para os setores da sociedade que mais necessitam, o que motivou entender essa realidade no objeto de investigação deste estudo.

Ou seja, visto que a elaboração de uma política pública se dá com base nas decisões dos gestores, que visam concentrar seus esforços nos setores

marginalizados da sociedade, é fundamental que o turismo rural, também esteja incluso nessas políticas. Essa inclusão permite a manutenção desses roteiros, solucionando a carência identificada no desempenho das atividades dos mesmos.

Nesse sentido, o Governo Federal apresenta uma proposta forte de incentivo aos empreendedores que consiste no Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Este fundo tem por objetivo financiar a reforma e modernização de empreendimentos turísticos, disponibilizando recursos em busca da promoção do turismo nacional. Além disso, o Ministério da Integração Nacional desenvolve o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Regionais - PROMESO, que visa incentivar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais (FERREIRA, 2014).

Já em âmbito estadual, tem-se destaque para as “Diretrizes para uma política Estadual do Ecoturismo” publicadas em 1996 pelo governo do Paraná. Tais diretrizes dispõem de um conjunto de ações estabelecidas que visam nortear uma política de ecoturismo. Além disso, a existência de uma política pública predominante aplicada à realidade dos empreendimentos do estudo, que foi fundamental já na elaboração do roteiro, consiste na legislação voltada ao Turismo Sustentável de Base Comunitária. Conforme abordado no tópico 2.4.1, essa política possui fomento do Governo Federal em parceria com o governo dos estados, em que a partir destas, desenvolveram-se diversos roteiros de turismo no país, inclusive o roteiro específico da região Oeste do Paraná.

Tal incentivo foi fundamental no momento de formação dos roteiros, uma vez que, sem essa política, atualmente os empreendedores não teriam se motivado para a mudança de estilo de vida (de agricultura familiar para pequeno empreendedor rural). E, conseqüentemente, não teriam tido a formação e a melhoria na qualidade de vida da família.

Contudo, alerta-se para o fato de que, não basta apenas o auxílio quando da formação dos empreendimentos, mas também, é primordial que se estabeleça uma relação contínua de políticas públicas que garantam a manutenção desses destinos, e que estejam relacionadas entre si, de forma que uma auxilie no fortalecimento da outra. Igualmente, há necessidade de uma política pública permanente, como por exemplo, de incentivo (crédito) e de treinamento e qualificação, para a manutenção do negócio rural.

Ao ser questionado a respeito das políticas públicas de auxílio percebidas (por meio do TBC), nas atividades de turismo rural em sua propriedade, um dos empreendedores citou:

**Eles investiram um dinheiro alto nisso aí**, daí as menina que tava ajudando nós falaram, é agora nós paremo, e agora vocês vai **aprende a anda com as próprias perna** de vocês, quem nem criança, e ninguém mais se interesse (...) **nunca mais ninguém volto depois** (...) então **tem que ter a continuidade pra ajuda nós**, é tudo muito difícil (EMPREENDEADOR G, grifo nosso).

Assim, a partir desse empreendedor, entende-se que o TBC foi fundamental quando da formação do empreendimento, no entanto, identifica-se também que não há outra política que dê continuidade ao processo já iniciado. Além disso, nas falas de outros empreendedores, constatou-se a inexistência de demais políticas públicas específicas ao setor de turismo rural, tanto em âmbito local, quanto regional ou estadual, mas sim, relataram-se alguns auxílios disponibilizados aos empreendimentos e às comunidades locais. Essa realidade pode ser percebida nos depoimentos de três empreendedores, que afirmam que existe o apoio da prefeitura, no entanto, este é escasso. Conforme um deles:

Um incentivo aqui da prefeitura, vamos dizer assim, muito pouquinho, é o **negócio da estrada**, ponhá um **cascalho na estrada**, essas coisa... que nem fez o estacionamento de ônibus ali pra nós, pra dizê que não tem, mais **ao menos um poquinho tem** né (EMPREENDEADOR G, grifo nosso).

De acordo com outro empreendedor:

A **gente tem** assim **o apoio da prefeitura**, eu digo assim né, eles apoiam a gente, não apoio financeiro, mas **eles orienta a gente** assim como é que é pra fazer... **quando precisa eles ajuda a gente**. Mas a gente tá é a maioria com as próprias perna (...) **eles investe em calçamento, ou alguma coisa assim** (EMPREENDEADOR C, grifo nosso).

Pode-se identificar que dentre os principais auxílios realizados, relacionam-se o melhoramento das estradas (cascalho, ou pavimentação de pedra irregular) e o recolhimento de lixo em algumas comunidades. No entanto, o descontentamento dos empreendedores frente à ausência de demais políticas é notório, conforme o depoimento:

A secretaria do turismo tem muita boa vontade (...) mas o prefeito assim, **antes de te apoiar, eles te puxa o tapete**, porque você percebe quando

que... assim, **eles vê isso** (o turismo rural) **como uma coisa que nunca que vai dar certo, mas a gente já tá recebendo, já deu certo** (...) o que eu queria sempre seria só o acesso, eu só queria estrada, uma estrada boa, bem aberta, bem sinalizada (EMPREENDEDOR B, grifo nosso).

Evidencia-se assim a importância de incentivos para a realização de iniciativas sustentáveis no turismo rural, visto que a atividade é, comprovadamente, rentativa não só para os empreendimentos de forma individual, mas também para o fortalecimento do roteiro, e ainda, para a movimentação da economia dos municípios. Todos os auxílios e políticas advindas podem auxiliar no aumento do nível de sustentabilidade dos empreendimentos.

Vale destacar ainda, que a atividade de turismo rural está pautada em diversas leis (expostas no Apêndice A) que a regulamentam. Contudo, estas não possuem um olhar de incentivo às práticas, mas sim, dispõe de exigências e normas que devem ser seguidas no desempenho das atividades. Conforme identificado no depoimento dos nove empreendedores investigados, todos procuram seguir a legislação vigente para o desenvolvimento das atividades.

Dentre elas, destaca-se o cumprimento do Decreto nº 3.048/99, que aborda a obrigatoriedade de contribuição na previdência social, no caso de empregados fixos. E também da Lei nº 9.985/2000 e da Medida Provisória nº 2.166-67/2001, que estabelecem os critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação e dispõe sobre a área de reserva legal.

Pelo exposto, pode-se afirmar que as políticas públicas locais e regionais de fomento a atividade de turismo rural são frágeis e insuficientes, uma vez que no geral, percebeu-se dos empreendedores a carência de auxílio, principalmente no que tange à promoção e divulgação do roteiro. Conforme afirma Porter (1986) para se manter competitivo em um mercado, um empreendimento necessita estabelecer uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a competição no setor em que está inserido.

Contudo, há que se considerar que os empreendimentos investigados podem não apresentar muita vantagem competitiva com relação a outros atrativos turísticos na região em que estão inseridos. Nesse sentido, alerta-se para o fato de que os roteiros turísticos devem trazer retorno aos municípios em que estão inseridos, de forma a visar um maior incentivo de políticas que fomentem seu desenvolvimento.

Não obstante, é notória a necessidade de que os gestores públicos regionais e locais tenham um olhar mais voltado ao incentivo dessa atividade tão importante

para a manutenção histórica, cultural e principalmente, ambiental da região. Por fim, a partir da compilação dos dados obtidos com a realização das entrevistas, foi possível desenvolver também o teste dos pressupostos estabelecidos neste estudo.

#### 4.6 ANÁLISE DOS PRESSUPOSTOS DE PESQUISA COM BASE NOS ACHADOS EMPÍRICOS

Visando analisar as práticas de trabalho voltadas à sustentabilidade ambiental dos empreendimentos, buscou-se concatenar os pressupostos de pesquisa estabelecidos com as atividades de turismo rural desenvolvidas pelos empreendimentos. Nesse sentido, os dois pressupostos estabelecidos foram confirmados.

No decorrer dos resultados apresentados, fica evidenciado que os empreendimentos do roteiro apresentam um eficiente mecanismo de práticas voltadas à sustentabilidade ambiental. Ou seja, é assertivo o pressuposto 1, uma vez que mesmo sem possuir o preparo formal acerca do turismo rural sustentável, os empreendedores realizam as práticas de preservação do meio ambiente.

Prova disso está refletida no tópico 4.3, mais especificamente a partir do Gráfico 5, que demonstra a existência de diversas práticas de sustentabilidade desempenhadas na atividade turística do roteiro investigado.

Igualmente, no transcorrer do capítulo identificam-se elementos suficientes que permitem a confirmação do segundo pressuposto, qual seja, de que os empreendedores não possuem uma gestão formal estabelecida acerca do uso dos indicadores de sustentabilidade.

A pesquisa empírica evidenciou que tal fator está diretamente atrelado ao fato dos empreendimentos serem recentemente constituídos e por serem administrados por gestão familiar. Entretanto, mesmo informalmente, a preservação do meio natural ocorre nos empreendimentos, e é fundamental para a manutenção da atividade de turismo rural.

Ou seja, apesar de terem recebido treinamentos e instruções quando da constituição do roteiro, os empreendedores não seguem práticas formais de gestão, uma vez que, oriundos da agricultura familiar, em sua maioria, buscam no turismo um complemento de renda para suas famílias. Portanto, as práticas de sustentabilidade

realizadas surgem como consequência do desempenho da atividade e do cuidado natural que os empreendedores possuem com os recursos ambientais.

Assim sendo, o capítulo subsequente apresenta ponderações conclusivas em relação ao presente estudo, abordando questões teórico-empíricas, sobre as iniciativas sustentáveis adotadas, pelos empreendimentos do roteiro Turismo Sustentável de Base Comunitária.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das visitas no meio rural serem uma prática antiga e comum no Brasil, apenas há pouco mais de vinte anos é que o turismo rural passou a ser considerado como atividade econômica. Seu surgimento advém das necessidades enfrentadas pelos produtores rurais, que identificaram no turismo, uma forma de incremento de renda. Da mesma forma, a concentração populacional nos centros urbanos faz com que as pessoas busquem no turismo rural, uma forma de fuga do estresse cotidiano de suas atividades.

Atualmente é expressivo o número de propriedades rurais que incorporam atividades turísticas em suas rotinas. Nesse sentido, enfatiza-se a necessidade de ações de estruturação do turismo rural nos empreendimentos, evitando com que essa tendência cresça desordenadamente, e que, por meio de práticas sustentáveis, seja garantido o lazer ao turista, a manutenção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, além da viabilidade econômica e financeira ao produtor rural.

Na região Oeste do Paraná, as transformações socioeconômicas, principalmente do espaço rural, demandam de formas alternativas sustentáveis para seu desenvolvimento. Vindo de encontro com essas necessidades, e ainda, a partir da existência dos atrativos naturais, configura-se um quadro favorável ao desempenho do segmento de turismo rural. No entanto, a atividade exige a definição de políticas, programas e planos específicos de turismo, para subsidiar o desenvolvimento da sustentabilidade, que tenham ampla participação e envolvimento da população local.

No caso do roteiro investigado neste estudo, os resultados obtidos apontam para um cenário positivo, visto que, de maneira geral, existem iniciativas de sustentabilidade ambiental. Contudo, muitas delas precisam ser revistas, para que seja alcançado um índice favorável de sustentabilidade em todos os indicadores investigados. Esses indicadores constituem-se em ferramentas úteis para subsidiar o processo de tomada de decisão na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento sustentável do turismo rural.

Assim, no que tange aos indicadores de sustentabilidade ambiental, identificou-se que, apesar de se tratarem de pequenos empreendimentos, e das iniciativas serem recentes, os empreendedores tem se preocupado com a questão da sustentabilidade ambiental. Em relação aos cinco sistemas investigados, apresenta-

se destaque aos sistemas “uso de recursos” e ainda “espécies e populações”, que apresentaram índices maiores de sustentabilidade. Contudo, os níveis precisam melhorar principalmente no que diz respeito aos sistemas “água”, “terra” e “ar”, nas quais são poucas as iniciativas praticadas.

No intuito de responder à questão de pesquisa deste estudo, compreende-se que os empreendimentos investigados alcançaram um nível, na escala do barômetro da sustentabilidade do turismo, considerado potencialmente sustentável. A partir desta investigação, foi possível identificar que os empreendimentos estão caminhando para atingir o nível de totalmente sustentáveis, necessitando de melhorias em alguns sistemas, que ainda se encontram deficitários. Nesse sentido, esta pesquisa trouxe contribuições efetivas para o campo de estudo do turismo rural sustentável, ao analisar as práticas de sustentabilidade utilizadas pelos empreendimentos de turismo rural, no roteiro denominado Turismo Sustentável de Base Comunitária, localizado no Oeste do Paraná.

Pelo exposto, presume-se que o presente estudo apresentou contribuições em quatro aspectos científicos, quais sejam:

- a) aspectos sociais-culturais: esclareceram-se questões como a importância da preservação da cultura e história familiar, em que enfatizou-se a relevância de se oportunizar experiências de vida diferenciadas às famílias locais, bem como, permitir o contato do turista com o meio ambiente, agregando-se valor ao território, antes pouco explorado, no qual permite-se agora a potencialização da mão de obra familiar;
- b) aspectos econômicos: identificou-se uma maior percepção acerca da diversificação das atividades a serem desempenhadas na propriedade, que podem fornecer incremento de renda às famílias, além da geração de emprego para a comunidade local. Dessa forma, sugere-se que alguns dos empreendedores realizem reestruturações nas atividades desempenhadas, tais como: ampliar a divulgação em diferentes canais de comunicação; expandir as áreas de lazer; oferecer condições diferenciadas de hospedagem, dentre outras, visando agregar mais valor ao turismo no local;
- c) aspectos ambientais: a contribuição ambiental se refere ao retorno que será dado aos empreendedores de turismo rural do território foco, uma vez que ficará mais evidente a importância das iniciativas sustentáveis para o

turismo, potencializando assim a questão da sustentabilidade ambiental para os empreendimentos em estudo;

- d) aspectos científicos: elucidou-se a discussão sobre a sustentabilidade dos empreendimentos de turismo rural do Oeste do Paraná, território rico em recursos naturais, mas ao mesmo tempo, ainda pouco explorado em termos científicos em relação a esta temática.

Em suma, pode-se dizer que para além dos benefícios econômicos aos atores locais, o turismo rural proporciona a preservação do meio ambiente, a oportunidade da construção de elementos pautados na educação ambiental, e ainda, a manutenção histórico-cultural da região, de forma que se proporcione benefícios imensuráveis aos turistas e visitantes. No roteiro investigado, esses ganhos e contribuições ficaram evidentes.

Ressalta-se ainda que, devido ao recorte realizado, esta pesquisa não pode ser generalizada, nem tampouco, encarada como conclusiva, uma vez que se trata de um estudo de caso realizado a partir de um olhar descritivo acerca das percepções dos empreendedores, diretamente envolvidos nas iniciativas de sustentabilidade ambiental. Sendo assim, sugere-se a realização de novos estudos que se debrucem sobre o cenário do tripé da sustentabilidade, envolvendo além do critério ambiental, também indicadores econômicos e sociais, a fim de ampliar a reflexão e promover novos diálogos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012.

AIRES, J. **O uso de fertilizantes é um problema sem solução na agricultura?** Disponível em: <<http://www.ecycle.com.br/component/content/article/35/1329-como-o-que-uso-fertilizantes-agricultura-emissoes-desequilibrio-efeito-estufa-problema-aquecimento-global-contaminacao-meio-ambiente.html>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

ALMEIDA, H. A.; GOMES, M. V. A. Potencial para a captação de água da chuva: alternativa de abastecimento de água nas escolas públicas de cuité, PB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 17, 2011. **Anais...** Guarapari - ES, 2011.

ALMEIDA, M. G. de. Festas Rurais e Turismo em Territórios Emergentes. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. XV, n. 919, Universidad de Barcelona. 2010.

ALVES, L.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIFFER, M. O continuum urbano e rural no Oeste do Paraná no século XXI . IX Encontro Nacional da Associação de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER). Natal: **Anais ...**, 2011.

AMOP – **Associação dos municípios do Oeste do Paraná**. Disponível em: <<http://www.amop.org.br/municipios/municipios.php>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 1ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1973. 125 p.

AQUINO JUNIOR, J. Região do contestado (PR-SC): território e poder, marcas do passado ao presente. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 1, n. 1, p. 75-91, 2009.

BANDUCCI JUNIOR, A.; BARRETTO, M. **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Prós, 2002.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e proposições. **RAE: Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun., 2010.

BARDAL, R.; ALBERTON, A.; CAMPOS, L. M. de S. As dimensões e métodos de mensuração da sustentabilidade e o turismo: uma discussão teórica. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n.2, p. 138-155, maio/ago. 2010

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas – SP: Papyrus, 2003.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ministério do turismo. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Brasília: Letra e imagem, 2009.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERMANN, C. **Energia no Brasil, Para que? Para quem?**: crise e alternativa para um país sustentável. São Paulo: Livraria da Física, 2001.

BOUDEVILLE, J. R. **Les spaces économiques**. Paris: Press Universitaires de France, 1970.

BREGOLIN, M. Gestão Territorial de Espaços Rurais Turísticos na Microrregião Uva e Vinho da Serra Gaúcha, RS, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 8., 2012. Chaves - Portugal. **Anais...** Portugal: 2012. p. 29 – 50.

CADASTUR. **Cadastro dos prestadores de serviços turísticos**. 2014. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/index.action#>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CAMPOS, G. W. S. **Reforma política e sanitária**: a sustentabilidade do SUS em questão? Disponível em: <[http://www.carlosneder.com.br/site/\\_FILES/downloads/14102011-222531-texto\\_gastao\\_wagner.pdf](http://www.carlosneder.com.br/site/_FILES/downloads/14102011-222531-texto_gastao_wagner.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

CÂNDIDO, G. A. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. 2004. 210 f. Tese (Doutorado em Administração Geral) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 48-59, 2009.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, out./dez., p. 289-300, 2008.

COELHO, S. O. P.; ARAÚJO, A. F. G. **A sustentabilidade como princípio constitucional sistêmico e sua relevância na efetivação interdisciplinar da ordem constitucional econômica e social**: Para além do ambientalismo e do

desenvolvimentismo. 2011. Disponível em:  
<[https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/artigo\\_prof\\_saulo.pdf](https://mestrado.direito.ufg.br/up/14/o/artigo_prof_saulo.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R.  
**Turismo, princípios e práticas**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORDEIRO, I. D.; LEITE, N. K.; PARTIDÁRIO, M. R. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 10, n. 2, 2010.

CORIOLANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In:  
CORIOLANO, L. N. M. T. **O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**.  
Fortaleza: FUNECE, 2003, p. 13-27.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do Turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**. n. 9, v. 2, p. 110-124, 2005.

DIAS, R. **Planejamento do turismo: políticas e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

DUTRA, C. **Queimar lixo doméstico pode dar multas e até detenção**. 2012.  
Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/blog/como-economizar-agua/assunto/captacao-de-agua-da-chuva/1.html>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Fossa séptica biodigestora: Saúde e renda no campo**. Saiba como montar um sistema inovador de esgoto sanitário. Cartilha. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010.

FALK, C.; REBOUÇAS, G. M. Uma investigação empírica acerca dos condicionantes da intenção do turista voltar ao Recife: uma ferramenta para a gestão do turismo sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. 2003. **Anais...** Atibaia - São Paulo: 2003.

FERREIRA, F. M. Meio Ambiente X desenvolvimento: a questão ambiental na sociedade capitalista. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. 4. 2012. **Anais...** Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8\\_agricultura/meio-ambiente-x-desenvolvimento-a-questao-ambiental-na-sociedade-capitalista.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/8_agricultura/meio-ambiente-x-desenvolvimento-a-questao-ambiental-na-sociedade-capitalista.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

FERREIRA, V. da R. S. Políticas públicas e sistemas de apoio para empreendimentos sustentáveis. In: **Empreendedorismo sustentável**. Org.: BORGES, C. São Paulo: Saraiva, 2014

FORTIN, A. Territoires de L'identité, territoires de la culture. **Organisations e Territoires**. Québec, v.11, n.1, p. 39-42, 2002.

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**. v. 20, n. 3, dez., 2009.

FREITAS, M. B.; BRILHANTE, O. M.; ALMEIDA, L. M. Importância da análise de água para a saúde pública em duas regiões do Estado do Rio de Janeiro: enfoque para coliformes fecais, nitrato e alumínio. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro. v. 17, mai-jun, p. 651-660, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. A.; JUNQUEIRA, A. M. S.; MEDEIROS, J. X. **Desempenho de indicadores de sustentabilidade na atividade de turismo rural no Distrito Federal: O caso dos Hotéis-fazenda**. 2005. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/2/892.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/892.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

GOMES, S. A. R. **Descentralização e pragmatismo: condições sociais de produção das memórias históricas de Antonio Vieira dos Santos (Morretes e Paranaguá, décadas de 1840-1850)**. 2012. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

GOVERNO DO PARANÁ. **Mesorregião Oeste do Paraná**. s/d. Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

GRAYMORE; M. **Journey to sustainability: Small regions, sustainable carrying capacity and sustainability assessment methods**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Griffith University, Queensland, 2005.

GUEDES, E. P.; SCHERER, F. L. Práticas de inovação e sustentabilidade: Estudo de caso em uma empresa de transporte rodoviário de passageiros. In: FÓRUM INTERNACIONAL ECOINOVAR. 2012. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ecoinovar.com.br/cd/artigos/ECO015.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

GUEDES, E. P.; SCHERER, F. L. **Práticas de inovação e sustentabilidade: estudo de caso em uma empresa de transporte rodoviário de passageiros**. 1º Fórum Internacional Ecoinnovar, Santa Maria, 2012.

HADDAD, P. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, Curitiba, v.3, n. 3, p.119-146, 2009.

HOBAL, M. A., MEDEIROS, W. R.; FRAGA, N. C. Entre a convivência e separação: planos e projetos turísticos das cidades gêmeas Mafra-Rio Negro e Porto União-União da Vitória (SC-PR). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**. Curitiba. n. 5, 2006, p. 93-108.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estados@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Oeste paranaense: o 3º espaço relevante – especificidades e diversidades**. Cartilha. 2008. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**. Salvador, v. 4, n. 7, p. 69-74, dez., 2002.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118, p. 189-205, mar., 2003.

JAPPUR, R. F. **A sustentabilidade corporativa frente às diversas formações de cadeias produtivas segundo a percepção de especialistas**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina: 2004.

JORDÃO, E. P.; PESSOA, C.,A. **Tratamento de esgoto doméstico**. Rio de Janeiro: ABES, 2009.

KO, T. G. Assessing Progress of Tourism Sustainability. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 3, p. 817–820, 2001.

KO, T. G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**. v. 26, n. 3, p. 431-445, 2005.

KOROSSY, N. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro. v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2003.

KRONEMBERGER, D. M. P. **A viabilidade do desenvolvimento sustentável na escala local**: o caso da Bacia do Jurumirim, Angra dos Reis, RJ. 2003. 274 f. Tese. (Doutorado em Geociências) - Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2009.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. **A complexidade ambiental** (Coord.). São Paulo: Cortez, 2003.

LEITE, I. **Manual ensina a montar sistema de reúso de água da chuva**: veja passo a passo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/blog/como-economizar-agua/assunto/captacao-de-agua-da-chuva/1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs) **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

MARANHÃO, F. **Por R\$ 150, coletor de água de chuva ajuda a reduzir conta pela metade**. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/11/26/por-r-150-coletor-de-agua-de-chuva-ajuda-a-reduzir-conta-pela-metade.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MARTINS, A.R.P. **Desenvolvimento Sustentável**: uma análise das limitações do índice de desenvolvimento humano para refletir a sustentabilidade ambiental. Rio de Janeiro, 2006, 127 f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MARTINS, C. I. M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**: o papel da arquitetura vernacular. 183 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade da Beira Interior. Portugal, 2012.

MARTINS, M. de F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM)**: metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MAZARO, R. M.; VARZIN, G. Modelos de competitividade para destinos turísticos en el marco de la sostenibilidad. **Revista de Administração Contemporânea**. v. 12, n. 3, p. 789-809, 2008.

MENDONÇA, F. Aspectos da interação clima-ambiente-saúde humana: da relação sociedade-natureza à (in)sustentabilidade ambiental. **Revista RA'EGA**. Curitiba - PR. n. 4, p. 85-99, 2000.

MENEGHEL, L. M.; TOMAZZONI, E. L. A comunicação e a integração dos atores do turismo regional: o caso do Observatório de Turismo e Cultura da Serra Gaúcha (OBSERVATUR). **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 14, n. 2, p. 246 –260, 2012.

MICHEREFF FILHO, M.; GUIMARÃES, J. A.; LIZ, R. S. **Recomendações para o Controle de Pragas em Hortas Urbanas**. Circular técnica 80. Brasília, DF: 2009.

MOUSINHO, P. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Modelos internacionais e especificidades do Brasil**. 2001. 398 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 08 out. 2014.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

OLIVEIRA, F. N. S.; LIMA, H. J. M.; CAJAZEIRA, J. P. **Uso da compostagem em sistemas agrícolas orgânicos**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2004.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código de ética do turismo**. 1999. Disponível em: <[http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PALMIER, L. F. Uso de técnicas de captação de água de chuva: causas de insucessos e tendências futuras. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA. 4. 2003. **Anais...** Juazeiro, BA: ABCMAC, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Turismo. **Lei Nº 15.143 de 31 de maio de 2006**. Disponível em: <<http://www.idestur.org.br/download/20080901154157.pdf>>. Acesso em 12 out. 2014.

PARTIDÁRIO, M. R. Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional. **Jornal Água & Ambiente**, v. 69, p. 26-27, 2004.

PENTEADO, S. R. **Agricultura orgânica**. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca e Documentação, 2001.

PEREIRA, B. J. **Sustentabilidade**: Um desafio para Engenharia. 2013. Disponível em: <[http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe\\_artigo/1693](http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/1693)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

PIFFER, M.; AREND, S. C. A Agropecuária e As Indústrias Tradicionais no Desenvolvimento Regional Paranaense No Período De 1970 A 2000. **Informe Gepec**, v. 13, n. 1, jan./jun., p.107 – 122, 2009.

PIÑERO-VERDINELLI, M. E. A problemática da mudança global no turismo. **Revista Turismo: Visão e Ação**. n. 4, v. 10, p. 09-26, out/mar, 2002.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PLOG, S. C. Por que a preservação do destino tem sentido econômico. In: Theobald, William F. (Org.) – **Turismo Global**. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

PORTER, Michael E. **Estratégia Competitiva** – Técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 18ª Edição. São Paulo-SP: Campus, 1986.

PORTO, E. R.; SILVA, A. S.; ANJOS, J. B.; BRITO, L. T. L.; LOPES, P. R. C. Captação e Aproveitamento de Água de Chuva na Produção Agrícola dos Pequenos Produtores do Semi-árido Brasileiro: O Que Tem Sido Feito e como Ampliar Sua Aplicação no Campo In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVA. 2. 1999. **Anais...** Petrolina, PE: ABCMAC, 1999.

PRESCOTT-ALLEN, R. **How to save the world**: strategy for world conservation. London: Corgi Books, 1942.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and the environment**. Island Press: Washington, 2001.

QUELHAS, O. L. G.; FRANÇA, S. L. B; TRAVINCAS, R. O ensino da sustentabilidade na formação do Engenheiro: Proposta de diretrizes. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 7. 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: 2011.

RAUFFLET, E.; AGUILAR, J. F. L.; BARRERA, E.; DE LA TORRE, C. G. **Responsabilidad social empresarial**. México: Pearson educación, 2012. Disponível em: <<https://economyapoliticaspUBLICAS.files.wordpress.com/2015/01/15-raufflet-responsabilidad-social.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

REZENDE, C. F.; REZENDE, D. C. de. Impactos do turismo: uma análise sob a ótica da população receptora. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. 29. 2005. **Anais...** Brasília - DF, 2005.

RICCI, F.; SANT'ANA, R. Desenvolvimento turístico sustentável: o artesanato local como alternativa na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. **Revista Cultura e Turismo**. Santa Cruz, v. 3, n. 1, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSSI, F.; SCHMIDT, C. M.; ALVES, J. K. D.; TOMIO, M. Empreendedorismo Coletivo: A Experiência da Região Oeste do Paraná no Contexto do Turismo Sustentável. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS (EGEPE), 8., 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia: 2014.

RUSCHMANN, D. V. de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAMPAIO, C. A. C.; ZECHNER, T. C.; HENRÍQUEZ, C.. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL (SITS), 2., 2008, Fortaleza (CE). **Anais...** Fortaleza: 2008.

SCHMIDT, C. M. **A certificação como forma de criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do vale dos vinhedos**. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2012.

SCHMIDT, C. M., CIELO, I. D., WENNINGKAMP, K., TOMIO, M. Ações coletivas no contexto do turismo rural sustentável: Um estudo de caso na Região Oeste do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 10., 2014, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto (SP), 2014.

SEBRAE. **Manual de Gerenciamento de Resíduos:** Guia de procedimento passo a passo. Rio de Janeiro: GMA, 2006.

SEBRAE. **Políticas Públicas:** Conceitos e Práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SILVA, J. G. da; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Campinas: Papirus, 2000. p. 15-62.

SILVA, M. da R. **Educação Ambiental e atuação das ONGs:** uma análise das ações da ECOA em Mato Grosso do Sul. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2012.

SILVA, N. P.; FRANCISCO, A. C.; THOMAZ, M. S. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo.** v. 10, n. 2, 2010.

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. Conceitos atribuídos à sustentabilidade em organizações de diferentes setores. **Revista de Ciências Administrativas.** v. 16, n. 40, p. 90-103, 2014.

SILVA, V. N.; DOMINGOS, P. Captação e manejo de água de chuva. **Saúde & Ambiente em Revista,** v. 2, n. 1, 2007.

SILVEIRA, P. G.; AYALA, P. A. A caracterização do princípio de sustentabilidade no direito brasileiro e o transconstitucionalismo como teoria de efetivação. **RIDB.** n. 3, p. 1827-1859, 2012.

SIMAS, M.; PACCA, S. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 27, n. 77, 2013.

SISINNO, C. L. S., RIZZO, A. C. L.; SANTOS, R. L. C. **Ecoeficiência aplicada à redução da geração de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2011.

SOARES, R. V.; SANTOS, J. F. Perfil dos incêndios florestais no Brasil de 1994 a 1997. **Revista floresta.** v. 32, p. 219-232, 2002.

SOUZA, M. J. B. de; FERREIRA, E.; SOUZA, C. A. B. de. O setor turístico sob o enfoque do desenvolvimento sustentável: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. 29. 2005. **Anais...** Brasília - DF, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável:** conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2015.

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governança e Ações Coletivas no Turismo Regional: a experiência dos Empreendedores da Região Oeste do Paraná. **Revista Turismo - Visão e Ação** – Eletrônica. v. 16, n. 3, set/dez, 2014.

TRENTIN, F.; SAN SOLO, D. G. GRUBER, D. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS. **Turismo - Visão e Ação**. v. 8, n.1 p. 61 – 74, jan./abr, 2006.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/education-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: Guia práctica. UNWTO: Madrid, 2004.

UNWTO - UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism work for small island developing states**. UNWTO: Madrid. 2004.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: Uma análise comparativa. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.

VEIGA, J. E. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. de. **Economia e Território no Brasil Contemporâneo**. 2007.

VICHI, F. M.; MANSOR, M. T. C. Energia, meio ambiente e economia: o Brasil no contexto mundial. **Química Nova**. v. 32, n. 3, p. 757-767, 2009.

VIEIRA FILHO, N. Q.; ARAÚJO, J. G. F. de. Empreendedorismo e Turismo na Era do Conhecimento. **Revista Global Turism**. v. 6, n.1, 2010.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our ecological footprint: Reducing human impact on the Earth**. New Society Publishers: Gabriola Island, 1996.

WTTC – **World travel & tourism council**. 2013. Disponível em: <<http://www.wttc.org/>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural**: um modelo brasileiro. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.

## **APÊNDICE A – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO TURISMO**

Legislação	Principais instrumentos legais	Descrição
<b>Legislação turística específica do setor do turismo</b>	Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010	Define as normas sobre a Política Nacional de Turismo, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT), institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, trata sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), das atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico.
<b>Prestação de serviços turísticos</b>  Informa as obrigações das empresas ou pessoas que exerçam atividades econômicas relacionadas ao turismo.	Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 - Capítulo V Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010	Estabelece, entre outros, normas, mecanismos e critérios para o bom funcionamento do Sistema Nacional de Cadastramento, Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos (SINASTUR). Define as infrações e as penalidades administrativas para os meios de hospedagem, agências de turismo, transportadoras, organizadoras de eventos, parques temáticos e acampamentos turísticos.
	Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90	As relações de consumo na área de turismo são protegidas pela Constituição Brasileira e regidas pelo Código de Defesa do Consumidor, que, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social. É um instrumento fundamental ao segmento por garantir direitos aos turistas.
	Código Civil – Lei nº 10.406/2002 – Artigos 186 e 927	Indica a responsabilidade do prestador de serviço ao causar danos a uma pessoa.
<b>Legislação previdenciária importante ser observada na relação com os empregados do empreendimento rural</b>	Regulamento da Previdência Social – Decreto nº 3.048/99 - Artigo 9º	Aborda a obrigatoriedade de contribuição na Previdência Social para pessoas físicas.
	Lei nº 10.256/01 – Artigos 1º ao 3º	Dispõe sobre a contribuição de pessoa jurídica à Previdência Social.
	Organização da Seguridade Social - Lei nº 8.212/91 – Capítulo VI	Reza sobre a contribuição obrigatória do produtor rural à Previdência Social.
<b>Legislação tributária e fiscal</b>  Informa sobre as obrigações decorrentes dos tributos e dos impostos.	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte – Lei nº 9.841/99	Tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido para micro e pequenas empresas.
	Regime Tributário das Micro e Pequenas Empresas e Instituição do SIMPLES - Lei nº 9.317/96	Dispõe sobre o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) e o regime tributário de micro e pequenas empresas.
<b>Legislação trabalhista</b>  Traz especificidades a serem seguidas na relação com os empregados do empreendimento rural	Estatuto do Trabalhador Rural - Lei nº 5.889/73	Estabelece normas reguladoras do trabalho rural.
	Lei nº 11.718/08	Cria o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural (admite que a exploração da atividade turística não anula a condição de segurado especial), prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais.

Legislação	Principais instrumentos legais	Descrição
<b>Legislação sanitária</b> Exigências para se garantir a manutenção da saúde humana	Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006 - Capítulos III e X	Aborda o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), sistema que integra os serviços municipal, estadual e federal de inspeção, seus processos, cadastros e registros.
	RDC/ANVISA – nº 216/2004 – Capítulo 4	Resolução sobre as boas práticas para serviços de alimentação. Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
	RDC/ANVISA – nº 218/2005 - Capítulo 4	Resolução sobre procedimentos higiênico--sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais. Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-Sanitários para Manipulação de Alimentos e Bebidas Preparados com Vegetais. Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
<b>Legislação ambiental</b> Normas referentes à proteção do meio ambiente.	Lei dos Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98 – Capítulo V	Aborda os crimes contra o meio ambiente.
	Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei nº 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação.
	Medida Provisória ao Código Florestal – MP nº 2.166-67/2001 – Artigos 1º e 2º	Dispõe sobre a quantidade mínima de área que deve ser mantida na propriedade para reserva florestal legal e sobre a exigência mínima de recomposição em áreas já desmatadas.
<b>Legislação sobre a proteção do patrimônio histórico cultural</b> Informa o que contempla a proteção que o Estado oferece em relação a um patrimônio rural.	Decreto-lei nº 25/1937	Conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dispõe sobre o tombamento.
<b>Legislação agrária</b> Dispositivos referentes às práticas agrárias	Política Agrícola – Lei nº 8.171/91 – Capítulos V e XIII e Artigo 99	Dispõe sobre assistência técnica e extensão rural, crédito rural e sobre a obrigatoriedade do proprietário rural em recompor a reserva florestal legal, quando necessário.
	Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - Lei nº 11.326/06 – Artigo 3º	Apresenta os beneficiários e expõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
<b>Normas Técnicas para atividades turísticas</b> Documentos que estabelecem regras, diretrizes ou características acerca de um produto ou serviço.	ABNT NBR 15507-1	Turismo Equestre – Parte1: Requisitos para Produto.
	ABNT NBR 15505-1	Turismo com Atividade de Caminhada – Parte 1: Requisitos para Produto.
	ABNT NBR 15505-2	Turismo com Atividades de Caminhada – Parte 2: Classificação de Percursos.
	ABNT NBR 15509-1	Cicloturismo – Parte 1: Requisitos para Produto

**APÊNDICE B – INDICADORES SELECIONADOS E SUA RELEVÂNCIA PARA  
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dimensão	Sistemas	Subsistemas selecionados para cada dimensão (adaptados IBGE)	IS	Indicadores	Objetivos	Relevância para o desenvolvimento sustentável:
Ambiental	Água	Consumo e qualidade da água	1	Irrigação de cultivo	Identificar a evolução do consumo da qualidade da água e das iniciativas de diminuição de consumo	A água é um dos mais importantes recursos para a sobrevivência animal e vegetal, e seu consumo no mundo cresce gradativamente. Por isso, é fundamental que o tema seja tratado com seriedade, levando-se em conta o uso responsável da água. Nesse sentido, mensurações periódicas das águas permitem aferir se sua qualidade é apropriada aos usos que lhes são dadas, sendo importantes também para o controle e o gerenciamento dos recursos hídricos (IBGE, 2012).
			2	Programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água		
			3	Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água		
			4	Monitoramento da qualidade da água		
	Uso dos recursos	Coleta de lixo	5	Coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem	Identificar existência de programas de reciclagem de lixo, de geração de resíduos sólidos e das iniciativas de redução da produção destes.	Informações sobre a coleta de lixo produzido são de extrema relevância, fornecendo um indicador que pode ser associado tanto à saúde da população quanto à proteção do ambiente, pois resíduos não coletados ou dispostos em locais inadequados favorecem a proliferação de vetores de doenças e podem contaminar o solo e os corpos d'água. A decomposição da matéria orgânica presente no lixo, por sua vez, origina gases associados ao efeito estufa (IBGE, 2012).
			6	Tratamento de lixo Orgânico		
			7	Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos		
		Tratamento de esgoto	8	Processos de tratamento de esgotos	Identificar a evolução do processo de tratamento de esgotos	A existência de esgotamento sanitário é fundamental na avaliação das condições de saúde da população, pois o acesso a este serviço é essencial para o controle e a redução de doenças. É importante tanto para a caracterização da qualidade de vida da população residente em um território quanto para o acompanhamento das políticas públicas de saneamento ambiental (IBGE, 2012).

Dimensão	Sistemas	Subsistemas selecionados para cada dimensão (adaptados IBGE)	IS	Indicadores	Objetivos	Relevância para o desenvolvimento sustentável:
Ambiental	Uso dos recursos	Consumo de energia	9	Programas de redução de consumo de energia e utilização de energias alternativas	Identificar a evolução do consumo de energia e das iniciativas de diminuição de consumo	Desde a década de 1970, tem-se buscado a adoção de energias alternativas. Nessa época as crises do petróleo motivaram vários países a procurar a segurança no fornecimento de energia. Dessa maneira, as preocupações ambientais se tornaram o maior propulsor para a busca de alternativas mais limpas de produção de energia que proporcionem a redução nos gastos com energia elétrica (SIMAS; PACCA, 2013).
		Iniciativas de Educação Ambiental	10	Programas orientados de interpretação e educação ambiental	Identificar iniciativas que promovam a educação ambiental junto aos turistas e população	A educação para o desenvolvimento sustentável permite a todo ser humano adquirir conhecimento, habilidades, atitudes e valores necessários para formar um futuro sustentável. Inclui questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem, por exemplo, mudança climática, redução de riscos de desastres, biodiversidade, redução da pobreza e consumo sustentável. Também promove competências como pensamento crítico reflexão sobre cenários futuros e tomadas de decisão de forma colaborativa (UNESCO, 2014).
	Espécies e populações	Áreas protegidas	11	Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Identificar a existência e a manutenção de áreas naturais protegidas	O desenvolvimento sustentável abrange a manutenção da biodiversidade, pelo seu valor intrínseco e por sua importância para a qualidade de vida da população, o que implica a conservação dos biomas brasileiros. Para alcançar esses objetivos, a delimitação de áreas protegidas é fundamental. Elas são dedicadas não somente à preservação, mas também à pesquisa e ao ecoturismo, e constituem importantes áreas de soltura de animais silvestres que são apreendidos em fiscalização, segundo o Ministério do Meio Ambiente (IBGE, 2012).

Dimensão	Sistemas	Subsistemas selecionados para cada dimensão (adaptados IBGE)	IS	Indicadores	Objetivos	Relevância para o desenvolvimento sustentável:
Ambiental	Terra	Uso de agrotóxicos	12	Uso de agrotóxicos	Identificar se existe a aplicação de agrotóxicos e em qual quantidade são utilizados	O aumento da produção de alimentos de maneira sustentável continua sendo o grande desafio do setor agrícola. Os agrotóxicos estão entre os principais instrumentos do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, centrado em ganhos de produtividade. Seu uso intensivo está associado a agravos à saúde da população, tanto dos consumidores dos alimentos quanto dos trabalhadores que lidam diretamente com os produtos, à contaminação de alimentos e à degradação do meio ambiente (IBGE, 2012).
		Uso de fertilizantes	13	Uso de fertilizantes Inorgânicos	Identificar se existe a utilização de fertilizantes industrializados e em qual quantidade são aplicados	O processo de modernização do campo tem como consequência o aumento do uso de insumos, entre os quais os fertilizantes. Estes proporcionam ganhos econômicos e de produtividade, no entanto, podem apresentar implicações ambientais, tais como a eutrofização e a contaminação de aquíferos (IBGE, 2012).
			14	Uso de fertilizantes Orgânicos	Identificar se existe a utilização de fertilizantes orgânicos e em qual quantidade são aplicados	Os fertilizantes orgânicos são feitos a partir de produtos naturais, como húmus, farinha de osso, mamona, algas e esterco. Estudos mostram que o uso desse tipo de fertilizante aumenta a biodiversidade do solo, com o surgimento de microrganismos e fungos que contribuem para o crescimento das plantas. Aliado a isso, no longo prazo, há um aumento da produtividade do solo (AIRES, 2015).
		Minimização de impactos da produção rural	15	Processos tecnológicos que minimizem os impactos da produção rural	Identificar iniciativas de produção rural com mínimo impacto	A principal característica da produção orgânica é não utilizar agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam o meio ambiente. Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais (MAPA, 2015).
	Ar	Queimadas e incêndios florestais	16	Incidência de queimadas ou incêndios	Identificar se existe incidência de queimadas e incêndios (para plantio, de florestas, de lixo)	As queimadas constituem um sério problema de saúde pública, por comprometerem a qualidade do ar durante a estação seca, com reflexos no número de internações por problemas respiratórios, especialmente de crianças e idosos, durante o período das queimadas (IBGE, 2012).

## **APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A adoção de práticas sustentáveis, além de proteger o meio ambiente e garantir a permanência da produção ao longo dos anos, contribui para a educação ambiental de hóspedes, funcionários e proprietários vizinhos dos empreendimentos turísticos. Da mesma forma no turismo rural, tais práticas devem ser transversais às atividades turísticas, permeando o cotidiano das propriedades e podendo se tornar um fator de agregação de valor ao produto turístico.

Neste sentido, este questionário se faz necessário para investigação de quais são as **principais iniciativas sustentáveis** realizadas nos empreendimentos de Turismo Rural do roteiro “Turismo Sustentável de Base Comunitária”, com base em indicadores de sustentabilidade ambiental.

#### Caracterização do empreendimento

<b>1- Nome do Empreendimento</b>		<b>2- Data de início das atividades</b>	
<b>3- Localização/Endereço</b>			
<b>4- Coordenadas Geográficas</b>		<b>5- Distância da cidade</b>	
Sul (S):		Oeste (W):	
<b>6- Proprietário(s)</b>			
<b>7- Quem gerencia o empreendimento?</b>			
<b>8- Quantas pessoas estão envolvidas com a atividade? (filhos, parentes, empregados fixos, temporários)</b>			
<b>9- Telefone(s)</b>		<b>10- E-mail / Site</b>	
<b>11- Acessos até a propriedade:</b>		<b>Estado de conservação:</b>	
<input type="checkbox"/> Terra/Cascalho		<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Ruim	
<input type="checkbox"/> Asfalto/Pavimentada		<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Ruim	
<b>12- Existe sistema de sinalização (placas)?</b>		<b>Condições do sistema de sinalização:</b>	
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Ruim	
<b>13- Descrição das Características do Atrativo:</b>			
<b>14- Atividades possíveis de serem realizadas:</b>			
<input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Educativa <input type="checkbox"/> Camping <input type="checkbox"/> Cavalgada <input type="checkbox"/> Pesca			
<input type="checkbox"/> Esportes de aventura (boiacross, rapel, escalada).			
Quais? _____			
<input type="checkbox"/> Outras atividades.			
Quais? _____			
<b>15- Existe sistema de registro de visitação?</b>			
<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim      Como é realizado?			
<b>16- Existe infraestrutura de apoio turístico:</b>			
<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim			

<b>17- Infraestrutura no local:</b>			
Sanitários	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Estacionamento	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Restaurante	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Bar/Lanchonete	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Vestiários	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Trilhas	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Instalação turística	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Segurança	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Atendimento emergências	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
Artesanatos	<input type="checkbox"/> Bom	<input type="checkbox"/> Médio	<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Não existe
<b>18- Existe sistema de Comunicação:</b>		<b>Qual?</b>	
<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim		<input type="checkbox"/> Telefone fixo <input type="checkbox"/> Telefone Celular	
		<input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/> Outro:	
<b>19- Custo da visitaçào:</b>	<b>Valores:</b>		
<input type="checkbox"/> Gratuito <input type="checkbox"/> Pago			
<b>20- Oferece alimentos/refeições:</b>		<b>Valores médios</b>	
<input type="checkbox"/> Self service p/ pessoa		_____	
<input type="checkbox"/> Self service kg		_____	
<input type="checkbox"/> A la carte		_____	
<input type="checkbox"/> Prato feito		_____	
<input type="checkbox"/> Pedidos no balcão		_____	
<input type="checkbox"/> Lanches		_____	
<input type="checkbox"/> Outro: Qual? _____		_____	
<b>21- Aceita cartões de crédito ou de débito?</b> <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim			
<b>22- Origem dos principais turistas:</b>			
<input type="checkbox"/> Própria cidade		<input type="checkbox"/> Viajantes	
		Origem: _____	
<input type="checkbox"/> Da Região		<input type="checkbox"/> Outros	
		_____	
<b>23- Períodos de alto atendimento:</b>			
		<input type="checkbox"/> Inverno	<input type="checkbox"/> Verão
<input type="checkbox"/> Almoço	<input type="checkbox"/> Jantar	<input type="checkbox"/> Dias de semana	<input type="checkbox"/> Finais de semana <input type="checkbox"/> Feriados
<b>24- Taxa média de turistas (ano):</b>			
<b>25- O que motivou a abertura do empreendimento?</b>			
<b>26- De que forma o empreendimento contribui com o desenvolvimento dos empreendedores e dos atores locais e regionais (externalidades)?</b>			
<b>27- O empreendimento possui algum subsídio, ou incentivo governamental (local, regional, estadual ou federal), para continuidade e propagação da atividade de turismo rural?</b>			

Indicadores de sustentabilidade ambiental								
Sistema	Sub-sistema	Nº Indicador de sustentabilidade (IS)	Questões	Respostas				
Água	Consumo e qualidade da água	IS 1	28 O empreendimento utiliza formas de irrigação para o cultivo?	( ) Sim ( ) Não				
			29 Quantidade e origem de água dedicada à atividade?					
			30 De toda a água utilizada na propriedade, quantos % é gasto com irrigação?	0 a 20% ( )	21 a 40% ( )	41 a 60% ( )	61 a 80% ( )	81 a 100% ( )
		IS 2	31 Possui programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água? (Captação e armazenamento de águas de chuva para a utilização em chuveiros, pias, vasos sanitários, irrigação, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			32 Quais são estes programas e de que forma funcionam?					
			33 Da água captada, quanto equivale ao total de toda a água utilizada na propriedade?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 3	34 Qual é a quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água? (% do total gasto mês)	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 4	35 Existe monitoramento da qualidade da água? (testes microbiológicos e físico-químicos)	( ) Sim ( ) Não				
			36 De que forma é realizado?					
			37 Com que frequência esses testes foram/são realizados?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )

Uso dos recursos	Coleta de lixo	IS 5	38 O empreendimento possui processos de reciclagem de resíduos sólidos?	( ) Sim ( ) Não				
			39 De que forma é realizada a separação?					
			40 Do total de lixo gerado, quanto é reciclado?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 6	41 Como é tratado o lixo orgânico?					
			42 Possui unidades de compostagem?	( ) Sim ( ) Não				
			43 Do total gerado, quantos % é utilizado em unidades de compostagem ou para alimentação de animais?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 7	44 Existem programas de redução da quantidade de resíduos sólidos para os turistas?	( ) Sim ( ) Não				
	45 Como funcionam estes programas?							
	46 O empreendimento teve algum programa ao longo do tempo?		Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )	
	Tratamento de esgoto	IS 8	47 Como se dá o sistema de coleta de esgotos no empreendimento? (Existência de fossas, sistema de coleta, dentre outros)					
			48 Quais são as técnicas adotadas?					
			49 Do total gerado, quantos % passam por um processo de coleta de esgoto?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )

Uso dos recursos	Consumo de energia	IS 9	50 O empreendimento realiza programas de redução de consumo de energia elétrica? (desligar lâmpadas, sensores de presença, utilização de energia solar para iluminação, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			51 Realiza-se utilização de energias alternativas? (aquecimento solar, bomba eólica, moinho/roda d'água, carneiro, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			52 Quais atividades são desenvolvidas?					
			53 Do total de energia elétrica utilizado na propriedade, quantos % provêm de energia sustentável?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
	Iniciativas de Educação Ambiental	IS 10	54 O empreendimento possui programas ou práticas de educação ambiental?	( ) Sim ( ) Não				
			55 Como funcionam estes programas/práticas?					
56 O empreendimento teve algum programa ao longo do tempo?			Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )	
Espécies e populações	Áreas protegidas	IS 11	57 Na propriedade existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação?	( ) Sim ( ) Não				
			58 Qual é a % da área total?	Não existe ( )	De 1 a 10% ( )	De 11 a 20% ( )	De 21 a 30% ( )	31% ou mais ( )
Terra	Uso de agrotóxicos	IS 12	59 São aplicados agrotóxicos?	( ) Sim ( ) Não				
			60 Qual é a % de agrotóxicos utilizados na produção (apenas relacionada à atividade de turismo rural - Kg/Ha)	1 a 1,2 ( )	1,3 a 2,5 ( )	2,6 a 3,4 ( )	3,5 a 6,9 ( )	7,0 ou mais ( )

Terra	Uso de fertilizantes	IS 13	61 São aplicados fertilizantes inorgânicos?	( ) Sim ( ) Não				
			62 Qual é a % de fertilizantes inorgânicos utilizados na produção (apenas relacionada à atividade de turismo rural)	81 a 100 % ( )	61 a 80 % ( )	41 a 60 % ( )	21 a 40 % ( )	0 a 20% ( )
		IS 14	63 São aplicados fertilizantes orgânicos?	( ) Sim ( ) Não				
			64 Qual é a % de fertilizantes orgânicos utilizados na produção (apenas relacionada à atividade de turismo rural)	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
	Minimização de impactos da produção rural	IS 15	65 O empreendimento possui técnicas de minimização dos impactos da produção rural? (agroecologia, agricultura orgânica, dentre outras)	( ) Sim ( ) Não				
			66 Quais são as técnicas praticadas?					
			67 Do total da produção, quantos % provém de cultivo orgânico?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
Ar	Queimadas e incêndios florestais	IS 16	68 São realizadas queimadas e incêndios na propriedade? (plantações, lixo, desmatamento, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			69 De qual tipo?					
			70 Com que frequência?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )

**Obrigada pela colaboração!**  
 Fernanda Cristina Sanches  
 Mestranda em Ciências Ambientais  
 UNIOESTE – *Campus Toledo*

## **APÊNDICE D – IMAGENS DAS ENTREVISTAS**

Vinhos Boufleur – Quatro Pontes (PR)



Família Bozio – Matelândia (PR)



Recanto Família Grassi – Matelândia (PR)



Sítio Arruda - São Miguel do Iguçu (PR)

